

Diário do Legislativo de 19/12/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - EMENDA À CONSTITUIÇÃO

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Debates

2.2 - 123ª Reunião Especial

2.3 - 124ª Reunião Especial

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

emenda à constituição nº 44, DE 18 de dezembro de 2000

Dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição do Estado.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 64, § 4º, da Constituição do Estado, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O inciso V do art. 170 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 170 -

V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso e proibida limitação de caráter geográfico à sua instalação."

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 18 de dezembro de 2000.

Deputado Anderson Adatao - Presidente

Deputado José Braga - 1º-Vice-Presidente

Deputado Durval Ângelo - 2º-Vice-Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Gil Pereira - 2º-Secretário

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 15/12/2000

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Ambrósio Pinto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Djalma Diniz - Doutor Viana - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - João Paulo - José Henrique - José Milton - Márcio Kangussu - Olinto Godinho - Ronaldo Canabrava - Wanderley Ávila.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 123ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 5/12/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduato e Adeldo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Liturgia - Palavras do Monsenhor Juvenal Arduini - Apresentação do Coral do Seminário Nossa Senhora da Abadia - Entrega de placa - Palavras de Dom Aloísio Roque Opperman - Palavras do Prof. João Batista - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - Gil Pereira - Adeldo Carneiro Leão - Carlos Pimenta - Márcio Kangussu.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adeldo Carneiro Leão) - Às 19h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. e Revmos. Srs. Dom Aloísio Roque Opperman, Arcebispo Metropolitano de Uberaba; Monsenhor Juvenal Arduini, da Arquidiocese de Uberaba; Dom Benedito de Ulhoa Vieira, Arcebispo Emérito da Diocese de Uberaba; e Monsenhor Geraldo Magela de Faria, Vigário Geral da Arquidiocese de Uberaba; e Exmos. Srs. Prof. João Batista, representando o Prefeito de Uberaba, Sr. Marcos Montes; Pedro Valter Barbosa, representando a Associação Comercial e Industrial de Uberaba - ACIV -; Vereador Eumar Humberto Goulart, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba; Delegado José Soares de Almeida, Chefe da Polícia Federal de Uberaba; Mário Salvador, Presidente da Academia de Letras do Triângulo Mineiro; e Major Hermes Antônio Pereira, Comandante da 3ª Companhia Independente de Bombeiros.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear D. Alexandre Gonçalves do Amaral, pelos relevantes serviços prestados à Igreja e à comunidade.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Liturgia

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de conceder a palavra à socióloga Dirce Miziara, que conduzirá a liturgia.

A Sra. Dirce Miziara - E agora, todos nós, irmanados no mesmo ideal, chamando a Deus, o Pai, de pé, ousamos dizer:

- Reza-se o Pai-Nosso.

Palavras do Monsenhor Juvenal Arduini

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão; Exmos. e Revmos. Srs. Arcebispo Metropolitano, D. Aloísio Roque Opperman, e Arcebispo Emérito, D. Benedito Ulhoa Vieira; demais componentes da Mesa; sacerdotes; senhoras e senhores, é muito justa esta homenagem prestada a D. Alexandre Gonçalves do Amaral pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

D. Alexandre Gonçalves do Amaral tornou-se Bispo da Diocese de Uberaba em 8/12/39, sendo elevado a Arcebispo em 1961. Permaneceu como pastor da Arquidiocese de Uberaba até 1978. Esse grande Arcebispo tem 71 anos de sacerdócio e 61 anos de vida episcopal. D. Alexandre, personalidade definida, transparente, sem ambigüidades. D. Alexandre, personalidade coerente no pensamento, na palavra, nas atitudes e na maneira de ser. D. Alexandre, o Arcebispo otimista, jamais derrotista, sempre entusiasmado com os novos passos e iniciativas da Igreja e dos movimentos sociais. D. Alexandre, o homem de cultura, teólogo, o grande mestre na doutrina de Santo Tomás de Aquino, filósofo, não repetindo autores, mas elaborando pensamentos teológicos e filosóficos, a partir da sua originalidade. D. Alexandre, escritor, conferencista, grande orador sacro, com lógica no pensamento e beleza nas palavras, que empolgavam os seus ouvintes pelo arrojo da emoção.

Esse grande homem veio de Belo Horizonte para Uberaba como Bispo, como um intelectual. Chegando à Diocese da nossa cidade, encontrou um grande território, porque não existiam, naquele tempo, as Dioceses de Uberlândia, Patos e Ituiutaba. Esse pastor, esse intelectual percorreu o território do Triângulo Mineiro não só visitando os núcleos urbanos, mas também as capelas rurais, iluminadas apenas por um lampião ou por uma lamparina. No entanto, não sufocava a sua vocação de intelectual. Por isso, D. Alexandre promoveu vários cursos e escreveu muito, contribuindo para o crescimento da cultura. Sempre apoiou iniciativas culturais, como o nosso Instituto Superior de Cultura e a criação da Faculdade de Filosofia Santo Tomás, além de participar da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Esse espírito de pastor e de intelectual foi muito projetado pela palavra, pela pregação. Foi o homem da palavra, o Bispo da palavra, o Bispo de palavra, o grande evangelizador, a paixão se concretizando sempre no diálogo com a comunidade. Dedicando-se, também, pastoralmente à ação católica, contribuiu para o desenvolvimento da renovação da liturgia católica cristã, além de estimular o estudo e a aplicação da doutrina social da Igreja.

Uberaba tornou-se célebre como um pólo de ação católica, que ajudava os cristãos e os leigos a crescer, a assumir a sua responsabilidade e a participar da ação e da celebração eucarística, através da renovação da liturgia, e a participar da vida social, da arte e da ciência, sempre com o estímulo e com o apoio do D. Alexandre. Uberaba tornou-se um ponto de referência da ação católica e da renovação litúrgica. Foi uma época memorável. Acostumados ao Concílio de Trento, surgiu esse momento histórico em que a Igreja de Uberaba pôde sentir uma efervescência pastoral, que afirmou e demarcou um novo momento e uma nova fase da pastoral em nossa Diocese.

Assim, esse nosso grande Bispo, D. Alexandre Gonçalves do Amaral, sempre se empenhou, com um grande esforço e com uma grande paixão, na luta pela ação católica. Foi incompreendido, muitas vezes, por estar avançado em relação ao que se fazia naquele tempo, mas, apesar disso, jamais recuou. D. Alexandre era um homem sustentado e impregnado pela fé e pelo espírito do Senhor, mas também sustentou e denunciou a fé, vivendo intensamente o seu testemunho. Manifestou e viveu sempre um amor muito grande pela Igreja de Deus, que, para ele, era intocável e um compromisso permanente. Ele tinha uma paixão pela Igreja de Deus. Por isso, foi um grande defensor da ação católica, da renovação litúrgica da Igreja e de todos os que eram hostilizados. D. Alexandre atuava com destemor na defesa da Igreja. Quando houve acusações de que os padres da época da guerra teriam uma ligação com o nazismo e com o fascismo, D. Alexandre desmascarou aqueles que estavam acusando os sacerdotes. Mais tarde, com o golpe militar, houve acusações à Igreja, a padres, a religiosos, a cristãos e a leigos de ligações com o marxismo e o comunismo, e D. Alexandre levantou-se para defendê-los. Sempre impetuoso, não era preciso que lhe pedisse essa defesa, porque se antecipava e se colocava na linha de frente em defesa dessas pessoas. Ele assumia a causa da Igreja. Jamais abandonou o seu rebanho e o seu povo, sempre firme, decidido, bravo e audacioso. Por isso, pôde escrever, em sua segunda Carta Pastoral, esta frase monumental: "Mais cômodo seria fugir, mas o dever mais imperioso é enfrentar a luta". Sempre enfrentou e jamais desistiu de fazer a defesa daqueles que estavam sendo acusados injustamente.

D. Alexandre é paradoxal. Na primeira Carta, quando faz a saudação a Uberaba, como Bispo, diz assim: "Agora tenho o potencial da afetividade e sinto o meu povo e o meu rebanho. Sei que uma afetividade profunda quer falar ao coração dos seus fiéis e cristãos". Isso parece paradoxal. Às vezes fica a idéia do D. Alexandre do pensamento, do raciocínio, mas era também o Bispo da afetividade, do carinho, da emoção e da ternura. São Paulo foi lembrado aqui. D. Alexandre sempre nos lembrava do ponto em que São Paulo falava aos filipenses: "Posso dar este testemunho. Amo a vocês com a ternura de Jesus Cristo". D. Alexandre poderia dizer: "Amo a vocês, uberabenses, com a ternura de Jesus Cristo".

Em sua primeira Carta Pastoral, faz um resumo do seu programa: "O programa da minha pastoral é um programa de vida, de ação e de apostolado. Ele está contido em meu lema: 'Para que tenham vida' ". O programa da vida pastoral do D. Alexandre é a vida. Isso é extraordinário. Depois de tantos anos, hoje temos paixão pela vida.

Ele enxergou o grande valor da vida evangélica e da espiritualidade, mas também da vida social, do fôlego e da totalidade do ser humano. Hoje sentimos que um grande desenvolvimento faz-se em torno e na defesa da vida, quando esse Bispo já tinha, como seu lema, o compromisso com a vida. Como Cristo disse: "Vim para que tenham uma vida exuberante". Isso tornou-se forte. Trata-se de uma grande herança do trabalho de D. Alexandre. Em setembro, o Banco Mundial, insuspeito, declara que no mundo há 2.800.000 pobres. Quase metade da humanidade está sendo danificada pela miséria e pela pobreza. Ainda em outubro deste ano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Brasil revela que a pobreza aumentou e que há 54 milhões de brasileiros vivendo na pobreza, ou seja, 1/3 da nossa população está sendo demolido pela pobreza, perdendo e arruinando a sua própria vida devido a essa situação. Diante disso, lembremo-nos daquele que tem o compromisso com a vida. Faremos uma referência à figura de Mitsu, que tinha uma paixão pela ética da vida.

Justo foi um (...), que dizia que o cristianismo era contra a vida, que impedia o crescimento da vida. Então, lembremo-nos de Mitsu, que colocou como lema a vida e sempre a defendeu. D. Alexandre é uma história viva, uma história que não se esquece, uma história que não se apaga, uma história que não será jamais sepultada. D. Alexandre é a história da coerência, a história da fidelidade ao Cristo, a história do testemunho evangélico, a história do amor, da paixão. É a história da audácia cristã, a história daqueles independentes, Mitsu e (...), que não se curvavam diante do poder arbitrário e tirânico. D. Alexandre é a história viva da própria vida, da vida plena. Aquele que colocou a vida como seu grande compromisso.

Quando D. Alexandre surge como história da vida, pensamos que a face de Evangelho assumida por ele é um portento e, ao mesmo tempo, amedronta, porque o testemunho da vida de D. Alexandre empolga aqueles que amam a vida, aqueles que buscam a vida, aqueles que defendem a vida, aqueles que querem ter esperança, mas, ao mesmo tempo, amedronta aqueles que negam a vida, aqueles que pisam na vida, aqueles que degradam a vida, aqueles que destroem a vida.

D. Alexandre, o grande místico da vida, deixa-nos, neste momento em que queremos homenageá-lo, um grande apelo, um fascinante apelo. Ele nos chama, com o exemplo de toda a sua vida, uma vida culta, a nos unirmos pela causa da vida, para que todos tenham uma vida plena, para que todos possam viver com dignidade humana e cristã.

Apresentação do Coral do Seminário Nossa Senhora da Abadia

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação do Coral do Seminário Nossa Senhora da Abadia, sob a regência do seminarista Fabiano Roberto, que executará as composições: "Vem, eu mostrarei", "Jesus é o Senhor", "Maria, Mãe da América Latina", "Hino ao Pontífice" e "Oh, Santíssimo".

- Procede-se à apresentação do coral.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - Esta Presidência tem a honra de entregar ao Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Uberaba, D. Aloísio Roque Opperman, uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: (- Lê:)

"A D. Alexandre Gonçalves do Amaral, modelo de virtude apostólica e exemplo de coragem e apego aos ideais democráticos, a respeitosa homenagem da Assembléia Legislativa mineira. Uberaba, 5 de dezembro de 2000. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais."

Gostaria que fizesse essa entrega, em nome da Assembléia, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Palavras de Dom Aloísio Roque Opperman

As minhas palavras são de agradecimento. Como tive a honra de receber essa homenagem no lugar de D. Alexandre, agradeço a tantas pessoas que se sensibilizaram diante dessa personalidade marcante, que, no ano passado, completou 70 anos de sacerdócio e 60 de episcopado. Penso que a sociedade de Uberaba ficou devendo alguma coisa a D. Alexandre. Lembro-me de que, ao entregar ao Deputado Anderson Aduato a biografia de D. Alexandre, escrita pelo Pe. Prata, ele sentiu-se na obrigação de prestar essa homenagem, que veio em hora muito oportuna. Sou muito agradecido a esse reconhecimento oficial prestado pela Assembléia Legislativa, em nome do povo mineiro, a uma personalidade tão bem descrita pelos oradores que me precederam.

Portanto, agradeço à Assembléia Legislativa e a todos que colaboraram para que isso acontecesse. Agradeço, também, de maneira especial, ao nosso Seminário Nossa Senhora da Abadia, cuja apresentação deu mais brilho a esta solenidade. Finalmente, agradeço a todas as pessoas que prestarem essa homenagem a um Arcebispo que não pode ser esquecido jamais. Como um dos seus sucessores, quero juntar-me às vozes da população de Uberaba, agradecendo a Deus por esse grande presente. Realmente, D. Alexandre pagou o tributo à sua época, mas se sobressaiu. Por sua inteligência, esperança e grande amor à Igreja, antecipou muitos acontecimentos. Deus seja louvado por essa pessoa maravilhosa que é D. Alexandre Gonçalves do Amaral.

Palavras do Prof. João Batista

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduato, quero transmitir um recado e um abraço do Sr. Prefeito, que participou do início desta reunião, mas teve de se retirar, porque é parainfo de outra solenidade. Esse recado é um agradecimento do povo de Uberaba pela homenagem que a Assembléia Legislativa, na pessoa do seu Presidente, presta a essa figura extraordinária do clero brasileiro, D. Alexandre Gonçalves do Amaral. É um acontecimento significativo, porque a Assembléia deslocou-se até Uberaba, num ato sem precedentes, para homenagear essa personalidade que fez e ainda faz a história desta cidade, como bem lembrou Monsenhor Juvenal Arduini. A placa de homenagem da Assembléia Legislativa, apresentando D. Alexandre como exemplo de virtude apostólica e de apego aos ideais democráticos, é a síntese da vida uma pessoa que, como ninguém, combateu o bom combate e está recebendo antecipadamente a coroa que receberá no céu, por meio desta homenagem feita pela representação maior do povo de Minas Gerais, que é a Assembléia Legislativa.

Uberaba sente-se engrandecida por ter um filho de tamanha expressão, que, se é história desta cidade, a cidade também é um capítulo da sua história. Uberaba, Sr. Presidente - que ainda respira o mesmo ar de D. Alexandre, em que ecoam as vozes naqueles mesmos lugares, onde ecoou, tantas vezes, com tanta sabedoria e lucidez, a voz de D. Alexandre -, teve a oportunidade de prestar essa homenagem a quem ainda está entre nós. Parabéns, Sr. Presidente, por essa iniciativa. Parabéns, Uberaba, que ainda pode dizer: estamos com D. Alexandre Gonçalves do Amaral.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. e Revmo. D. Aloísio Roque Opperman, Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Uberaba; Revmo. Monsenhor Juvenal Arduini, também da Arquidiocese de Uberaba; Revmo. Sr. D. Benedito Ulhôa Vieira, Arcebispo Emérito da Arquidiocese de Uberaba; Monsenhor Geraldo Magela de Faria, Vigário-Geral da Arquidiocese; Exmos. Srs. Deputado Adelmo Carneiro Leão; Prof. João Batista, representando o Sr. Prefeito Municipal de Uberaba, Marcos Montes Carneiro; Pedro Wálter Barbosa, representando a Associação Comercial e Industrial de Uberaba, que nos cedeu este local para a homenagem; Elmar Humberto Goulart, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba; José Soares de Almeida, Delegado e Chefe da Polícia Federal na nossa cidade; Ilmos. Srs. Mário Salvador, Presidente da Academia de Letras do Triângulo Mineiro; Major Hermes Antônio Pereira, Comandante da 3ª Companhia Independente de Bombeiros, aqui representando o Cel. José Maria, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros militar, Maria Isabel Sanches (...), representando a Associação dos Voluntários do Combate ao Câncer, de Uberaba; Simone Reis Carvalho Figueira, Presidente da SR - Mulher, Socorro e Adaptação da Mulher; José Celmo Donizeti Mazedo, da Paróquia Sagrada Família; Lauro Henrique Guimarães, representando o PT; Rodrigo Mateus, Presidente do PMDB Jovem; Toni Carlos, Vereador eleito e representando a Rádio Uberaba; Acelindo Albert, representando a GEMINAS; Aparecida Carvalho, representando o PMDB Mulher; Josimar José Rocha, Coordenador da Pastoral da Criança da Arquidiocese de Uberaba; Jorge Alberto Nabuti, representando o Museu de Arte Sacra; Vilmar Pereira de Souza, representando a COHAB de Minas Gerais; Vicente de Paula (...), Coordenador Regional do DER de Uberaba; Anibal Sabino de Freitas, representando a Defensoria Pública de Uberaba; Celso Borges, Diretor da Rádio Natureza FM; Aduato Francisco do Amaral, Superintendente da Associação dos Veículos de Comunicação - AVER -; Irmã Francisca Ferreira, representando a Igreja de São Benedito; José Murilo Faria Silva, representando a Loja Macônica Sete Colinas; Irmã Anita Rocha, representando a Creche Comunitária; D. Marta Carneiro; D. Leda Brasileiro Teixeira Vale, Presidente da Organização dos Amigos Solidários da Infância e Saúde; Cel. Fernando Ferreira Vieira da Silva, Presidente da COPEVALE; Celina dos Santos, representando a Paróquia Santíssimo Sacramento; Paulo Miguel de Mesquita, Vice-Prefeito da Cidade de Uberaba; Renato Peixoto Júnior, representando o Grupo de Estudos Diocesano do Movimento de Cursilho da Cristandade; Pedro Humberto Carneiro, Presidente do PSB; Januário Matos de Oliveira, representante do Sindicato do Comércio Varejista de Uberaba; Gilda (...), da Associação Social da Fundação Gregório (...); Maria Aparecida Ferreira, representante da Comunidade de Nova Jerusalém; Cleber Humberto de Souza Ramos; João Oswaldo Veiga, representante do Centro de Pesquisas da EPAMIG; Antônio Donizeti Ferreira, Presidente da Associação dos Moradores de Maringá I e II; Rodolfo Luciano Cecílio; Torquinho, Vereador eleito; Roberto Carlos de Araújo, Reitor do Seminário de Nossa Senhora da Abadia; Pe. Gilberto Carlos de Araújo; Baltazar Luzia Pinto, do Sindicato dos Bancários de Uberaba; Padre Paulo, da Igreja Catedral Metropolitana; Terezinha de Oliveira Ferreira, Ministra do Ministério do Campo da Igreja Catedral Metropolitana de Uberaba; Sueli Higino da Silva, Diretora da Escola Estadual Prof. Chaves; Irmã Olinda da Rocha Silva, Diretora do Hospital São Domingos; José Severino, representante da Sociedade São Vicente de Paulo; Irmã Célia Melo, representante do Instituto Santo Eduardo; Elizete Lopes, representante da Casa do Artesão; Cristóvão Barbosa, representante da Comunidade de Nova Jerusalém; Antônio José Loureiro Borges, Presidente do Sindicato Rural de Uberaba; Pe. Alécio Donizeti, representante da Arquidiocese de Frutal; Lair (...), representante do Seminário São José; Cel. José Orlando Ferreira, Presidente do Partido da Mobilização Nacional; Prof. Antônio Bernardes Neto, representante do Curso Objetivo; Marta Helena dos Santos, Ministra da Eucaristia da Paróquia de Santa Terezinha; Pe. Luciano Gomes dos Santos, da Paróquia de São Sebastião de Pedrinópolis, e Pe. José Lourenço da Silva Júnior, da Igreja de São Judas; senhoras e senhores; gostaria de justificar meu atraso. Hoje passamos por um processo eleitoral para a escolha do meu sucessor na Assembléia e tivemos algum atraso. Além disso, tive de ir a Brasília para um encontro com o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a inclusão dos municípios mais pobres de Minas, que estavam fora do Programa Alvorada. Peço desculpas aos senhores e às senhoras.

Ao nosso homenageado: Exmo. e Revmo. D. Alexandre Gonçalves do Amaral, apesar de sua ausência, Minas inteira, com esta homenagem e o deslocamento da Assembléia até a cidade de Uberaba, está diante do que representa D. Alexandre, nessa delegação especial de seu parlamento, para trazer-lhe o preto afetuoso e a palavra de gratidão.

Em D. Alexandre, os mineiros vêem um de seus mais atentos e poderosos pastores, zelo guardião dos mistérios da fé, bravo defensor dos valores imperecíveis que a palavra de Jesus deixou ao Ocidente.

D. Alexandre é, como recomendava Paulo, um homem determinado, não personalidade moma. Mesmo os que ousaram discordar do Arcebispo de Uberaba nele viam o penedo a destacar-se na planície, solitário em sua altura e sólido em sua densidade. Sua sabedoria é servidora da fé, e a fé, servidora do homem.

Exmo. e Revmo. D. Aloísio Roque, que, neste momento, representa D. Alexandre, os mineiros podem não ter a memória do regozijo, mas conservam a lembrança do sofrimento e a gratidão pelos que são solidários nas horas travosas.

Não são apenas esta cidade e esta região do Triângulo que registram, para a História, a bravura de D. Alexandre, nos episódios de 1964. Não cabe agora fazer o juízo político daqueles fatos. O que vale recordar é o que todos puderam testemunhar: a presença corajosa e serena do pastor na proteção de seu rebanho. Não interessava ao apóstolo a ação política dos seus diocesanos, mas a fidelidade a Cristo e a sua mensagem maior, a que nos manda amar os irmãos, como devemos também nós amar.

Bravo contra os agentes da repressão, D. Alexandre não foi menos aguerrido contra os que comandavam os atos deploráveis. A sua presença no Palácio do Governo, para exigir respeito aos direitos fundamentais das pessoas e impor aos dirigentes daquele movimento político-militar a destituição do Comandante das tropas mineiras em Uberaba, foi, talvez, o ato de maior significação moral daqueles meses cinzentos.

A sua atuação naqueles episódios confirmavam os compromissos de seu longo episcopado. D. Alexandre foi sempre tenaz combatente católico, um dos primeiros construtores da ação católica, jornalista que dinamizou o "Correio Católico", transformando-o em diário; criou o Seminário São José, que preparou tantas gerações de sacerdotes.

Ao deslocar-se para Uberaba, a fim de prestar esta homenagem a D. Alexandre, a Assembléia Legislativa de Minas teve em conta todos os títulos de sua carreira excepcional nos quadros de hierarquia da Igreja. D. Alexandre é um de seus doutores, no conhecimento profundo da teologia e da história da Igreja, mas também nos saberes seculares.

D. Alexandre sabe que a fé não significa retirar as almas das preocupações deste mundo, mas nelas inseri-las; que a passagem efêmera do homem na Terra faz parte de sua eternidade e que os cristãos não podem alhear-se das questões mundanas. Se Deus mandou seu filho a fim de dar o testemunho entre os homens é porque, criação de sua vontade, o mundo é também sua responsabilidade. Não fosse assim, e Ele não teria passado a Moisés, entre as labaredas do Sinai, as tábuas da lei.

Com esta homenagem a D. Alexandre, manifesto-lhe, em nome da Assembléia Legislativa de Minas, todo o respeito dos mineiros, nestes dias em que o grande pastor completa 94 anos de vida e 71 anos de sacerdócio. Sua existência tem sido de inteira dedicação a Deus, isto é, à vida e ao amor pela humanidade.

Que Deus dê a D. Alexandre muitos e muitos anos mais entre nós, que de seu exemplo e de sua sabedoria nos nutrimos.

Muito Obrigado. Antes de fazer o encerramento, agradeço especialmente a D. Aloísio Roque Opperman a lembrança, pois esta homenagem é fruto de uma visita de cortesia que, durante o período eleitoral, eu e o Lauro fizemos ao Arcebispo Metropolitano, que nos entregou o livro. Portanto, sentimos a necessidade de prestar essa homenagem - ainda como Presidente da Assembléia Legislativa - a D. Alexandre. Fui juvenista, com os Irmãos Maristas, no Rio; estudei, aqui, no Champagnat e no Diocesano. Fui seminarista, com os padres redentoristas, em Sacramento. Na década de 70, quando tive a satisfação de conhecer D. Alexandre, passei a saber o que sempre significou para a nossa cidade e para a nossa região. Foi um prazer muito grande, na condição de Presidente do Poder Legislativo de Minas Gerais, apresentar o requerimento, que foi aprovado por unanimidade, pois todos reconheceram, na defesa que fizemos, a validade e a necessidade de homenageá-lo ainda em vida. Não tínhamos condições de deslocar todos os Deputados, mas a Presidência, o cerimonial, a TV Assembléia, o corpo técnico deslocaram-se de Belo Horizonte para prestar esta homenagem. Infelizmente, hoje aconteceu um acidente com a esposa do Deputado Paulo Piau, que não pôde comparecer. A Presidência agradece a todos que representam a grande família católica de Uberaba a oportunidade de estar aqui, nesta noite, prestando essa homenagem.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 6, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 124ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 7/12/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aداuto e Luiz Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Entrada das bandeiras - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Toque da Vitória - Palavras do Senador Pedro Simon - Palavras do Deputado Sávio Souza Cruz - Palavras do Deputado Luiz Tadeu Leite - Palavras do Sr. Vamireh Chacon - Palavras do Sr. Otávio Dulci - Palavras do Sr. Sylvio Back - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Elaine Matozinhos - Ermanno Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Milton - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Rêmolo Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira e Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sávio Souza Cruz, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Sávio Souza Cruz, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Senador Pedro Simon; ex-Senador Ronan Tito; ex-Senador Alfredo Campos; Vamireh Chacon, Diretor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília; Otávio Dulci, professor de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais; Sylvio Back, cineasta e poeta; e Conselheiro João Bosco Murta Lages, representando o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Sylo Costa.

Entrada das Bandeiras

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a assistir à entrada, em Plenário, das bandeiras das unidades integrantes da Federação brasileira, que serão conduzidas por policiais militares da Guarda Oficial do Palácio da Liberdade.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates 70 Anos da Revolução de 30.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo saxofonista Sargento Wellington Brandão, do Corpo de Bombeiros Militar.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

"Uma revolução é sempre o retorno da ficção à realidade", disse um dos maiores pensadores do século XIX, Victor Hugo, em seu monumental romance sociológico e político "Os Miseráveis". A mesma idéia, de forma mais singela, foi expressada por nosso conterrâneo Israel Pinheiro, ao afirmar que "em política, só são possíveis as soluções naturais".

A Revolução de 30, apesar de seu desvio institucional, com o Estado Novo, cujas causas merecem uma análise serena dos historiadores, foi o mais importante momento da vida republicana brasileira. Com o movimento, as oligarquias rurais de São Paulo perderam a hegemonia do poder nacional, e os interesses urbanos, representados pelo empresariado industrial e pelas classes médias, assumiram a direção da vida republicana. Esses interesses contrariados das oligarquias paulistas tentariam, em julho de 1932, retomar o comando, a pretexto da necessidade de uma Constituição, mas seriam vencidos pelo Governo Provisório, nos combates da Mantiqueira, com a ajuda decisiva de Minas Gerais.

A Revolução de 30, como todos os processos históricos, resultou de uma confluência de fatores objetivos e subjetivos, aliada a circunstâncias ocasionais e menores. Suas causas menores, mas decisivas, podem ser encontradas no rompimento de um compromisso entre São Paulo e Minas, que vinha desde 1907, com o Convênio de Taubaté, estabelecido pelas oligarquias rurais e políticas dos dois Estados, com o propósito de defender o preço de seus produtos básicos, sobretudo o café. O acordo não escrito previa a tutela política da jovem república federativa, a ser exercida pelos dois Estados mais importantes de então. Em termos práticos, Minas e São Paulo, ainda que não exercessem diretamente a Presidência da República, decidiriam quem viria a exercê-la, sempre tendo em vista o que consideravam importante para o País. Dentro desse entendimento, Arthur Bernardes foi eleito Presidente da República para o quadriênio 1922-1926, e Washington Luís o sucedeu no período de 1926-1930. No acordo tácito, o Presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, teria a palavra mais forte na escolha do candidato a eleger-se e empossar-se em 1930, se não preferisse ele mesmo apresentar-se à postulação, como antes fizera o próprio Washington Luís.

O então Presidente da República, no entanto, traiu o compromisso, e decidiu fazer do Governador de São Paulo, Júlio Prestes, o seu candidato. Supunham os paulistas, sob o comando de Washington Luís, que já não precisavam da aliança com os mineiros e que poderiam administrar o Brasil sozinhos. Partiam de um cálculo até certo ponto correto: a política paulista estava sob o comando das oligarquias rurais e o empresariado urbano, se não estava dominado pelas mesmas famílias, era constituído de imigrantes, sem força política ponderável. As intenções de Washington Luís foram logo identificadas. Isso conduziu os mineiros, gaúchos, pernambucanos e paraibanos, sob a chefia do extraordinário líder João Pessoa, a iniciar seus entendimentos, visando à resistência ao predomínio paulista. Tratou-se, em linhas ideológicas, da defesa da Federação contra o mando arbitrário de um só Estado.

Ora, essa intenção de predomínio estava evidente nos lemas escolhidos pelos paulistas para os seus símbolos: "Pro Brasília fiant eximia" e "Non ducor, duco". Ou seja, presumiam-se de fazer o melhor pelo Brasil e afirmavam não serem conduzidos, mas, ao contrário, conduzir.

Em suma, os seus ideólogos não aceitavam o consenso federativo, mas, com o pressuposto de que faziam o melhor pelo País, reivindicavam o mando. "Non ducor, duco" ("Não sou comandado, comando").

Washington Luís, para quem a questão social era um mero "caso de polícia", articulou tudo para afastar os mineiros da decisão política. Antônio Carlos, um conciliador astuto, quase se humilhou, em busca de solução política. Em carta a Washington Luís, dispôs-se a renunciar à própria candidatura em favor de outro nome de Minas e, se isso não fosse possível, em nome de um "tertius" que não fosse mineiro nem paulista. Washington Luís respondeu com o lançamento do nome do Governador de São Paulo, Júlio Prestes. Em vista disso, os mineiros se aliaram aos gaúchos - temos aqui o ilustre gaúcho Senador Simon - e, com o apoio da Paraíba, lançaram a candidatura de Getúlio Vargas.

A candidatura de Vargas era uma bandeira política, porque todos estavam convencidos de que o Governo Federal tudo faria a fim de impedir a derrota de seu candidato. Como o voto não era secreto e os livros de atas eleitorais eram normalmente adulterados em cada comarca, sabia-se logo que a vitória de Getúlio só estaria garantida nos Estados rebeldes. Por isso mesmo, enquanto se desenvolvia a campanha eleitoral, já se articulava a rebelião armada. Nessa articulação se destacaram o grande mineiro Virgílio de Mello Franco e dois gaúchos excepcionais, João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha. E, se muitos mineiros se destacaram no apoio à Revolução, outros, reunidos na famosa Concentração Conservadora, se mantiveram ao lado de São Paulo, como Fernando de Mello Viana e Alfredo Viana do Castelo.

A campanha política da Aliança Liberal, que tinha como lema "Representação e Justiça", serviria, como serviu, para trazer à opinião pública a mensagem de refundação republicana e da necessidade do respeito ao pacto federativo.

A Revolução de 30 pode também ser entendida como resposta nacionalista à primeira grande globalização econômica e cultural da década de 20, como consequência da vitória aliada na Primeira Grande Guerra. Na década de 20, empurrada pelo cinema e pelo rádio, houve uma invasão cultural norte-americana, impressionante naquela época, em que nos salões se dançava o "charleston" e o cinema se universalizava. Mesmo antes do cinema sonoro, ou falado, já havia, no Brasil, centenas e centenas de salas de projeção e, nas cidades em que não havia salas permanentes, equipes ambulantes levavam os seus rolos de celulóide. Da invasão econômica nem se fale: os serviços públicos eram concedidos a empresas anglo-norte-americanas, algumas supridas também de capitais canadenses, como a Light and Power.

A Aliança Liberal era, assim, um movimento nacionalista, e em seu programa constavam o desenvolvimento econômico e a justiça social, além da democratização da vida política, com o fim do controle oligárquico do Congresso, que se exercia com a comissão de verificação de poderes, um filtro arbitrário que impedia a posse de parlamentares não confiáveis e que, durante muitos anos, foi controlada pelo senador gaúcho Pinheiro Machado.

A Aliança Liberal estava também enraizada nos setores nacionalistas do Exército. Desde 1922, com o Levante do Forte de Copacabana, do qual participaram jovens militares que se destacariam em nossa história, como Siqueira Campos e o futuro Brigadeiro Eduardo Gomes, os corpos armados se encontravam agitados. Vencido o levante de 1922, ainda no Governo Epitácio Pessoa, seu sucessor, o mineiro Arthur Bernardes - que era nacionalista - teve de se confrontar com uma oposição militar crescente, baseada também no ressentimento dos partidários do Marechal Hermes da Fonseca, o que o levou a decretar o estado de sítio e mantê-lo até o fim do mandato.

Em 1924 estouraria a Revolução de São Paulo, vencida pelas tropas federais. O remanescente dessas tropas, retirando-se de São Paulo em direção ao Oeste, constituiria, com a adesão de Luiz Carlos Prestes, um jovem capitão gaúcho, a famosa Coluna Prestes, que percorreu o Brasil de norte a sul e de oeste a leste, retornando depois ao ponto de partida, para retirar-se para a Bolívia.

Podemos ver que foram várias as vertentes que constituíram a vigorosa corrente revolucionária de 1930 e que a colocam em atualidade. O nacionalismo e a reação contra a internacionalização da economia e contra a perda da identidade nacional foram os seus traços dominantes. A necessidade de justiça social, estimulada pelos movimentos operários nos centros industriais, era outra razão revolucionária. E o elemento político e emocional, quase sempre necessário à ação militar, veio com a arrogância de Washington Luís, ao negar cumprimento ao acordo com os mineiros.

Mesmo com os desvios políticos impostos pela realidade internacional, que deram origem ao Estado Novo, a Revolução de 30 iniciou a transformação do Brasil agrário em urbano e industrial. Trouxe o reconhecimento do trabalho e do trabalhador, com a legislação trabalhista. Criou a Previdência Social, tal como a tivemos até recentemente, e deu bases para o grande processo de desenvolvimento econômico dos anos 50, com o retorno de Vargas ao poder e o Governo extraordinário do também mineiro Juscelino Kubitschek.

Em sua mensagem à Assembléia Nacional Constituinte, em 15/11/33, Getúlio Vargas aponta como fundamental para o Brasil o cumprimento de duas tendências de nossa tradição política: a federação e a representação popular. Assim, a Revolução de 30 não conseguiu completar-se, até hoje, com a adição de um sistema realmente federativo. Ao contrário disso, a Federação de nossos dias é apenas a caricatura da que havia na Velha República anterior a 1930, e a representação popular é evadida dos vícios antidemocráticos que conhecemos.

Mas os três anos de Governo Provisório haviam sido vantajosos para a Nação, conforme disse o próprio Vargas aos constituintes, no balanço sumário de seus resultados: "Manteve a ordem, cultuou o direito e elevou a justiça. Purificou o ambiente moral da Pátria e fortaleceu-lhe o prestígio no exterior. Saneou a administração, aperfeiçoando os serviços públicos e premiando a capacidade de seus servidores. Ordenou as finanças e estimulou a economia nacional: não contraiu empréstimos e conseguiu reduzir os compromissos do Tesouro. Conservou em baixo o índice do custo da vida, sem diminuir, internamente, o poder aquisitivo da moeda. Melhorou as condições das classes menos abastadas e regulamentou, valorizando o trabalho nacional; restabeleceu a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas; reformou a instrução superior e a secundária e delineou as bases para a criação da

Universidade do Trabalho; aumentou de 6.800km as vias de comunicação do País e de 1.200.000.000m³ a capacidade dos reservatórios contra a seca no Nordeste; deu seguros alicerces à Nova República com a reforma eleitoral, instituindo o voto secreto e a representação proporcional; estabeleceu o voto feminino; e, para garantir a verdade do sufrágio, entregou, finalmente, à justiça a inviolabilidade das urnas, a apuração do pleito e o reconhecimento dos candidatos.

Essa foi a era Vargas, que também poderia ser chamada a Era de 30, contra a qual temos hoje, 70 anos depois, o auge de outra era, a Era Fernando Henrique Cardoso. Muito obrigado.

Toque da Vitória

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Toque da Vitória, que será entoado pelos clarins do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes.

- Procede-se à execução do Toque da Vitória.

Palavras do Senador Pedro Simon

Prezado Deputado Presidente da Casa, prezado representante do Sr. Governador Itamar Franco, Srs. Senadores, Srs. Deputados, membros da Mesa, distintos professores, parlamentares, minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, é oportuna e completa a explicação dada pelo ilustre Presidente da Assembléia. Acho que foi um histórico absolutamente perfeito, real e concreto. Em segundo lugar, quero manifestar a minha alegria por estar novamente aqui na Casa da liberdade, da terra da liberdade, a Assembléia Legislativa das Minas Gerais. Tenho a honra, Sr. Presidente, de receber o convite para uma sessão como esta. Quero felicitar o seu idealizador e o seu coordenador por, nesta hora e neste momento, se lembrarem de fazer exatamente uma sessão em homenagem, em rememoração ao Movimento de 30. Que bom para mim, que sou gaúcho, falar nas Minas Gerais sobre a Revolução de 30. Muitas vezes, as manchetes costumam destacar a presença dos gaúchos na Revolução de 30, porque as tropas vieram de lá, porque a figura que terminou sendo chefe da Revolução foi o Presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Getúlio Vargas. Mas foi muito feliz o Presidente da Assembléia ao destacar que tudo aconteceu por causa de Minas Gerais. A Revolução de 30 aconteceu por causa de Minas Gerais e por causa da figura extraordinária do seu Presidente Antônio Carlos.

Queiram ou não - e muitos paulistas não querem, entre eles o nosso querido Fernando Henrique Cardoso -, a Revolução de 30 representou um marco muito importante na história deste País. E por isso dividimos a história do Brasil em antes e depois da Revolução de 30. Tivemos muitos acontecimentos importantes no Brasil. Tivemos a Independência, que, de certa forma, não foi um movimento de luta, de aspiração popular. Havia a Inconfidência aqui, nas Minas Gerais, lutando pela nossa independência. Mas a independência que aconteceu foi mais ou menos de pai para filho: "Pedro, ponha esta coroa na cabeça antes que outro o faça". A participação popular foi muito pequena. Houve a Proclamação da República, mas, a rigor, ela foi um golpe de Estado. O povo, quando via tropas por todos os lados, no Rio de Janeiro, não tinha idéia do que se tratava. E a figura de D. Pedro II era tida como respeitável. Apesar de um Rei democrata, o Congresso funcionava e era nele que se davam os grandes debates. Muito pouca ou nenhuma participação do povo na Proclamação da República. Com a República, veio a política dos Governadores. Não tivemos, na chamada Velha República, que vai da Proclamação até 1930, coisas das quais nos possamos orgulhar. Era a política dos Governadores. O Governador, que se chamava Presidente do Estado, praticamente determinava as normas do seu Estado. Ele mandava, dirigia. No Rio Grande do Sul, tivemos Borges de Medeiros, praticamente por seis mandatos, reeleito porque não tinha como não o ser. O voto era aberto, o cidadão entrava numa fila de votação, assinando e indicando seu candidato. No Rio Grande e em outros lugares, aquele que votava na Oposição estava sujeito a ser degolado imediatamente. Ganhavam os candidatos do Governo. Isso é grave, pois essa é uma das diferenças sérias entre o Brasil e os Estados Unidos. Os Estados Unidos acostumaram-se a praticar a democracia interna no tempo em que eram colônias. E, depois, quando da Proclamação da República, praticavam a democracia nos Estados, que tinham uma autonomia quase exagerada. Mas a democracia existia na Califórnia, em Nova Iorque, nos vários Estados, nas várias províncias dos Estados Unidos. Havia a Argentina, onde as províncias tinham essa autonomia. Mas o Brasil era um Estado em que, nas províncias, a democracia não existia. Claro que havia diferenças determinadas pelo Presidente do Estado, mas ele era o senhor absoluto, o poder, ele nomeava e decidia. Havia a política dos Governadores, a chamada política do café-com-leite, São Paulo e Minas Gerais. Essa política caminhava bem até o momento em que Washington Luís, em São Paulo, sentindo que lá se encontravam o poder, a força e a autoridade, notou que não mais precisava de Minas Gerais. E aproveitando-se da vaidade de Júlio Prestes, Presidente de São Paulo, tomaram o espírito aberto, democrático, pacifista de Antônio Carlos por covardia, por servilismo, achando que nada ia acontecer. Antônio Carlos tentou, demonstrando que nada existia de pessoal, inclusive declinando de seu nome em favor de um outro mineiro a ser escolhido. Não. Foram além. Nem Minas nem São Paulo. Escolhemos um outro Estado.

Não. Aí Minas Gerais deu o mote. Surgiu um grande homem, que foi João Pessoa, da Paraíba, e lançaram a candidatura de Getúlio Vargas, Presidente do Rio Grande do Sul, numa eleição em que já se sabia, como foi dito, que seria derrotado. Não teria nenhuma chance, como realmente não teve.

Uma das páginas mais bonitas sobre os debates mais espetaculares foi escrita pelo João Neves da Fontoura e se encontra nos dois volumes do livro chamado "A Campanha Liberal". Para minha honra, seu neto trabalha em meu gabinete. Seu avô escreveu os livros que tratam dos grandes debates entre Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas e Paraíba defendendo a Aliança Liberal. Perderam como deviam perder. Aí nasceu o movimento, e veio uma revolução.

A rigor, no Brasil, diga-se de passagem, foi feita a Revolução de 30 com a participação popular, com a sociedade. Surpreendentemente, ganharam as forças revolucionárias. Os gaúchos, vindos de lá, ganhando dos paulistas; e os mineiros, vindo daqui, em direção ao Rio de Janeiro. Acho que o Luiz não teve outra saída senão aceitar o apelo do Cardeal D. Leme e renunciar. E Getúlio Vargas assumiu o poder. Esse é o acontecimento histórico da maior importância.

A primeira coisa que se faz é falar da Revolução Paulista, de 1932, porque a Aliança Liberal, o Dr. Getúlio Vargas, que havia assumido o compromisso de fazer uma nova Constituição logo após as eleições, teria demorado. A impressão que tenho da história é que sem ou com a Revolução de 1932 sairia a Revolução de 1934. Não havia como não haver a Constituinte de 1934 ou a eleição, ainda que indireta, pelo Congresso Nacional, do Sr. Getúlio Vargas.

Não sou daqueles que apóiam o Movimento de 1937, embora tenha que reconhecer que o mundo estivesse vivendo uma época completamente anormal. Era o comunismo, o fascismo e o nazismo avançando e dando a entender que a democracia estava desaparecendo. No Brasil, havia o integralismo e o comunismo tentando, inclusive, a Intentona Comunista de um lado e os integralistas de outro, invadir e matar o Presidente no próprio Palácio do Catete. Envolvido nesses acontecimentos, o Dr. Getúlio Vargas, em 10/11/37, criou o Estado Novo, com o qual não concordo. Não aceito o desvio da democracia.

Na análise que deve ser feita de 1930 para cá, não há dúvida de que 1930 é um marco na história do Brasil e a figura de Getúlio Vargas é um marco na história do Brasil. Foi a partir daí que o Brasil passou a ser uma República Federativa; foi a partir daí que as leis sociais apareceram no Brasil; foi a partir daí que o voto secreto na democracia passou a ser nesse sentido; foi a partir daí que as várias unidades da Federação passaram a ter conhecimento; foi a partir daí que apareceu uma classe que se chamava trabalhadora, com seus direitos representados; foi a partir daí que apareceu uma classe chamada empresa nacional; foi a partir daí que o Brasil começou a se manifestar.

Temos aqui um professor que pode comprovar que praticamente tudo que possamos imaginar com relação às bases, aos sustentáculos e alicerces de um país foi feito no Brasil a partir da Revolução de 1930. A visão e a análise nacional de um Brasil global foram feitas a partir do Governo de 1930.

Os gaúchos têm uma certa mágoa de Getúlio. Durante os 20 anos em que foi Presidente, 15 anos durante 1930 a 1945, mais 5 anos durante 1950 a 1954, para nós, do Rio Grande do Sul, ele não deixou um café com leite. Não temos uma obra. Temos maiores obras de Juscelino no Rio Grande do Sul do que de Getúlio. Ele olhou muito mais para o Brasil do que para o Rio Grande. Aliás, a única Constituição positivista do Brasil é a do Rio Grande do Sul, onde o positivismo mais se concretizou, com a figura histórica e fantástica de Júlio Castilho. O positivismo era uma doutrina que sublimava o caráter, a seriedade e a dignidade indispensáveis para a política, não buscando proveito algum. E Vargas era um positivista. Seu discurso jovem, como paraninfo da faculdade de direito, é uma das peças que me deixa mais arrepiado, em primeiro lugar, por ser um agnóstico, em segundo lugar, pela frieza com que encara o determinismo da história e o papel e a responsabilidade da sociedade. Sou espiritualista e penso bem diferentemente. Mas tenho que reconhecer e respeitar a seriedade e a dignidade daquele homem.

Não há como deixar de reconhecer que todos os segmentos do Brasil começaram a existir em 1930. A semana cultural de 1922, em São Paulo, foi o início do que disse o Presidente, de uma globalização: junto com a vitória na II Guerra Mundial vinha a grande vitória dos Estados Unidos. Hoje entendemos perfeitamente, mas naquela época, não. O império inglês havia desaparecido. A Inglaterra entrou na II Grande Guerra como o grande império britânico, onde o sol nunca se punha, e terminou como uma ilha. A Alemanha tinha se reduzido a zero. O Japão tinha sido massacrado. E a partir dali, realmente, veio esse crescimento.

Getúlio Vargas teve coragem e competência para criar a PETROBRAS numa época em que isso era considerado impossível. E o projeto que enviou para o Congresso Nacional não falava em monopólio. Foi um Deputado da UDN das Minas Gerais, dialogando com ele, que apresentou uma emenda, que foi aprovada pela imensa maioria, determinando o monopólio do petróleo. Naquela época não se decidia se o Brasil entrava ou não na Guerra. Nossos navios foram afundados, mas existem interrogações até hoje sobre isso. Será que os alemães viram tanta vantagem em vir aqui brigar, atravessando o Atlântico Sul? Mas a verdade é que os nossos navios foram afundados, as vítimas apareceram, e o Brasil entrou na Guerra.

Fizeram uma reunião em Natal, com Roosevelt, quando o Brasil cedeu Natal para a aeronáutica americana bombardear a África, e ali ficou determinado que os americanos dariam dinheiro necessário para o início da indústria do aço, aqui, em Minas Gerais.

Foi ali que tivemos a primeira grande indústria. Foi ali que o Brasil começou a se desenvolver, a partir de Volta Redonda.

Então, de qualquer ângulo que analisarmos, veremos que a Revolução de 30 foi o grande marco da história do nosso País. Houve equívocos? Provavelmente, sim. Dúvidas? Provavelmente, sim. Mas não tenho dúvidas de que, na história deste século que termina, o Brasil teve, na figura de Getúlio Vargas, uma figura heróica e extraordinária. Também Juscelino Kubitschek, em apenas cinco anos, marcou indelevelmente a sua passagem pela Presidência da República. Tenho um carinho muito grande por ele. Quando estudante, fui Presidente da Junta Governativa da UNE, e tivemos uma longa conversa com o Presidente Juscelino. Estávamos em um impasse sobre fazer ou não uma greve. Então, o Pascoal Carlos Magno levou-nos para falar com o Presidente. Fiquei encantado com a figura de Juscelino e seu espírito público. O Ministro da Educação dizia-nos que não havia chance de falarmos com ele, mas ele disse ao Ministro: "Não se pode tratar os estudantes assim. Esses jovens são a nossa esperança. Vamos dar-lhes um crédito de confiança". E deu-nos, à revelia do Ministro, uma posição que a imprensa marcou como sendo uma grande vitória dos estudantes na vida brasileira.

Agora vivemos um momento de interrogação. Nosso amigo Fernando Henrique, quando fez o seu pronunciamento despedindo-se do Senado Federal para assumir a Presidência da República, fez questão de dizer: "Terminou a era Vargas". Essa foi a frase mais importante de seu pronunciamento, reproduzida em manchetes por todos os jornais no dia seguinte. Podemos, então, dizer que começou a era Fernando Henrique? Não sei, mas acho que estamos vivendo um momento muito difícil, um momento de tomar direções. E na hora de tomar essas direções para o futuro, inspiro-me em Getúlio Vargas e em seu patriotismo. Inspiro-me na figura de Tancredo Neves que, em 1954, teve uma dignidade e uma bravura fantásticas. Quando os militares traíram, disse, por exemplo: "Dê-me o Ministério da Guerra que termino com esse levante".

Inspiro-me, também, na figura de Juscelino, que veio depois e que fez um Governo fantástico. Ele queria voltar à Presidência da República em 1965 e dizia: "Preciso voltar em 1965, porque fiz um grande Governo. Realmente, o Brasil pode ter crescido 50 anos em 5, mas cometi um grande erro. Não olhei para a agricultura. Não entendia a sua importância. Quero voltar à Presidência para fazer com que a agricultura brasileira cresça 50 anos em 5". Isso aconteceu em 1964, e ele seria candidato em 1965. Mas não houve eleição nem deixaram-no ser Presidente. E a agricultura continua como está.

Hoje, olhando para o Brasil nessa chamada "era da globalização", fico a me perguntar qual será o nosso rumo. Às vezes, dizemos que a base parlamentar do Sr. Fernando Henrique é muito grande, é imensa: PSDB, PFL, PMDB, PTB, PL... Então, fica muito heterogênea a sua composição.

Mas quero fazer justiça: na época do Itamar, a base também era heterogênea, mas o Governo soube dar uma determinação, um oriente que não temos atualmente. Uma hora é o Antônio Carlos Magalhães dizendo o que deve ser feito; outra hora é o Ministro X que diz o que deve ser feito; outra hora é um bate-boca entre o Serra querendo defender, justamente, as questões da saúde e o Ministro da Fazenda considerando que o problema é o "déficit" público, o resto todo fica para trás. Estamos aqui, neste Brasil, e perguntamos para onde vamos.

Digo para vocês, com muita singeleza, olhando para a Revolução de 30, para seus erros e acertos, e olhando o hoje e o amanhã: para mim, nesse milênio que está se iniciando, o Brasil não é problema, é solução.

Esse milênio que está se iniciando tem problemas dramáticos. A falta de água doce será mais grave que o problema do petróleo. Dizem que a guerra do Oriente Médio não termina, lutam para saber quem ficará com o controle da África. A única grande interrogação que existe ali não é um pedaço a mais ou a menos de Jerusalém, é o controle da África. Os judeus não admitem, em hipótese nenhuma, que nenhum rio fique sob o comando dos palestinos.

A Califórnia já está se organizando para coordenar a falta de água. Vocês sabem que a Califórnia é um deserto igual ao Nordeste. Transportaram o rio Colorado, fizeram lá o que temos de fazer no Brasil e transformaram um deserto em um jardim fantástico. Mas a água está faltando.

O Brasil tem as maiores reservas de água doce do mundo inteiro e as maiores reservas de terras agricultáveis do mundo inteiro. Em termos de minério, ninguém tem mais que o Brasil. O Governo Fernando Henrique cometeu o grave equívoco de privatizar a Vale do Rio Doce. Mesmo no mundo globalizado, a Vale tinha de ser brasileira. Podiam até privatizar determinados setores: a Estrada do Aço, as reservas em tal lugar, mas o controle da Vale tinha de estar na mão do Brasil. Aqui se encontram grandes reservas de água, de oxigênio, de florestas.

Se vocês me perguntarem quais são os maiores problemas do Brasil, eu digo que o primeiro é a fome, o segundo é a Floresta Amazônica. Temos de conservar nossa contracobiça do mundo inteiro. O Brasil é a solução, não é crise. Claro que temos uma elite muito sem graça e um grande povo. A elite não está à altura do povo.

É necessário nos identificarmos com os problemas sociais, fazermos uma campanha em favor da ética, da dignidade e da seriedade, contra a impunidade e, se colocarmos como prioridade o que é prioritário, vamos acabar com a fome no Brasil, vamos acabar com o problema dos milhões que moram debaixo da ponte, vamos acabar com o desemprego. Em vez de dar R\$30.000.000.000,00 para um PROER da vida, vamos criar um grande Banco popular para gerar milhões de empregos. Um sem-terra, um abandonado, um morador de uma vila, com pouco dinheiro, consegue transformar uma máquina semi-industrial ou uma cozinha semi-industrial em microempresa. Por aí é que caminhamos; por aí é que temos de ir. Esse é o nosso caminho na globalização. Tinha muito a dizer, mas meu tempo acabou. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Sávio Souza Cruz

Exmos. Srs. Deputado Anderson Aduino, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Senador Pedro Simon; ex-Senador Ronan Tito; ex-Senador abateense Alfredo Campos; Conselheiro João Bosco Murta Lages, representando o Presidente do Tribunal de Contas; ex-Deputado, Dr. Silo Costa; Exmo. Dr. Vamireh Chacon, Diretor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília; Prof. Otávio Dulci, da Sociologia da UFMG; Sr. Sylvio Back, cineasta e poeta; caro Deputado Tadeu Leite, coordenador do debate; Exmo. Vereador Geraldo Félix, meu companheiro de Câmara Municipal de Belo Horizonte e aqui representando aquela Casa, acabou sobrando para mim a difícil tarefa de me pronunciar em nome do Governador Itamar Franco, sobretudo após o talento da oratória do Senador Pedro Simon. Vamos, no entanto, levar à frente a missão.

Encarregou-me o Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Itamar Franco, de representá-lo no evento que agora tem início no espaço desta Assembléia de Minas, evento este dedicado ao estudo de temas afetos à assim chamada Revolução de 1930 e à comemoração de seu 70º aniversário.

É com honra elevada e grande satisfação que cumpro a grata tarefa, lembrando, em primeiro lugar, uma frase de José Saramago, o festejado autor que, coincidentemente, visita no momento esta cidade. Escreveu ele em um de seus livros que um homem só tem chance de se tornar sábio caso vença o requisito de ter chegado, ao menos, a seus 70 anos.

De modo que, em algum ponto análogo, o tempo decorrido é fator decisivo para as ciências históricas, pois, ao distanciar os fatos, permite que deles seja feita leitura mais lúcida e que deles se obtenha, conseqüentemente, inteira compreensão. E da Revolução de 30 são decorridos exatos 70 anos, o tempo para que se faça a leitura da sabedoria.

A Revolução de 30 marca, na visão de muitos historiadores, o início do Brasil moderno.

A insatisfação da população com o modelo em vigor eclodiu especialmente no protesto da nascente classe operária, que fora, até então, praticamente ignorado pelas oligarquias e pelos estadistas da República, a tal ponto que o Presidente Washington Luiz, traduzindo o pensamento da maioria dos fazendeiros, empresários e políticos da época, assegurava, "in verbis", que "a questão operária é uma questão de polícia".

A frase do Presidente Washington Luiz é um dos muitos pontos que aproximam o tenso clima imediatamente antecedente a 1930 do clima que hoje vivemos no ano 2000.

Da mesma forma que àquela época, hoje anseia-se pela construção de um projeto nacional capaz de resolver as questões sociais que nos flagelam, capaz de dar plena expressão a nossa cultura, capaz de modernizar os métodos administrativos, reformular as instituições e dar ao País novo formato político.

Da mesma forma que àquela época, Minas tem sido voz insurgente contra as posições do Governo Federal, exercendo importante papel como centro de conversações e articulando, à semelhança da Aliança Liberal que a uniu aos Estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba, a formação de uma aliança capaz de reunir todos aqueles que, com boa-vontade, dispõem-se a somar forças para fazer do Brasil um novo país.

Lembro-me de uma frase do historiador Arnold Toenby, que falava que a história não se ocupa de um passado morto, mas de um passado que sobrevive.

E é finalmente da mesma forma que uma singular coincidência faz com que esteja hoje à frente do Governo de Minas um ex-Prefeito da cidade mineira de Juiz de Fora, com clara e declarada oposição ao Governo Federal, tal como ocorreu àquela época, quando governava Minas o Presidente Antônio Carlos Andrada.

Outra interessante coincidência faz com que hoje, como em 1930, esteja à frente do Governo Federal um político paulista nascido no Rio de Janeiro.

Não são poucos, pois, os pontos que aproximam, no intervalo dos 70 anos agora comemorados, dois momentos distintos da história do Brasil. E se, àquela época, a República Nova não chegou a ser a República dos sonhos dos que a sonharam, nada impede que se volte a sonhá-la agora.

O estudo da história tem, afinal, a função de reconstituir trajetórias e avaliar o passado, mas não é essa a sua função exclusiva. A par dela, cabe-lhe igualmente ser adequado farol para o futuro, facilitando a identificação de pistas que possam mapear novos destinos.

Que este dia de trabalho nesta Casa representativa do povo de Minas, a que se juntam representações dos Estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba, seja, pois, para todos, mais que páginas revisitadas. Que ele seja também uma carta de esperança. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Luiz Tadeu Leite

Senhores dirigentes desta Mesa, que compartilham a direção deste debate, senhoras e senhores, tudo se fez, se faz e se fará para apagar da memória histórica de Minas, dos mineiros e dos brasileiros, esse momento. Aqui, nesta Casa, a memória é resistente, e a resistência desta Casa é o estuário no qual a história do povo e de seus heróis sempre encontrará guarida. Passado é o que passou, mas não passarão para os mineiros os dias gloriosos de outubro de 1930, no quais, ao lado de gaúchos e paraibanos, na vanguarda do sentimento nacional, nosso povo ousou tomar em suas mãos e reescrever os rumos da história, apeando do poder as oligarquias carcomidas e decadentes - simulacros que insistiam em deter a marcha triunfante da história.

A Revolução de 1930 é uma revolução inacabada, por isso querem destruir suas conquistas. O fim de uma era é o que querem? Não. Aqueles mesmos oligarcas, hoje homens da modernidade, querem revogar, por decreto, os avanços e as grandes conquistas sociais do povo brasileiro, restaurando os privilégios pornográficos de uma oligarquia que há muito deveria estar sepultada. Prosseguem parasitando o poder federal e supliciando a Nação. Não estão a serviço do povo brasileiro, estão a serviço de interesses antinacionais e dos tradicionais inimigos do povo e da democracia em nosso País.

- "16h30. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranqüilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu Estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos". (Getúlio Vargas em seu Diário.)

Por que esquecer 1930? Por que apagar da memória coletiva de Minas esse ato de reconstrução da nacionalidade? A Revolução de 30 não acabou. Ela é inacabada em seus anseios de um equilíbrio federativo, no estabelecimento de relações sociais mais justas; jamais a questão social poderá ser tratada como um caso de polícia - e ela é tratada assim ainda hoje pelos serviços de agiotagem internacional de ontem e de sempre.

De menino, nas escolas primárias de Montes Claros, minha terra natal, recebi inspirações de brasilidade quando ouvíamos das diletas professoras do Grupo Escolar Francisco Sá os casos e causos relacionados à Revolução de 30. Não sei se todos são exatamente como se contava, pois lá já era conhecido o adágio, segundo o qual "quem conta um conto aumenta um ponto". Porém, pela riqueza de detalhes, é possível ter a convicção de que Montes Claros protagonizou episódios indelévels insculpidos na história de nossa pátria. Ali, no sertão norte-mineiro, uma trincheira ergueu-se, era a resistência sem temor e com audácia, sintetizada no episódio do combate frente à casa de D. Tiburtina Alves, mulher do então Deputado João Alves, narrado com detalhes pelo historiador Hermes de Paula. Aquela mulher pequena, uma pacata enfermeira, comandou um episódio que custou a vida de quatro pessoas, fazendo mais de uma dezena de feridos e obrigando o candidato do governo, Melo Viana, juntamente com as forças conservadoras aliadas ao poder federal de então, ao vexame de sair de Montes Claros até Bocaiuva com o trem em marcha a ré. Episódio que contém em si a coragem e o destemor do povo brasileiro, refletia o inesperado nas atitudes de um povo desesperado com a insensatez e a irresponsabilidade dos governantes de plantão.

D. Tiburtina é a eterna mulher de Minas, é a alma de Minas Gerais. Se seu gesto de mulher corajosa, militante de uma causa política nacional, revelou-se num momento de heroísmo, mais reveladora ainda foi a imagem deixada pelas forças reacionárias do Governo Federal: a imagem da fuga covarde em uma locomotiva conduzida em marcha a ré e a pleno vapor. Esta é a imagem verdadeira: foram mais de 50km de fuga em marcha a ré. Era a fuga acoelhada. Eram eles os homens do Governo Federal, e simbólico, emblemático, o gesto da fuga: é na marcha a ré que queriam conduzir o Brasil. E em D. Tiburtina, naquele momento, estava sintetizada toda revolta e indignação de um povo que soube, com altivez, fazer eco ao grito lançado do distante Palácio Piratini, no Rio Grande do Sul, e que sublevoou as ruas do Brasil.

Em outro ponto do País, no distante Recife, em uma pacata confeitaria, tombava João Pessoa, Presidente da pequena, mas heróica Paraíba, cuja vida foi ceifada por balas covardes, disparadas numa emboscada que, se serviu para lhe tirar a vida, serviu também para incendiar as ruas do Brasil. O tiro que, covardemente, foi disparado em Recife foi também o mesmo que atingiu o coração da elite paulista, carcomida e decadente, que infelicitava e flagelava a Nação; elite cujo poder não passava de um espectro ambulante. A Aliança Liberal, integrada por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, se não foi o ponto mais alto da nacionalidade, foi seguramente o momento mais elevado da Federação na história republicana, pois ali o Brasil viu a letra impressa da idéia da Federação tornar-se viva nas ruas, pondo fim aos desmandos, aos insultos e às violências perpetradas por um poder federal absolutamente divorciado do povo e da Nação brasileira.

Outro trecho do Diário de Getúlio mostra suas dúvidas ante a iminente revolução: "A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide o destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso".

Um profeta de seu próprio destino? Não. Apenas um político completo, sério, um exemplo de abnegação e de compromisso. Um verdadeiro homem público, um ser capaz de definir seu compromisso com o povo, com a história, e que jamais, em momento algum, furtou-se ao trabalho, correndo risco até mesmo de vida, quando o que se punha em jogo eram o destino e o patrimônio do Brasil.

Irrompeu a Revolução de 30. Dos mineiros partiu o grito histórico de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, com o que se tornou o adágio dos verdadeiros revolucionários: "Façamos a

revolução, antes que o povo a faça". Desde então, temos um lapso de 70 anos. Se o Brasil não tem interesse em comemorar 1930, os mineiros, forjados nas entranhas desse solo rugoso e cheio de altos e baixos, pensam diferente. Por intermédio desta Casa, Minas está reverenciando os mortos, os que tombaram por um Brasil melhor, quase todos confinados ao esquecimento. É preciso escoar as cinzas, abanar as brasas e revitalizar as chamas que queimam a letargia da memória nacional e, partindo daí, começar a resgatar os bons exemplos dos revolucionários de 1930. Muitos anos depois, fez-se uma outra revolução - aliás, um simulacro de revolução, a de 1964 -, porém, não desejamos delustrar tão cávidos registros de brasilidade com a lembrança daquele 1º de abril, de trevas e ranger de dentes, uma revolução feita pelas elites contra o povo e que restará sepultada em cova funda da memória nacional.

E temos o Brasil de hoje. Inserido como está no mesmo espírito de 1930, o povo sofre e resiste. O Brasil de hoje está esperando um sucessor de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de Juiz de Fora, para assumir seu papel histórico de resgatar, exatamente como há 70 anos, a dignidade de seu povo. Só não entende quem não quer. Não quer ou não pode reconhecer o papel que a história está a oferecer a Minas e a um mineiro. Minas, que é o Estado síntese da nacionalidade.

De parabéns estamos todos nós. Esta Casa, pela iniciativa, que ficará indelevelmente marcada em seus anais. E todos nós, por estarmos vivenciando este momento mágico, esta sensação no ar de um sentimento que invade a nossa alma de brasileiro, de guerreiro, bastante expressa naquela canção que, também menino, ouviamos e cantávamos e que tinha uma estrofe curta e grossa que dizia: "Não permita Deus que eu morra sem que volte para lá". Lá, seguramente, não é o Brasil de hoje, mas sim o Brasil com que os revolucionários de 1930 sonharam e que nós temos o dever cívico de reconstruir. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Tadeu Leite) - Com a palavra, o Sr. Vamireh Chacon, Diretor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Palavras do Sr. Vamireh Chacon

Exmo. Deputado Anderson Adauto, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Senador Ronan Tito; Exmo. Senador Alfredo Campos; Exmo. Sr. Conselheiro João Bosco Lage, representando o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Sylo Costa; Exmo. Deputado Luiz Tadeu Leite, coordenador do debate; Exmo. Vereador Geraldo Félix, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; caros companheiros de debate Otávio Dulci e Sylvio Back, a Revolução de 30 foi, até hoje, o único caso de rebelião da periferia contra o centro com êxito. Isso nunca houve antes nem depois. Na realidade, foi um levante do Rio Grande do Sul e da Paraíba que teve em Minas Gerais, como todos sabemos, o ponto decisivo e final.

Os motivos da adesão do Governador Antônio Carlos e da fidelidade ao compromisso assumido por ele pelo seu sucessor, Governador Olegário Maciel, que também deveria ser lembrado nesta ocasião, já foram expostos por vários oradores que me precederam. Quer tenha sido por motivos não políticos, quer tenha sido por motivos políticos - na realidade, as duas coisas estavam misturadas -, o homicídio do Governador da Paraíba - então chamado Presidente do Estado -, João Pessoa, numa confeitaria do Recife, para onde ele tinha ido desprevenidamente, em companhia apenas do seu motorista, foi o primeiro da Revolução de 30.

Sabemos perfeitamente que foi um gesto de coragem muito grande. Os Tenentes nordestinos eram cearenses. Seja através de fuga, seja através da "coincidência" de sua localização, a serviço, no Ceará, eles desceram do Ceará para a Paraíba, onde encontraram o imediato apoio do então Secretário de Interior e Justiça, José Américo de Almeida, que, na falta recente de João Pessoa, encabeçou a liderança do movimento revolucionário naquela cidade.

O seu alvo inicial era o Recife, fiel à República Velha através do 2º-Vice-Presidente pernambucano da República Velha, que foi Estácio Coimbra. Antes dele tinha havido outro pernambucano Vice-Presidente, que foi Rosa e Silva. Recém-egresso da Vice-Presidência da República para o Governo do Estado de Pernambuco, onde já havia sido Governador anteriormente, Estácio Coimbra pertencia, por todos os títulos, à República Velha, a começar pelo seu nome longo e ilustre: Estácio Cavalcanti de Albuquerque Coimbra, nome de um príncipe nordestino e pernambucano, descendente de velhas famílias empobrecidas. Mas ele conseguiu vencer a sua situação familiar por meio de um feliz casamento. Cheguei a conhecer a sua viúva, D. Dondom, que andava num Packard americano da década de 30, sempre vestida de preto, inclusive com um véu. O motorista ainda era o do Estácio e morava em uma distante praia do Sul de Pernambuco, a última na divisa com Alagoas. Era a senhora do Engenho Tentugal e co-proprietária da usina de açúcar de Barreiros. Ela própria, já com seus 80 para 90 anos, era figura emblemática daquela época de Presidentes da República de cavanhaque e colete, como Washington Luís, ou com nomes longos e principescos, como Estácio Coimbra.

É curioso que Estácio Coimbra, que morreu no exílio, teve, durante seu sepultamento, no Recife, uma extraordinária consagração por parte do povo, da massa.

Realmente, ao lado dos seus defeitos já comentados aqui e que podem ser acrescentados indefinidamente no sentido oligárquico que eles de fato representavam, eles tinham muita consciência de serem da Primeira República, do que depois viria a se chamar Primeira República. Todos eles tinham pertencido ao segundo escalão do império. A monarquia, na realidade, teve os votos dos Deputados, dos Senadores cassados pela primeira vez no Brasil, pela proclamação da república, em 1889. Alguns desses grandes próceres do império jamais retornaram ao Brasil, como, por exemplo, o Barão de Penedo, o Visconde de Ouro Preto. Eles foram substituídos pelo segundo escalão. A Primeira República era chamada a República dos Conselheiros, porque, na hierarquia do império, começava-se com Conselheiro, isto é, com quem tinha recebido a Comenda da Ordem da Rosa, que hoje se chama Cruzeiro do Sul e que equivalia ao "Sir", por assim dizer, no modelo britânico da monarquia brasileira. Depois vinham: Barão, Visconde, Conde, Marquês, Duque. O Brasil só teve um Duque, como sabemos, o Duque de Caxias. Eles eram homens da República Velha que vinham do segundo escalão da monarquia, que tinham sido Deputados na última legislatura do império, como o próprio Estácio. Praticamente nenhum deles tinha feito parte do movimento republicano, com raríssimas exceções. Os Conselheiros Campos Sales, Rodrigues Alves e Roger Silva eram todos homens da oligarquia quatrocentona - naquele tempo dizia-se tridentona - brasileira, que tinham muita consciência de que o poder latifundiário, portanto, rural, lhes pertencia. Não posso nunca esquecer a figura de D. Dondom, porque, por coincidência, ainda muito jovem, quando era estudante, passei umas férias exatamente na praia de São José da Coroa Grande, onde ela costumava ir pelo menos uma vez por semana, com toda sua dignidade, quase de romance inglês, não propriamente francês. Ela ia visitar, uma vez por semana, o cozinheiro de Estácio, que também estava vivo e que tinha um pequeno restaurante onde ela nunca almoçava ou jantava. Ela simplesmente descia do carro diante de todos nós, espantados, ia até lá, cumprimentava o cozinheiro, Estácio a trazia de volta ao carro, e ela tornava a partir. Era um ritual a que eu assistia, uma vez por semana, durante quase dois meses que passei de férias nessa distante praia do Sul de Pernambuco e que dá um retrato, uma imagem muito boa de como aqueles homens eram. É claro que o Brasil mudou depois, consideravelmente, como sabemos, sobretudo a partir de 1930. Instalou-se, pela primeira vez, o nacional-desenvolvimentismo, com Vargas, que foi seguido por Juscelino Kubitschek e, em parte, por alguns dos Governos militares, com todas as contradições inevitáveis desse processo de aberturas e fechamentos, de democracia e ditadura. Mas, de qualquer forma, esse Brasil que hoje conhecemos, do qual somos não só vítimas, mas também em parte beneficiários, surgiu, inegavelmente, a partir de 1930. Na realidade, a monarquia brasileira não caiu no 15 de novembro de 1889, caiu no dia 3 de outubro de 1930, juntamente com seu segundo escalão, os Conselheiros do Império que ainda estavam no poder rural no Brasil. Daí em diante, o poder político é cada vez mais urbano, como sabemos. Os Tenentes cearenses rumaram da cidade que se chamava Paraíba do Norte, depois João Pessoa, por conta do mártirio do referido prócer, para a cidade do Recife, e Estácio Coimbra reagiu a bala.

Era um cavalheiro perfeito. Gilberto Freire, que era seu secretário particular, o grande sociólogo brasileiro, relata a cena. Cortada a luz do Palácio - água não podiam cortar, porque havia caixa d'água -, durante os três dias de tiroteio, Estácio nunca deixou de almoçar em companhia de seus assessores. À noite, jantava à luz de velas, solenemente vestido, como se estivesse nos tempos do fim da monarquia, que, realmente, ali acabava. Relata Gilberto que mais de um tiro, vindo do outro lado do rio Capibaribe, exatamente onde se encontra a Assembléia Legislativa de Pernambuco, quebrava as vidraças, mas Estácio não interrompia suas refeições. Estácio foi até o fim, saindo pelos fundos do Palácio, num rebocador de propriedade do Estado de Pernambuco que o levou até o alto mar, com seu secretariado, quando tomou um navio, a caminho de Lisboa, onde os pernambucanos vieram a se encontrar com os paulistas, chefiados por Washington Luís. Nesse exato momento, marchavam as tropas do Rio Grande do Sul, que rapidamente ocuparam o Paraná, que se encontravam ao Sul de São Paulo. Naquele exato momento, repito, Minas Gerais salvou o Brasil de uma guerra civil. Vemos, na resistência, em São Paulo, em 1932, como teria sido possível sua reação em 1930. Mas foi a fidelidade de Olegário Maciel aos compromissos de Antônio Carlos que evitou a guerra civil no Brasil. Algo que poderia ter durado meses durou semanas. E, vindos do Nordeste, derrubado, também, o Governo da Bahia, igualmente da República Velha, as tropas, de três direções diferentes, marcharam sobre o Rio de Janeiro e São Paulo.

Por que Minas Gerais foi fiel, na pessoa de Olegário Maciel, aos compromissos de Antônio Carlos? Minha explicação pessoal é muito concreta. Minha interpretação pessoal é que o que estava por trás, além da honra desses antigos políticos mineiros, que também eram, a seu modo político, da República Velha, era o fato, que ainda hoje existe e prospera, de Minas Gerais ser o mais brasileiro dos Estados do Brasil. Todos nós, brasileiros, somos um pouco mineiros; uns menos, outros mais. E aqui recordo Alceu Amoroso Lima, numa conferência que se tornou um livro, intitulado "A Voz de Minas", em que cita um antigo professor mineiro, Nelson de Sena, que já mostrava, antes da década de 40, como, em Minas Gerais, há o Nordeste do Brasil, no alto e médio São Francisco; existe o começo do Rio de Janeiro, em Juiz de Fora; começa São Paulo, no Sul de Minas; começa Goiás, no Triângulo Mineiro. E vou mais longe, foi em Belo Horizonte que nasceu Brasília. Basta ir à Pampulha e verificar sua arquitetura, seu paisagismo e os nomes das pessoas, exatamente os mesmos que construíram Brasília. Brasília nasceu na Pampulha, pelas mãos do mesmo homem, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Sinceramente, também não posso esquecer uma outra análise nesse sentido, magistralmente feita por mais um brasileiro, Gilberto Freire, cujo centenário de nascimento neste ano se

comemora, em conferência lida na Faculdade de Direito da Universidade que então se chamava de Belo Horizonte e depois UFMG, a convite de seus estudantes, na noite de 16/6/46. Dizia ele muito bem: "Não vejo gente brasileira mais capaz que a de Minas de resolver, antes politicamente que policialmente, para o Brasil os seus problemas tão nossos e já há tantos anos".

Então, em 1946, Gilberto Freire já advertia para a falta que iriam fazer ao Brasil os políticos mineiros. Se hoje a política brasileira, entre outras lacunas, sofre, com toda a certeza e nenhuma lisonja, posso lhes dizer, porque venho poucas vezes a Minas, embora sempre com a mesma intensidade, a falta e a lacuna maior da política no Brasil, em nível federal, é a de grandes políticos de Minas Gerais. Foram sempre capazes do que depois se chamou, de modo caricatural, de "jeito mineiro", que, no fundo, é o "jeito brasileiro" da conciliação. Nem sempre foi conciliação, quase sempre foi convergência e superação. Hoje verificamos como se precisa tanto de convergência e de superação nacionalmente brasileira dos problemas brasileiros.

É preciso lembrar que não só em 1930, como também na Inconfidência Mineira se prenunciou o federalismo no Brasil. Foi também por essa causa que combatemos os liberais na batalha de Santa Luzia, em 1842.

Não posso deixar de ceder minha recordação pessoal a dois dos meus maiores amigos, um mais distante, Tancredo Neves, que sempre me distinguiu com sua atenção de leitor do modesto autor que sou eu. Digo isso porque muitas vezes ele comentou alguns de meus livros. Ademais, ao Senador Afonso Arinos de Melo Franco, de quem fui assessor, nos seus dois últimos anos de vida. São duas recordações de mineiros dos quais nunca posso esquecer. E acrescento uma lembrança, de agora em diante, desta manhã memorável. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Otávio Dulci

Sr. Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, ilustres autoridades, Deputados, Vereadores, companheiros da Mesa, Prof. Vamireh Chacon, poeta e cineasta Sylvio Back, senhoras e senhores, o primeiro ponto que gostaria de destacar é que a Revolução de 1930 é dos episódios mais estudados. É um assunto fartamente pesquisado e muito polêmico. Há controvérsia quanto ao significado, às origens, aos protagonistas e ao impacto da Revolução.

Em que sentido se pode dizer que o movimento de 30 foi uma revolução? Trata-se de uma matéria complexa, porque contém aspectos de continuação com a fase anterior e aspectos de mudança profunda. De um modo geral, podemos legitimamente usar o termo revolução para o movimento de 30 no sentido de que fez parte de um vasto movimento histórico, longo e secular de transformação do Brasil no rumo da modernidade. Mas, rigorosamente, em termos de evento, não tem esse caráter revolucionário, por causa das próprias características da direção do movimento, bem espelhadas na frase: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Trata-se de uma frase que indica que foi mais uma contra-revolução do que uma revolução. Trata-se de outro assunto complicado a ser interpretado.

Quem estava envolvido? Era uma revolução de que tipo? Há três posições principais a respeito disso. Uma delas, muito defendida pela esquerda tradicional da época, era a de que a Revolução de 30 teria sido a nossa revolução burguesa. Essa tese é um pouco difícil de sustentar, porque a burguesia e o empresariado dela não participaram. Outra posição é a de que ela teria sido eminentemente de classe média. Um autor conhecido que defende isso é o Prof. Hélio Jaguaribe. Aí o assento recai na participação dos Tenentes, na oficialidade militar jovem, que representava um eco da classe média, uma posição de reforma social. Mas a tese mais sustentável foi defendida pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho, num livro importante, chamado "A Verdade sobre a Revolução de Outubro" e resgatada pelo historiador Bóris Fausto, grande historiador da Revolução de 30. Ele diz que foi uma revolução de elite, principalmente política, articulando elites políticas regionais, no sentido que o Prof. Chacon falou, da periferia para o centro, à área militar, que criticava a República Velha, o chamado Tenentismo. Essa foi a interpretação mais exata.

Qual foi o impacto histórico da Revolução de 30? Vou fazer um breve balanço, porque o tempo é curto, mostrando os avanços e impasses que ela trouxe para o nosso País. O movimento de 1930 encaminhou o Brasil para uma determinada rota de desenvolvimento que definiu a vida do País até 1980 e ainda caracteriza muitos aspectos da nossa cultura, principalmente a política. Nesse sentido, analisar a Revolução de 30 não é, simplesmente, falar do passado, mas refletir sobre o presente e pensar o futuro. Daí a importância desse evento.

Queria aproveitar a oportunidade e cumprimentar, por meio do Deputado Luiz Tadeu Leite, a Assembléia Legislativa, por promover esse encontro.

Numa perspectiva geral, a revolução marcou a transição de uma ordem essencialmente rural para uma ordem urbana e industrial, que se imporia gradualmente, depois de 30. Podemos dizer que, em meados do século XX, por volta de 1955, o peso da economia urbana teria suplantado o da rural. O PIB industrial superou o PIB agrícola como resultado, em médio prazo, da Revolução de 30. Ela não tinha propósito eminentemente industrialista, a julgar pelos discursos da campanha da Aliança Liberal. Mas, por força das circunstâncias e de uma crise internacional gigantesca, o regime que encaminhou o Governo Provisório e, daí em diante, o regime de 34 e o Estado Novo deram um impulso notável à substituição de importações. Assim, o processo de crescimento da economia brasileira foi reorientado para o mercado interno. Isso foi uma coisa muito importante.

Forma-se, em conseqüência, um mercado efetivamente nacional - até então, inexistente. Até 30, o Brasil não era um mercado unificado. Havia ilhas de mercado: Nordeste, Sul, Centro, São Paulo, Minas. Era um arquipélago econômico. A partir de 30, o Brasil torna-se uma unidade econômica nacional. Esse foi um dos maiores resultados da revolução. Esse mercado será crescentemente dominado pelo poder econômico do Sudeste, especialmente por São Paulo, apoiado por mecanismos protecionistas. Aprofunda-se o desequilíbrio entre as regiões do País - causa de conflitos recorrentes dentro da Federação, hoje retratados pela chamada "guerra fiscal", que todos conhecem. Esse foi um dos resultados negativos da Revolução de 30, mas, provavelmente, inevitável.

A revolução marcou o reconhecimento da cidadania das classes médias e da classe trabalhadora das cidades. Um passo importante que devo destacar é a abordagem da questão social. Na República Velha, ela era considerada "questão de polícia", expressão atribuída ao Presidente Washington Luiz; passou a ser tratada como questão política, tal como o candidato Getúlio Vargas havia anunciado em sua campanha à Presidência: "de questão de polícia para questão política". Esses setores médios foram incorporados ao sistema político sob tutela. As classes médias são controladas por meio do emprego público, e os trabalhadores, por meio do sindicalismo corporativo fortemente ligado ao Estado.

Um dos resultados importantes da revolução na área social foi o estabelecimento de direitos sociais - direitos de cidadania social, trabalhistas e previdenciários, associados claramente à figura de Getúlio Vargas e de seus assessores. Porém, há uma ressalva a fazer. O estabelecimento desses direitos ficou restrito aos habitantes do meio urbano. Os trabalhadores rurais, que constituíam a classe mais numerosa da sociedade brasileira, ficaram de fora. Era o acordo tácito que alguns autores qualificam de "pacto agrário".

A partir do fim dos anos 50, esse esquema deixou de funcionar, e a questão da reforma agrária e o tema da cidadania dos trabalhadores rurais entram em pauta, inclusive no Congresso Nacional, surgindo um quadro de crise política aguda, incontrolável, que resultaria em 20 anos de regime autoritário.

O aspecto mais negativo da Revolução de 1930 refere-se ao seu viés antidemocrático. Ela foi feita em nome dos ideais de representação e justiça. Como sabemos, introduziu elementos institucionais importantes, como o voto feminino e a Justiça Eleitoral. Esses foram grandes avanços. Mas não deu contribuição significativa à democratização do Brasil. Só com o regime atual, regulado pela Constituição de 1988, mais de 50 anos depois, problemas essenciais da vida democrática brasileira têm sido equacionados, com enorme atraso histórico.

Nesse ponto, acho que não podemos ser anacrônicos e olhar 1930 com os olhos de hoje. Não podemos fazer essa injustiça. A década de 30, período entre guerras mundiais, foi de declínio do liberalismo, não se cultivava a democracia como valor universal. Todos os setores políticos descartaram essa solução, o Brasil também. Mas isso nos custou muito, do ponto de vista da construção democrática.

Quanto a isso, gostaria de destacar dois aspectos que só agora nossa geração tem procurado encaminhar, consertando os erros da Revolução de 30. Primeiro, o fato interessante de que a instituição de direitos sociais, que foi o resultado notável de 1930, se fez à custa de direitos políticos. Essa era uma característica muito forte da época de Getúlio Vargas, que reproduzia, nesse ponto, a fórmula de Bismarck, na Alemanha, país que inaugurou a introdução de direitos sociais, mas não concedeu direitos políticos, como o de voto, não democratizou o sistema.

Outro aspecto muito interessante foi a centralização política: o eixo do progresso, segundo os ideólogos de 1930, estaria num poder central forte, mentor da sociedade, trazendo como resultado o enfraquecimento de Estados e municípios, cuja importância foi parcialmente restaurada entre 1946 e 1964, para voltar a decair até 1985. A Revolução de 30 inaugurou uma época de federalismo bem precário, assunto que hoje tentamos equacionar novamente.

Termino por fazer uma comparação fundamental entre 1930 e o período atual. Como podemos comparar essas duas épocas? O período atual apresenta uma fisionomia que é, em quase todos os aspectos, oposta à do Brasil inaugurado pela Revolução de 30. Nesse sentido, a era Vargas chega ao fim, como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Como primeiro resultado, há a descentralização política como valor. Ao contrário de 1930, a partir da democratização dos anos 80, o atraso foi visto como residindo em um Estado central forte, excessivo, burocrático. O progresso, ao contrário de 1930, passou a ser visto como residindo nas unidades subnacionais, principalmente nos municípios, que, pela primeira vez, assumem posição autônoma como antes da Federação, um grande passo dado pela Constituição de 1988.

A segunda coisa: participação política e cidadania; a relevância da sociedade civil frente ao Governo e a idéia de democracia participativa, grande ideal da nossa época.

A seguir, desestatização da economia - privatização de empresas e de serviços governamentais, desregulamentação do mercado, flexibilização das relações de trabalho e dos direitos sociais, ou "precarização" pura e simples - um passo atrás muito sério em relação a 1930.

Outra diferença: abandono do nacionalismo, dos ideais de desenvolvimento autônomo do País, em favor da inserção crescente, a chamada inserção competitiva, no esquema global - modelo de crescimento dependente, que hoje pauta a vida brasileira.

Essa comparação é importante para pensarmos o Brasil de hoje em relação àquele que se desdobrou a partir de 30.

Palavras do Sr. Sylvio Back

Sou autor de um filme chamado "Revolução de 30", que a TV Assembléia transmitiu ontem, à noite. Para fazê-lo, tive que me debruçar sobre a Revolução de 30. Não se pode contar a história do Brasil do século XX sem recorrer às imagens do cinema brasileiro, mesmo aquelas que são imaginárias e das quais só se tem notícia.

A Revolução de 30 é comentada, sem que os comentaristas apareçam na tela, por três historiadores que têm visões divergentes sobre o acontecimento. Um deles é Bóris Fausto, historiador, autor de um livro emblemático sobre o tema, chamado "Revolução de 30"; outro é Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político de São Paulo, e o terceiro é Edgar Carone, historiador, paulista também, autor de vários livros sobre a República Velha.

A epígrafe do meu filme foi tirada de um poema do grande poeta mineiro Affonso Ávila, que, tomando como mote a frase de Antônio Carlos, escreveu essa maravilha: "Façamos a revolução antes que o povo a faça, antes que o povo à praça, antes que o povo à massa, antes que o povo na raça, antes que o povo: a farsa."

Meu texto intitula-se "1930 - uma Revolução à Brasileira". (- Lê:) "A história do Brasil moderno, quer dizer, aquele Brasil gulodice dos capitais forâneos, que, desde o século passado, sublocaram o sul do Equador, é uma ladainha de golpes e contragolpes institucionais, em que a coisa penúltima a correr é o precioso néctar dos vampiros, ou seja, o sangue.

A revolução de outubro de 1930, que os memorialistas classificam como a derradeira grande aventura bélica do reservista da rua e do pijama (os paulistas reivindicam a láurea com o movimento "constitucionalista" de 1932), arquiva antes relatos imaginários do que propriamente cadáveres, aleijados e bandeiras chamuscadas de pólvora.

Afinal, revolução que se preze e depois vire superprodução cinematográfica exige um balanço inquestionável de mortos e feridos para que galgue o patamar da referência histórica. Comprovação, aliás, nem sempre requerida quando se trata de conturbações políticas intestinais do nosso País.

A Revolução de 30 não quebra a tradição que vem da Independência, com uma constante quase científica: nos seus campos de luta, os corvos passaram fome. Houve até uma batalha fantasma, que se grudou à posteridade sob o cognome de Itararé, a Batalha que não houve. (o humorista Aparício Torelli chegou a se rebatizar com o título honorífico de Barão de Itararé, que o imortalizou, inspirado naqueles acontecimentos nunca ocorridos na fronteira Paraná-São Paulo).

Por aí se vê que o genial Torelli levou mais a sério a revolução do que os seus contemporâneos... Mais um débito da história com a imaginação.

A busca do empate teria sido a melhor estratégia dos nossos revolucionários: depois da refrega, a chávina da paz e do consentimento prevalecem acima de quaisquer mal-entendidos.

Diferenças pendentes desde as capitâneas hereditárias e acirradas disputas familiares pelas benesses do capital inglês foram postas em banho-maria durante a década de 30. Assim se perpetuava, mais uma vez, o dístico que a própria República Velha cunhara e que, até agora, não houve "macho" que o castrasse, nem os gaúchos que amarraram os cavalos no obelisco da Avenida Central, hoje Rio Branco. "Façamos a revolução antes que o povo a faça" - entoava, tonitruante, o então Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Na recriação poética, Affonso Ávila fez esse maravilhoso poema: "Já consigo entre ouvir reclamos: é balela da historiografia oficial ou daquela que besunta os poderosos do dia, de que as revoluções nacionais nunca saem de bate-bocas e dos conchavos, e quem brilha mesmo é o espírito da Grande Concórdia". E a Revolução Federalista de 1893, Canudos, o Contestado, e as revoltas populares abortadas nos últimos 150 anos? E a repressão surda e sem volta, em padrão de dar inveja às perseguições racistas e políticas da Alemanha hitlerista, realizadas nas entressafras? Quem viveu até hoje, testemunhou, leu, estudou, ouviu falar.

A Revolução de 30, neste seu meio século - fiz o filme em 1980, para comemorar o cinquentenário da Revolução -, armou-se de tal aura de mistificação que acabou malbaratando as interpretações, malgrado os depoimentos coevos e a suposta isenção de historiadores e cronistas. Ela conseguiu se situar, graças a seus audazes personagens e atores macróbios, na equidistância da fama que cerca as demais insurreições brasileiras.

O movimento ficou famoso até mesmo como uma revolução limpa, asseada, que pode ser tornada produto de venda sem ferir susceptibilidades, quer dos seus ex-combatentes, quer dos pósteros. "Ninguém perdeu, o Brasil ganhou", essa era a frase na época. Uma revolução com os condimentos imprescindíveis para um bom trabalho de "marketing". Dito e feito. Porque a Revolução de 30 se desvia da enquadração costumeira de ter sido apenas uma parada militar a que o povo assistiu, do tipo da Proclamação da República. Ou como aquele crioulo que presenciar, bestializado e atônito, ao Grito do Ipiranga, na pintura heroica de Victor Meirelles, já reencenada pelo cinema. A premonição do artista antecipou o futuro.

Ao mesmo tempo, 30 teria coroado, sem muito sacrifício de vidas humanas, o que estaria dentro da expectativa do espírito cristão e do homem cordial que é o brasileiro, todos os esforços revolucionários românticos de 1922, de 1924 e da Coluna Prestes. É que 30 soube, como nenhum movimento até então, conciliar os adversários da época com os ânimos jovens dos subversivos históricos, estes e aqueles sancionados por uma classe média chegando e por um certo povão urbano exigindo seu lugar ao sol. Uma argamassa que vem resistindo às intempéries institucionais dos últimos 50 ou 70 anos.

Todo o borbulhar da década de 20, do levante peripatético sobre as ondas do calçadão da praia de Copacabana à Revolução de 24 e à Coluna Miguel Costa-Prestes (para uns, inspirada em Xenofontes; para mim, uma inconsciente recuperação da exitosa fuga aos bandeirantes empreendida por jesuítas com 10 mil índios guaranis, rio Paraná abaixo, em 1629 - a semente da República Guarani -, e não foi à toa que tudo começou em Guaira, à beira de Sete Quedas), culminando com a própria Revolução de 30, não escapou à acusação frontal de que os revolucionários tinham parte com o bolchevismo. Era assim que na época se conhecia na imprensa o comunismo.

Como uma metralhadora cuspidora a esmo, até os lenços vermelhos da gauchada que entronizou o futuro ditador Vargas no Catete foram tomados como indício óbvio de "uma conexão com a política bolchevista". O comandante da insurreição no Norte e no Nordeste, Juarez Távora, desmentiu a coincidência cromática ao "New York Times". Mas a desconfiança ficou no ar. O espectro do bolchevismo pontuou, feito um labéu, as agitações reformistas da classe média de quartel em toda a década. Não sem alguma razão.

A Revolução de 1917 na Rússia, os "anos vermelhos" das greves paulistas até 1919, a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, a reorganização dos movimentos operários de uma certa forma derrotados pela repressão, o racha entre anarco-sindicalistas e "comunas", etc. contaminaram os jovens tenentes, achatados entre uma oligarquia virulenta, a quem serviam, e um segmento crescente de novos ricos boçais, a quem também serviam, por tabela.

Os tenentes, eles mesmos, de alguma maneira, municiaram as suspeitas de simpatia ao ideário comunista ao se arvorarem em virtuais substitutos das reivindicações populares. A confusão tinha tudo de propositada: hoje a estratégia assoma com uma transparência indiscutível. Convinha aos tenentes, e os fatos o demonstram, que jamais pretenderam engajar as massas deserddadas do campo e das cidades, o "populacho" - como diziam -, aos seus movimentos de contestação.

Orquestrada, a República Velha - ciente do rescaldo que ficara das rebeliões esquerdistas da Europa e entre nós - não tinha a menor dúvida em rotular quem ousasse botar em perigo o intenso romance dos latifundiários e cafeicultores com o capital estrangeiro, e os primeiros olhares apaixonados da indústria incipiente em direção ao poder. Viesses de onde viesse.

Assim de cambulhada, de 1922 a 1930, bolchevista era qualquer arbusto ideológico que se mexesse na bucólica paisagem que se espriava da metrópole carioca para aquele "Brasilzão" gigante adormecido, povoado de caipiras pacíficos, doutores (colarinhos engomados e dobrados na ponta), padres asseclas dos chefetes políticos regionais, coronéis enfatuados reinando sobre negros e cafuzos reescravizados, meninas-moças casadoiras sob a tutela de matronas guardiãs do mandonismo patriarcal, donos de fábricas esfolando o lombo de imigrantes-operários e operários-migrantes, além de um lumpem crescente, tudo convivendo lado a lado como uma corporação militar cada vez mais indócil e insatisfeita que peleava para compor e recompor sua imagem. Uma sociedade literalmente conservada em formol, em ativo descompasso com as inevitáveis transformações trazidas pelo século XX.

Bem, apesar de o Gen. Isidoro Dias Lopes, durante a tomada de São Paulo em 1924, ter repellido "com indignação" a colaboração oferecida por operários, com medo de "desvirtuar" (sic) o movimento (quer dizer, ser acoiado de "comuna"), ou das reiteradas declarações dos revolucionários de que não almejavam mudar o sistema, mas sim higienizá-lo, sanear-lo da incapacidade dos civis em dirigir a Nação, no Amazonas, surpreendentemente, surge uma insólita Comuna de Manaus, inspirada na Comuna de Paris. O espírito de Robin Hood "baixa" sobre a Capital, ricos são obrigados a pagar um imposto que visa ajudar os pobres, a nacionalização atinge o matadouro inglês, combatem-se os atravessadores. Uma zorra.

Os revolucionários, em manifesto assinado pelo Ten. Ribeiro Júnior, esclarecem que não são "um bando desatinado de mazorqueiros (sic) sem rumo certo, ou sem ideais levantados", e sim inspirados por ambições límpidas e rigorosamente patrióticas".

De repente, e sem o saber, o povo estava no altiplano do círculo decisório e, estupefato (como sempre), ouvia militares falando em seu nome e praticando adoidadamente a caridade como se fora justiça social. Felizmente, alguma fada madrinha botou tudo a perder, ajustada, claro, pelos fuzis e torniquetes do Governo Arthur Bernardes. O mau tempo ideológico passou, desde então, a fustigar as manobras dos chamados tenentes.

Nem uma nem duas vezes, depois da comuna em terras de Ajuricaba, no entanto, os jovens castrenses, dando as costas a possíveis acusações de vínculo com a Revolução Soviética, ensaiaram tramas nunca dantes imaginadas pelas classes, como eles, caudatárias do poder e que ambicionavam empunhá-lo para mudar sua qualidade.

A Coluna Miguel Costa-Prestes, enquanto distribuía igualitarismo pequeno-burguês pelo interior, pelo "hinterland", procurando quebrar a sólida tábua de submissão colonial, que era a moeda corrente no Brasil rural, ouvia impropérios em nome de Marx e Lênin. Os retirantes da Grande Marcha respondiam com declarações de bom-mocismo do naipe "somos patriotas ardorosos que desejam o melhor ao País", ou então "... alimentamos um grande amor ao Brasil", etc.

De "a questão social é um caso de polícia" (a nunca assaz tão louvada), frase atribuída a Washington Luís, ao controle efetivo do operariado descontente pela Delegacia de Ordem Política e Social, da conspiração tenentista no exílio (já Prestes mentalmente com a carteirinha do Partido Comunista, do Partidão assinada), ao programa pretensamente democrático da Aliança Liberal (voto secreto, anistia, etc.), o pânico dos oligarcas e militares envolvidos na Revolução de 30 era de que o movimento se desencadeava à conta do bolchevismo, do comunismo.

Veza por outra, os litigantes paravam de se cutucar nos comícios, pela imprensa, e lá vinha a retórica: que não os jogassem na vala comum com os agitadores vermelhos. Na verdade, havia mais terror organizado do que fatos.

Mesmo assim, o tempo veio a comprovar que havia fumaça; nem tudo era gratuito: Prestes, na ante-sala da Revolução, rompe com as oligarquias que sustentam a ninhada de políticos autoritários que briga pela dobradinha Getúlio Vargas-João Pessoa à Presidência da República (Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Isidoro Dias Lopes, Borges de Medeiros, Góis Monteiro, Juarez Távora - vítimas e algozes reconciliados numa gamela só de interesses, com partidos e ideários políticos atirados às favas).

Logo, o futuro Cavaleiro da Esperança, Luís Carlos Prestes, é ordenado missionário stalinista para o Brasil. E seu companheiro de andanças e liderança, Miguel Costa, que, na vitória da Revolução, grava um 78 RPM "em favor das famílias pobres dos que tomaram na luta", desejando que "...o Brasil deve ser uma grande fábrica, um enorme celeiro..." -, desiludido com os rumos do movimento, ainda participa, cinco anos depois, da chamada Intentona Comunista. Na redemocratização do País, em 1945, funda o Partido Socialista Brasileiro. Um sonhador impertinente e solitário.

Ao contrário de Prestes, que, preso no Estado Novo, teve a mulher, Olga, grávida, extraditada para os campos de concentração nazista e, na década de 40, apoiou politicamente seu ex-carrasco, o ditador Vargas.

No frígir dos acontecimentos, a Revolução foi descartando quaisquer dúvidas de que trazia escondida no ventre o capeta do bolchevismo e conseguiu sobreviver a seus soldados e generais, a seus traidores e mentores históricos e aos desdobramentos institucionais, sem a mácula de algum borrão em seus ideais autoritários. Tão vivos até agora, tão coerentes com ela. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Passaremos, agora, à fase de debates, com a participação dos presentes, lembrando que as questões poderão ser formuladas por escrito ou feitas oralmente. Ainda receberemos inscrições daqueles que desejarem fazer uso do microfone, por mais 5 minutos, pois nosso tempo começa a se esgotar.

Debates

O Sr. Presidente - Há aqui uma primeira pergunta ao Prof. Dulci, de Claiton Costa Henriques, da Uni-BH: "Para falar em revolução, é preciso demonstrar o lado bom e o lado ruim, porque isso é democracia. Onde, na Revolução, o povo tem seus direitos conquistados? E como fica a situação dos pequenos produtores de café, com a queima da produção? Como o senhor analisa esse fato?".

O Sr. Otávio Dulci - Em minha exposição, procurei analisar os avanços e os impasses na Revolução de 30 e expliquei, procurando acentuá-las, as conquistas de direitos de cidadania que essa Revolução trouxe para o povo brasileiro.

Quanto à situação dos pequenos produtores de café, eles estavam sujeitos a uma situação de crise, conhecida de todos. Mas, na verdade, foram bastante ajudados pelo Governo Federal, que adquiriu o café para queimá-lo, para manter o preço minimamente à tona.

Isso foi analisado pelo economista e historiador Celso Furtado, mostrando que foi um caso típico de socialização das perdas e privatização de lucros. O café ainda continua sendo privilegiado no Brasil. Foi com o dinheiro do imposto de todo o Brasil que foi comprado esse café, cujo preço estava lá embaixo, para dar um certo seguro aos fazendeiros de café. Assunto com o qual o resto do Brasil não tinha nada a ver. Mesmo assim, o Governo de 1930 ajudou muito o café. Mas não poderia ajudar indefinidamente.

Isso foi importante, porque o Brasil se livrou do café como monocultura. Para o Brasil se modernizar precisava ficar livre desse café. Hoje o café continua sendo um produto importante, mas entre outros; não como era na República Velha, quando quase tudo dependia do café. E o resto do País era refém da cafeicultura. O que não é razoável.

O Vereador Geraldo Félix - Antes de chegar na pergunta básica, na explanação do Deputado Luiz Tadeu Leite sobre a Revolução de 30, gostaria de dar novo enfoque.

Num momento você cita outra Revolução, referindo-se à 64 como Revolução. Nós que participamos dessa movimentação histórica e vimos o Brasil antes de 64, preparando-se para uma verdadeira Revolução em todos os sentidos, as ligas camponesas, no Nordeste, o povo no campo se organizando, o meio estudantil efervescente, o meio militar do qual participava em completo reboliço, as teorias pelas mudanças na ordem do dia, e vimos que acudados e num golpe de sorte, o Golpe Militar prevaleceu e fez recuar toda a esperança da nossa Pátria.

Foi uma Revolução o que se passou em 1964? Ou um golpe que, no máximo, pode ser considerado uma contra-revolução? Essa é a nossa pergunta.

A outra parte da pergunta é a seguinte: há poucos dias, foi exibido um documentário sobre a Revolução de 30. Em determinado momento, o narrador, referindo-se à morte de João Pessoa, declara que não foi uma morte política, não foi um ato político, foi meramente uma questão pessoal.

Ora, considero que aquilo foi um estopim. A idéia de que fora um atentado político que serviu para animar os ânimos e deflagrar a Revolução de 30.

Foi um ato eminentemente pessoal, ou um ato político? O golpe de 64 foi uma Revolução, considerando o clima que perdurava no Brasil, a esperança, o momento que se esperava? Digo isso porque participei ativamente em todos os pontos desses fatos e até hoje não consigo entender que houve uma revolução em 64.

O Sr. Presidente - Em resposta à primeira parte da indagação do Vereador Geraldo Félix a mim dirigida, fiz uma referência à Revolução de 64 e aqui está entre aspas, porque também não a considero uma revolução, mas foi denominada revolução. Essa menção - até chamei de 1º de abril - foi para dizer que tanto se falou em revolução, mas não foi uma revolução. Essa não foi, essa vamos esquecer e vamos lembrar da Revolução de 30, que foi um grande avanço para o Brasil.

O Sr. Vamireh Chacon - Por uma feliz coincidência, sou do Recife. Em 1930, eu não havia nascido ainda, mas ouvi, na minha casa, mais de uma vez, essa versão, que, aliás, não é novidade alguma. Qualquer historiador detalhista daquela época já tratou do assunto. Na verdade, João Pessoa foi vítima de crime passional de repercussão política. Quem atirou nele foi um cunhado do Governador da Paraíba anterior a João Pessoa. E o Governador da Paraíba anterior a João Pessoa era seu adversário por muitos motivos, que vinham do levante de Princesa, no interior da Paraíba, a chamada República de Princesa. Era chamado assim porque havia ocorrido num município sertanejo que até hoje se chama Princesa Isabel.

O Governador João Suassuna foi sucedido por João Pessoa. Um cunhado do ex-Governador João Suassuna teve sua correspondência amorosa com determinada senhorita da Paraíba apreendida por assessores de João Pessoa e publicada no jornal "A União". Há dois governos estaduais no Brasil que têm jornal: o da Paraíba e o de Minas Gerais. Ainda hoje assim se chama e tem boa circulação na Paraíba o jornal "A União", que continua de propriedade do governo paraibano.

Isso ocorreu por conta da publicação dessa correspondência, que hoje seria absolutamente inofensiva, porque os padrões mudam de uma época para a outra. Na época foi um escândalo formidável, uma coisa indescritível, sobretudo no ambiente da Paraíba, menor que o de Pernambuco, que por sua vez era menor que o do Rio de Janeiro ou de São Paulo. O desfecho foi que esse cunhado do ex-Governador da Paraíba, por motivos pessoais, conseguiu assassinar a tiros João Pessoa.

Por um desses caprichos da história, os adeptos da conspiração Getúlio Vargas-João Pessoa colocaram em segundo plano ou até tentaram apagar da historiografia o lado primordial, passional do crime. E só colocavam em segundo lugar o fato de ele ser cunhado do ex-Governador. Esse ex-Governador da Paraíba anterior a João Pessoa, por conta da morte de João Pessoa, foi assassinado entre a Avenida Rio Branco e a Rua do Ouvidor por um irmão de João Pessoa, que era oficial do Exército Brasileiro. Ele encontrou João Suassuna, e, não podendo atingir o cunhado, matou-o. Mas o cunhado foi, antes dele, assassinado; teve as carótidas cortadas na Casa de Atenção do Recife, pelos revolucionários paraibanos que ocuparam a capital de Pernambuco.

O Sr. Presidente - Pergunta de Gláucio Oliveira, da Uni-BH, para Sylvio Back: "Em seu documentário "A Revolução de 30", que norte você toma, uma vez que trabalhou com visões contrárias à de historiadores? Ainda com a liberdade artística, qual o compromisso de um artista com a aproximação da verdade"? O senhor poderia também completar o esclarecimento sobre a morte de João Pessoa.

O Sr. Sylvio Back - Já que o filme foi citado, queria completar essa observação. Os motivos do assassinato de João Pessoa são ditos pelo historiador Edgar Carone, pessoa estudada, que tem uma coleção inteira de análises sobre a República Velha, de reputação ilibada, de alta amperagem intelectual. Então, essa não é uma opinião minha. Aproveito, porque isso já me ensina a completar a resposta para quem me fez a pergunta sobre o que quer dizer afinal o filme "A Revolução de 30".

Esse texto que acabei de ler é uma reflexão que fiz, na época, a partir das minhas leituras da Revolução de 30, e não exatamente sobre o que há no filme. No filme, convoquei esses três historiadores que têm opiniões diferentes. Um é um pouco mais à esquerda, um pouco mais marxista, o outro é menos, é mais conservador, um outro um pouco mais liberal, enfim, eles não coincidem frequentemente, mas a idéia era exatamente essa, levar para o espectador - e isso tenho feito ao longo de minha filmografia, que, na maioria, são documentários - uma obra aberta. Quero deixar o espectador desarvorado na hora em que termina o filme.

O que o diretor quis saber? Acho que o espectador é sempre mais esperto que o diretor e o filme juntos. Ele acaba descobrindo o que você quer dizer. Você não deve facilitar o seu filme para o espectador. Sempre me lembro que, há uns 20 anos, quando os maiores escritores da América Latina estavam reunidos em um congresso no México (Otávio Paz, Juan (...), Romon Gajegos, Vargas Llosa, Cortázar), um jornalista perguntou: "Como vocês escrevem esses romances tão sofisticados, com uma linguagem tão sofisticada, com metáforas tão profundas, para um leitor comum, pois a América latina tem 300 milhões de analfabetos? Como vocês conseguem escrever isso?". Então, Otávio Paz respondeu: "Escrevemos para quando essas pessoas souberem ler".

Então, é a mesma coisa, você não deve descer ao espectador porque ele vem, ele gosta de vir, ele gosta desse desafio, e isso está na Revolução de 30 e em outros filmes também.

O Sr. Eder Bonfim Rodrigues - Bom-dia, caros membros da Mesa. Queria dirigir a minha pergunta ao Prof. Otávio Dulci, da Universidade Federal. Gostaria que ele abordasse o fato de a Revolução de 30 ser um marco na história do Brasil, um marco que proporcionou um enorme desenvolvimento tecnológico, científico, também econômico e precariamente social. Como o senhor vê a presença de certos fatores do Estado social-democrata que começou na Europa? Foi o período de 1940 a 1970 e se desintegrou em 1970 como o retorno das idéias neoliberais. Queria que o senhor abordasse certos fatores social-democratas no Estado de Getúlio Vargas, no período de 1930 a 1945, quando ocorreu um fator importante na crise do capitalismo mundial: a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Obrigado.

O Sr. Presidente - Dr. Dulci, estamos encerrando a parte relativa a perguntas, pois várias ainda carecem de resposta, e o tempo hoje é pequeno. Queríamos também que o senhor englobasse uma outra pergunta, de uma pessoa da UNI-BH: "Serão necessárias quantas Revoluções de 30 para que se construa um país verdadeiramente democrático com condições de vida para todos?". Há também uma outra na mesma linha, da Luciana Santana, da UNI-BH: "O que falta hoje para que movimentos estudantis e demais movimentos que englobam a massa, o povo, alcancem seus objetivos? Se há democracia depois da Revolução de 30, por que não espaço para essas representatividades?".

O Sr. Otávio Dulci - Acho que um elemento comum nessa resposta é que, como procurei ressaltar na minha exposição e repito agora, o aspecto mais negativo da Revolução de 1930 foi a sua baixa contribuição para a democracia. Então, não se pode falar em social democracia. A social democracia é socialismo democrático, e democrático é tão importante quanto socialismo, nessa fórmula.

Há alguns pontos de articulação entre as políticas trabalhistas e sociais de Getúlio Vargas e seus assessores com ideais socialistas, mas num sentido muito amplo, como também os há com ideais fascistas. Mas o eixo da política social da Revolução de 30 foi corporativista, o que nada tem que ver com a social democracia. É o sistema sindical que, ainda hoje, o Brasil mantém e, é importante ressaltar, não foi modificado: sindicatos, patrões, empregados, justiça do trabalho, etc. E o corporativismo é uma doutrina de inspiração católica,

medieval, nada tendo que ver com o movimento socialista. A social democracia tem origem no socialismo revolucionário, uma outra trajetória que em nada se relaciona com religião. Com a democracia, de 1946 a 1964, o esquema corporativista, que estava em vigor, sofreu uma série de injunções, algumas pela esquerda. As cúpulas sindicais lutavam por sua autonomia. As ligas camponesas eram movimentos claramente revolucionários, não só reformistas. Esse foi o quadro que criou a contrapressão do golpe de 64. Os movimentos sociais tentavam desmanchar o esquema de controle, instituído pela Revolução de 30. E a maior parte da elite brasileira não o permitiu. Não foi apenas o problema da reforma agrária e do estatuto do trabalhador rural, foi também a luta dos sindicatos urbanos, a CGT, à época, a tentativa de formar intersindicais, como hoje existe a CUT e outras, o que era terminantemente proibido. Houve esse esforço, e o golpe veio para colocar os trabalhadores no seu devido lugar novamente. Esses movimentos sempre tiveram um tipo de obstáculo. No momento atual, vivemos uma fase rara de democracia, que não é garantida e não sabemos quanto tempo durará. Temos que sustentar esse processo, não permitindo que seja violentado, como em tantas outras épocas da nossa história.

O Sr. Presidente - Pergunta do Prof. Ricardo Moura Faria, da UNI-BH, dirigida ao Prof. Vamireh Chacon: "O movimento de 1930 foi sacralizado e mitificado pela historiografia. O historiador Edgar De Decca, por sinal, quando propôs uma inovadora interpretação, foi alvo de críticas contundentes. A questão que gostaríamos de ver em discussão é: 1930 foi uma revolução, uma contra-revolução ou nada disso?".

O Sr. Vamireh Chacon - O conceito de revolução, como o de evolução, assim como os demais conceitos humanos, são muito relativos. Parte-se do pressuposto de que revolução, na ótica marxista, seja a substituição de classes no poder. Vejamos o que foi a Revolução de 1917, na Rússia, então czarista. Durante décadas, foi comemorada, sobretudo entre os intelectuais, como sendo o máximo. Setenta e quatro anos depois do acontecimento, a Revolução de 1917 teria sido um saldo do capitalismo para o socialismo, portanto, o que deveria haver em seguida, segundo a dialética marxista, era o saldo do socialismo para o comunismo. É a Lei dos Cinco Estágios, de Engels. Comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e o comunismo que seria a volta ao início, do comunismo primitivo. Segundo Engels, ele seria as origens da propriedade privada, da família e do Estado.

Deve-se julgar cada perspectiva segundo os parâmetros dela própria, porque, do contrário, vai protestar, dizendo que está sendo levada às barras de um tribunal. Não, é ser julgada pelo que disse de si mesma. Então, o que dizia de si própria é que passaria do estágio socialista para o comunista. Era esse o objetivo.

O que aconteceu em 1991? Voltou para o capitalismo mais selvagem daquele que havia em 1917, na Rússia. Por que a Revolução de 1917 foi uma revolução? Trata-se de uma questão para o marxismo resolver. "Mutatis mutandis", a mesma coisa se aplica à Revolução de 30. Na perspectiva de mudança de classe, não houve revolução. Mas na modernização conservadora, se pudermos chamar a isso de uma revolução, sim. Haverá só revolução puramente de mudança de classe social de poder, ou, por exemplo, mudanças tecnológicas e, por consequência, sociais e políticas são ou não uma revolução?

Nesse sentido, a Revolução de 30 foi uma revolução, não no sentido marxista. De fato, a partir de 1930, o Brasil, cada vez mais, não imediatamente, foi deixando de ser uma sociedade agrária para ser uma sociedade industrial e deixando de ser uma sociedade rural para ser uma sociedade urbana. Isso é uma revolução? É. Numa perspectiva marxista-leninista, não sei, porque não sou e nunca fui marxista-leninista. Quem é ou foi sabe melhor a resposta do que eu.

O Sr. Presidente - Pergunta do Sr. Eugênio Alves Pereira Macêdo, dirigida à Presidência da Casa: "Por que também não se fazer um ciclo de debates sobre os 90 anos da Revolta da Chibata, já que foi um movimento contra a opressão aos marinheiros, cuja maioria era formada por negros?". Vamos levar essa sugestão à coordenação e à Presidência da Casa. O Senador Ronan Tito não se contém e participa conosco, o que nos alegra e muito nos honra.

O Sr. Ronan Tito - Muito obrigado pela concessão. Pretendia apenas ficar como carregador de malas do Senador Pedro Simon, mas essa pergunta me provocou. Por que não fazer sempre simpósios sobre a história do Brasil? Por meio dos cinemas - temos aqui um grande cineasta -, sabemos a história dos Estados Unidos. Todos os dias, vemos uma versão diferente, na televisão ou no cinema. Por que não vermos a de Itararé? Temos que fazer mais simpósios e cultivar a nossa história. Um povo sem história, já disse um poeta, é um povo sem alma.

O Sr. Presidente - Pergunta de Ígor Olivera para Sylvio Back: "Muitos oportunistas se colocam como revolucionários em nome de grandes transformações. Esse não seria o caso da Revolução de 30, visto que a estrutura econômica e social do Brasil não sofreu mudanças consideráveis, pois o Estado brasileiro somente trocou a elite que comandava?".

Há também uma pergunta da Lúcia, da UNI-BH: "Gostaria que situasse o grande papel da imprensa na Revolução de 30".

O Sr. Sylvio Back - Quero dizer que sou cineasta. Não sou historiador. Já fiz filmes sobre índios, negros, sobre a história do Brasil. Sou cineasta, historiador amador, antropólogo amador, porque estudo profundamente o tema sobre o qual faço o filme.

Lembro-me de que, há anos, fiz um filme sobre a imigração polaca no Brasil. Telefonei para o grande sociólogo Otaviano, que tem um livro sobre a imigração polaca no Brasil. Pedi a ele que me desse uma entrevista. Ele me disse: "Sylvio, faz 25 anos que escrevi esse livro, já não me lembro dele". Também estudei a Revolução de 30 há 23 anos. Estou me recordando dela com essas brilhantes intervenções, sem ironia alguma. Todos estão dando uma contribuição diferente, que, no fundo, conflui para o que o meu filme diz.

Uma coisa que me chama a atenção - o Prof. Dulci falou isso, e sinto com ele uma irmandade de opinião - é a destruição do movimento operário que a Revolução de 30 provocou. Até 1930, no Brasil, os sindicatos eram livres. Era o mesmo sindicato que existe na Europa, nos Estados Unidos. Esses países já pararam várias vezes, por causa de greves, porque os sindicatos são livres, não são pelegos, não são atrelados ao Estado e não dependem dele para funcionar. A primeira medida em relação ao operariado foi fichar todos no DOPS e criar os sindicatos atrelados ao Estado. O Prof. Dulci disse que não houve uma revolução democrática. Toda revolução acaba engolindo seus mentores e provocando menos democracia do que pretendia derrubar. A Revolução de 30 foi autoritária e continuou autoritária.

O movimento operário atrelado ao Estado foi o maior prejuízo que a Nação sofreu e sofre até hoje. O sindicalismo brasileiro continua pelego, atrelado ao Estado, sem um mínimo de independência. Até 1930, os comunistas mantinham os sindicatos livres. Eles paravam São Paulo, como pararam em 1917, em 1919, em 1905. Os sindicatos tinham autonomia. Essa foi a maior perda do movimento operário no século XX, graças à política trabalhista importada da Itália fascista pelo Lindolfo Collor, que institucionalizou o sindicato pelego.

O Sr. Presidente - O Prof. Chacon deseja complementar essa questão. Aproveitamos para apresentar-lhe uma indagação do jornalista Wilson Cid: "Sobre o financiamento da Revolução de 30, o senhor aprofundou estudos sobre o papel da Light?".

O Sr. Vamireh Chacon - Peço vênia ao jornalista para discordar do Sylvio Back. Está ao meu lado o então Senador Constituinte, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, tão conhecido e querido de todos nós, Ronan Tito. Ele comentava comigo o que já sabia. Alegro-me por ter o testemunho físico dele. Quando na Assembléia Nacional Constituinte, se falou em desatrelar os sindicatos do Estado, os sindicalistas, unanimemente, aplaudiram. Mas, na hora em que se discutiu que o Estado não pagaria mais aos sindicatos por meio do imposto sindical que recolhe das empresas, todos eles voltaram atrás, cineasta Sylvio Back. Quando o Estado iria cortar o imposto, todos os sindicalistas voltaram atrás, a CUT, a CGT, porque todos querem o dinheiro do Estado, por mais que falem contra ele. Ainda bem que tenho a felicidade de estar ao lado dele. Se não estivesse, eu poderia parecer demasiado conservador. Mas ele viu e testemunhou isso ao meu lado. Tive a enorme sorte da sua presença, caro amigo, além do prazer que sempre me dá.

Quanto ao financiamento, faço questão de frisar que não sou especialista da Revolução de 30. Quem é especialista é Bóris Fausto. A Revolução de 30 me interessa na medida em que acabou com o partido, aliás com os partidos, porque, em São Paulo, havia mais um, fruto da dissidência do Partido Republicano, que era estadualizado e se chamava Partido Republicano Paulista, que era o Partido Democrático. A República Velha foi, praticamente, um regime unipartidário.

Não estou a par disso. Tenho humildade e objetividade para dizer o que não sei.

Portanto, não sei o tipo e o grau de financiamento da Light aos revolucionários de 1930. Esse é um assunto sobre o qual outros poderão falar melhor do que eu.

O Sr. Sylvio Back - Deixei de responder sobre a imprensa nos anos 20. Já foi falado que os Presidentes dos Estados tinham uma autonomia autoritária sobre cada Estado. De um modo geral, essa foi uma época de grande liberdade de expressão. Existia até uma grande imprensa operária nos anos 20, quando havia repressões localizadas.

O Sr. Pedro Cândido Ferreira Filho - Gostaria de dizer que sou paulista, filho de um revolucionário de 32. Vou fazer algumas colocações fundadas naquilo que eu ouvia quando era criança. A Revolução de 30 foi deflagrada porque os políticos achavam que perderiam uma eleição e condenavam os processos eleitorais da época. Por que não disputaram uma eleição ou não mudaram os processos eleitorais da época? Por que não foram às urnas? São Paulo foi altamente perseguido pela revolução e deixou de crescer como deveria. Em consequência disso, o Brasil foi prejudicado. Embora com todos esses problemas, São Paulo ainda chegou a dominar 60% da economia brasileira.

Como disse o professor, o crescimento de nossa economia se deu em decorrência da crise de 1929, que mudou toda a estrutura da economia do mundo. O Brasil cresceu por isso. Se não tivesse havido a Revolução de 30, ele teria crescido muito mais, porque São Paulo não teria sido prejudicado. Não tenho nada contra Getúlio Vargas. Acho que ele viveu um momento muito difícil da história do País. Meu pai dizia que Getúlio namorou os comunistas, noivou com os nazistas e acabou se casando com os aliados. A história do mundo, na época de Getúlio, foi muito conturbada.

Como militar, também fui revolucionário de 1964 e quero dizer que um dos grandes méritos de Getúlio Vargas foi acabar com o comunismo, em face do Plano Cohen, que foi descoberto. Ele decretou o Estado Novo para destruir o avanço do comunismo no Brasil. Quero destacar, agora falando por mim mesmo, o papel do 12º RI - localizado na Rua Brito Melo, no Barro Preto - na Revolução de 30. Foi uma unidade legalista que ficou ao lado do Governo Federal. Pelo posicionamento do 12º RI, não teria havido a Revolução de 30. Mas ele foi cercado, bombardeado, cortaram a água, e ele se rendeu.

Criticou-se muito também a Revolução de 64. Gostaria de fazer uma colocação simples sobre o assunto. A Revolução de 64 mudou a história do Brasil e a do mundo. Ela antecipou em 25 anos a queda do muro de Berlim. O comunismo foi uma grande mentira e uma grande fábula imposta à humanidade. Eram as colocações que eu gostaria de fazer.

O Sr. Presidente - Pergunta do Prof. Ricardo Moura Faria a Sylvio Back: "Há autores que percebem características fascistas a partir de 1937, mas outros já percebem tais características desde o movimento de 1930. Há um filme, 'O Caso dos Irmãos Neves', em que isso fica patente. Sendo cineasta que tem uma extensa produção enfocando a história brasileira, como o senhor vê essa questão?".

O Sr. Sylvio Back - A democracia sempre foi um espasmo na história do Brasil. Ficamos sonhando com alguns espasmos de democracia. Por incrível que pareça, acho que a televisão brasileira, que é sempre tão conservadora, nessa minissérie "Aquarela do Brasil", que acompanhei porque tenho um projeto sobre os anos 40, e acho essa a década mais fascinante do século XX, leva para milhões de pessoas - não é como um filme meu, que, mesmo quando é levado à televisão, não tem uma audiência que tem um capítulo de uma minissérie - o que uma boa parte dos historiadores, acólitos e pessoas até de um certo pendor autoritário ainda não consideravam o Getúlio Vargas um ditador.

A liberdade de expressão é a alma do negócio. Fui jornalista profissional durante dez anos, inclusive durante a Revolução de 1964, e sei o que é a falta de liberdade de expressão. Essa minissérie "Aquarela do Brasil", pela primeira vez, levou para o grande público - a dona de casa, nossa mãe, nossa avó, que não vão ver filmes brasileiros, não se interessam - uma visão daquela época.

Basta dar uma olhada na época getulista para vermos que aquilo foi uma ditadura, talvez a mais sofisticada, porque soube cooptar desde poetas, escritores, cientistas, pintores até os comunistas. É uma obra-prima de engenharia política. Essa minissérie levou para o grande espectador que Getúlio foi, efetivamente, um ditador. Não havia liberdade de expressão no País. É isso que acho fundamental; as novas gerações devem, pela primeira vez, se dar conta de que Vargas, de 1937 a 1945, foi um ditador no mais clássico sentido. Não havia a mínima liberdade de expressão no País, a qual é a alma da democracia. Sem liberdade de expressão, não existe mais nada.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida ao Prof. Otávio Dulci, de Érika, da UNI-BH: "Houve mudança na mentalidade das elites, principalmente a mineira, com relação ao social, após a Revolução de 30?".

O Sr. Otávio Dulci - Na questão social, houve pouca mudança, tanto quanto sei. Na área econômica, houve progressos importantes, que já haviam sido anunciados desde a República Velha, por João Pinheiro e Arthur Bernardes, que eram dois grandes nacionalistas.

Depois da Revolução de 30, o Governo de Minas, as elites políticas, acadêmicas e o empresariado continuaram com mais êxito em seus esforços industrialistas. O Brasil já estava nesse caminho.

Na área social, não; a mentalidade era muito conservadora, mais do que em outros Estados, e ainda é, na minha opinião.

O Sr. Presidente - Pergunta de Guilherme Nobre Souto, estudante de História, da UNI-BH, ao Prof. Otávio Dulci: "Como se explica: projeto neoliberal prega a descentralização política ideal, mas, na prática, o que vemos é uma política de abandono de Minas no que se refere à liberação de recursos federais. Nosso Estado está padecendo por falta de recursos. Será que não somos eleitores? Pelo fato de se ter feito analogia das datas, não posso perder a oportunidade de fazer esta pergunta".

O Sr. Otávio Dulci - Há certa confusão aí. Liberalismo e democracia não são equivalentes. O projeto neoliberal não tem objetivos democráticos em si mesmo: prega a redução do Estado, a restauração da primazia do mercado. Concomitantemente, o Brasil vive, desde os anos 80, um processo de democratização que tinha como bandeira a descentralização.

A construção do pacto federativo é outra coisa. Destaquei, na minha exposição, que a Constituição de 1988 passou poderes e recursos para Estados e municípios. A União Federal nunca se conformou com a Constituição na parte de rendas. Todos os governos federais, desde Sarney, procuraram violentar a Constituição no que diz respeito a imposto, recuperando rendas, criando taxas como a CPMF, enfim, afrontando o espírito da Constituição, que é federativa.

Há outro fator: desde aquela época, os governos brasileiros têm sérios problemas de governabilidade. A Presidência da República tem dificuldade para constituir maioria parlamentar, todos sabem disso. Assim sendo, usa como moeda de troca retenções e liberações de recursos para Estados e municípios, mas o espírito da Constituição: é que Estados e municípios tenham seus recursos, independentemente de acertos políticos. Vários fatores que se colocam não constituem o projeto neoliberal: são características da política brasileira.

O Sr. Presidente - Pergunta de Gilberto Araújo, da FAC, ao cineasta Sylvio Back: "Como cineasta e pesquisador, qual sua visão da participação popular em 30? Foi de vital importância no desfecho dos acontecimentos que se seguiram?".

Na ausência do Senador Pedro Simon, encaminho também ao cineasta pergunta do Marco, da UNI-BH: "Com base na fala do Senador Pedro Simon, percebe-se que não houve ampla participação popular na Revolução de 30. Qual foi o real papel da sociedade civil e sua influência no processo revolucionário?".

O Sr. Sylvio Back - Convido-os a assistir a meu filme "Revolução de 30", em que as imagens falam mais alto que qualquer coisa.

Entrevistei as pessoas com gravador, propositalmente, durante horas. Tinha 40 perguntas para cada um e fui selecionando as respostas que estão no filme. Uma delas foi a do Boris Fausto, dizendo que, na verdade, quem estava na rua não era o corintiano, mas havia um certo "corintianismo" na rua; havia, de alguma forma, um certo povão na rua, um povão curioso, um povão chegando. Essas imagens, felizmente, sobreviveram na história pela "cinemateca imaginária", como dizia Paulo Emílio Sales Gomes.

Tomei, de propósito, o comentário dos três historiadores e cientistas políticos sobre a década de 30, para que o filme fosse uma peça "desideologizada". O cinema sempre foi instrumentalizado ideologicamente.

Não sou o único, mas tenho procurado fazer o cinema "desideologizado", ou seja, não fundar verdade nenhuma. A ideologia é um feixe de verdades. As igrejas têm sua ideologia, os partidos têm sua ideologia, todo o mundo tem uma verdade. Está nas velhas Escrituras que quem não estiver com a gente está contra. Procuo não fazer isso. Quero que o espectador se coloque no filme, que é uma obra aberta. É lá que ele deve se descobrir, com suas próprias idiossincrasias, com suas convicções políticas e ideológicas. A Revolução de 30 é uma obra aberta, em que todas as coisas que foram ditas aqui, a maioria delas pertinentes, muitas vezes, estão nas imagens e nas palavras desses três cientistas políticos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Quando idealizamos a realização deste debate, imaginamos ter a oportunidade de demonstrar a Minas e ao Brasil o interesse do nosso Estado e a preocupação dos mineiros para com este evento que muitos teimam em esquecer, mas que queremos lembrar para sempre como um dos mais importantes episódios da democracia republicana do nosso País.

Ao encerrar, agradecemos a presença do cineasta Sylvio Back, que muito nos honrou com sua participação; agradecemos ao Prof. Vamireh Chacon as informações abalizadas que trouxe a este debate; ao Prof. Otávio Dulci, com sua proverbial competência e capacidade; aos Senadores Ronan Tito e Alfredo Campos, sua participação e seu apoio; ao Senador Pedro Simon, que nos brindou com palavras da maior profundidade; aos participantes deste debate que permaneceram até esta hora, especialmente aos professores e alunos da UNIBH; àqueles que, em casa, por meio da TV Assembléia, acompanharam este debate.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores e às demais autoridades participantes, por sua honrosa presença, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 207ª reunião ordinária, EM 19/12/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 773/99, do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita informações ao Secretário de Estado da Educação sobre a situação do quadro de professores do Estado, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.228/2000, do Deputado João Leite, solicitando informações à Loteria Mineira sobre os custos da nota veiculada na imprensa mineira sob o título "Esclarecimento ao Público". A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.314/2000, do Deputado Alberto Bejani, solicitando informações ao Governador do Estado referentes à vinda do Deputado Paes de Andrade a Belo Horizonte, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.315/2000, do Deputado Alberto Bejani, solicitando informações ao Presidente da COPASA-MG sobre as licitações realizadas no período de janeiro a abril deste ano. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre investidura em cargos e empregos públicos. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2000, do Deputado Antônio Júlio, que adapta a Constituição do Estado ao texto da Constituição Federal em decorrência das modificações introduzidas pela Emenda à Constituição nº 19, de 4/6/98, e dá outras providências. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 5 na forma da Subemenda nº 1; da Subemenda nº 2, que apresenta, à Emenda nº 2; pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4, ficando prejudicada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/99, do Deputado Antônio Andrade, que altera o art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política do turismo no Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos aos arts. 161 e 199 da Constituição do Estado. A

Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão Especial, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta o § 3º ao art. 163 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta. Emendada em Plenário, voltou a Proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 754/99, do Deputado Luiz Tadeu Leite, que aprova o acordo celebrado entre os Municípios de Juvenília e Montalvânia para modificação de limite territorial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 451/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre o controle de organismos geneticamente modificados no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Política Agropecuária opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 3 e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, com as Emendas nºs 3 a 7, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 899/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.011/2000, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do recolhimento do ICMS sobre o abate e a industrialização de carne de animais no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.024/2000, do Deputado Fábio Avelar, que estabelece a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais afixarem as limitações ao recebimento de cheques e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.050/2000, do Deputado Ivo José, que cria o Programa de Incentivo à Apicultura do Estado de Minas Gerais - PROMEL - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.093/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre a divulgação anual dos nomes das pessoas que se destacarem no descumprimento do Código de Defesa do Consumidor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.105/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que dispõe sobre a habilitação de estabelecimentos destinados à produção ou manipulação de alimentos destinados à venda no comércio, elaborados no Estado de Minas Gerais, por produtores artesanais ou de agricultura familiar, filiados a uma associação ou cooperativa. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.137/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às Pessoas Portadoras de Traço Falciforme e de Anemia Falciforme e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.172/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação do art. 2º da Lei Estadual nº 12.644, de 17/10/97. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 545/99, da Comissão de Direitos Humanos, que determina o pagamento de indenizações às vítimas de crime de tortura praticada por agente do Estado. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 838/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre o atendimento de clientes nos estabelecimentos bancários e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 901/2000, dos Deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 984/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.006/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a divulgação da relação de obras contratadas pelos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado e dá outras providências. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do

vencido no 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, extinguindo o Fundo SOMMA.

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 23, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.198/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar área industrial localizada no Município de Arceburgo para o fim que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade o projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua provação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 997/2000, do Deputado Anderson Adatao, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.092/2000, do Deputado José Henrique, que altera o topônimo do Município de Itabirinha de Mantena. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.165/2000, da Bancada do PT, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEL. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 42ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 19/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 47/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.171/2000, do Deputado Marcelo Gonçalves; 1.014 e 1.016/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.271/2000, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.198/2000, do Governador do Estado; 1.011/2000, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 65ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 20/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos sobre as medidas que impediram a exploração dos jogos interativos para adultos, causando prejuízos à categoria e ao próprio Estado.

Convidados: Srs. Mauro Ribeiro Lopes, Secretário da Segurança Pública; Paulo Geraldo de Oliveira Medina, Corregedor-Geral de Justiça; Mário Antônio Conceição, Promotor de Justiça; Rodrigo Souza de Albuquerque, Promotor de Justiça; Gilvan Alves Franco, Procurador de Justiça; Leda Domingos Alves, Superintendente da Receita Federal em Minas Gerais; Genedempsey Bicalho Cruz, Presidente da Loteria do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 55ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 20/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.226/2000, do Deputado Miguel Martini; 1.000/2000, do Deputado Edson Rezende.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 358/99, do Deputado João Paulo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.805/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.821/2000, do Deputado Paulo Pettersen; 1.826/2000, do Deputado Agostinho Patrús.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão parlamentar de inquérito do Fundo SOMMA, a realizar-se às 10 horas do dia 20/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 54ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 20/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a Lei nº 7.772, de 8/9/80, e o Decreto nº 21.228, de 10/3/81, que dispõem sobre a proteção, a conservação e a melhoria do meio ambiente no Estado, no que concerne a resíduos e detritos provenientes da suinocultura.

Convidados: Presidentes da Associação dos Suinocultores de Minas Gerais, da FAEMG, da FEAM, da Associação dos Suinocultores do Triângulo e Alto Paranaíba, da EMATER-MG e da EPAMIG; Diretores- Gerais do IEF e do IMA; Diretor do Conselho Estadual de Política Ambiental-COPAM-; pesquisador da EMBRAPA-CNPMS, Dr. Egidio Arno Konzen.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 61ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 20/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.265/2000, do Deputado Ambrósio Pinto.

Requerimentos nºs 1.823 e 1.824/2000, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da CPI da Saúde, a realizar-se às 15 horas do dia 20/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Paulo Vaz Alkmin, Assessor Jurídico da FUNED, e Flávio Lúcio da Cruz Gama, representante da Importadora e Exportadora LUBEL Ltda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 19 de dezembro de 2000, destinadas à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e à discussão e votação de pareceres de redação final; à apreciação da matéria constante na pauta da primeira reunião, acrescida das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre investidura em cargos e empregos públicos; 12/99, do Deputado Antônio Andrade, que integra os servidores policiais civis bacharéis em Direito que exercem a função de Delegado Especial da Polícia ao Quadro Efetivo de Delegado de

Carreira, assegurando-lhes o direito à promoção por merecimento e antiguidade; 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política do turismo no Estado; 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado; 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos aos arts. 16 e 199 da Constituição do Estado; 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado; e 31/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta o § 3º ao art. 163 da Constituição do Estado; 39/2000, do Deputado Antônio Júlio, que adapta a Constituição do Estado ao texto da Constituição Federal em decorrência das modificações introduzidas pela Emenda à Constituição nº 19, de 4/6/98, e dá outras providências; do Projeto de Resolução nº 754/99, do Deputado Luiz Tadeu Leite, que aprova o acordo celebrado entre os Municípios de Juvenília e Montalvânia para modificação de limite territorial; dos Projetos de Lei Complementar nºs 21/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado de Minas Gerais; e 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75; e dos Projetos de Lei nºs 451/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre o controle de organismos geneticamente modificados no Estado de Minas Gerais; 899/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências; 1.011/2000, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do recolhimento do ICMS sobre o abate e a industrialização de carne de animais no Estado; 1.024/2000, do Deputado Fábio Avelar, que estabelece a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais afixarem as limitações ao recebimento de cheques e dá outras providências; 1.050/2000, do Deputado Ivo José, que cria o Programa de Incentivo à Apicultura do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.093/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre a divulgação anual dos nomes das pessoas que se destacaram no descumprimento do Código de Defesa do Consumidor; 1.105/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que dispõe sobre a habilitação de estabelecimentos destinados à produção ou manipulação de alimentos destinados à venda no comércio, elaborados no Estado de Minas Gerais por produtores artesanais ou de agricultura; 1.137/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às Pessoas Portadoras de Traço Falciforme e de Anemia Falciforme e dá outras providências; 1.172/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação do art. 2º da Lei Estadual nº 12.644, de 17/10/97; 545/99, da Comissão de Direitos Humanos, que determina o pagamento de indenizações às vítimas de crime de tortura praticada por agente do Estado; 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências; 838/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre o atendimento de clientes nos estabelecimentos bancários e dá outras providências; 901/2000, dos Deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado; 984/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS -; 1.006/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a divulgação da relação de obras contratadas pelos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado e dá outras providências; 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, extinguindo o Fundo SOMMA; 1.198/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar área industrial localizada no Município de Arceburgo para o fim que menciona; 997/2000, do Deputado Anderson Aduato, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e dá outras providências; 1.092/2000, do Deputado José Henrique, que altera o topônimo do Município de Itabirinha de Mantena; e 1.165/2000, da Bancada do PT, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEI; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de dezembro de 2000.

Anderson Aduato, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bené Guedes, Cristiano Canêdo, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/12/2000, às 10h30min, no Plenarinho II, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2000.

Geraldo Rezende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/12/2000, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, em 2º turno, os Pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.011/2000, do Deputado Paulo Piau, e 1.198/2000, do Governador do Estado; em 1º turno, os Pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 47/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.171/2000, do Deputado Marcelo Gonçalves; 1.014 e 1.016/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 1.271/2000, do Governador do Estado; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial das Taxas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Cunha, Miguel Martini, Ambrósio Pinto e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/12/2000, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, com os Srs. Renato Bandeira de Melo e Marcos Afonso Marciano de Oliveira, respectivamente, Superintendente e Diretor da Legislação Tributária da Receita Estadual, sobre a legislação mineira referente à cobrança de taxas e propor medidas visando à sua reformulação.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2000.

Paulo Piau, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do BNDES

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivo José, José Henrique, Luiz Menezes e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/12/2000, às 15h30min, no plenarinho II, com a finalidade de se obter esclarecimentos sobre o plano de ação para implantação do Programa CEZORD - Recursos de Desestatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Convidado: Sr. Mauro Santos Ferreira, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2000.

Mauri Torres, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.217/2000

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.217/2000, do Deputado Pastor George, visa a declarar de utilidade pública a Obra Social e Beneficente da Igreja Verdadeira de Nosso Senhor Jesus Cristo, com sede no Município de Contagem.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A citada entidade realiza atividades de caráter educativo, assistencial e sociocultural, além de empreender ações visando resolver as questões relacionadas à saúde, moradia, transporte e lazer, buscando sempre zelar pela melhoria das condições de vida dos moradores do município.

A entidade de que trata o projeto em tela merece, portanto, o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.217/2000 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2000.

Luiz Menezes, relator.

Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição Nº 3/99

Comissão de Redação

A Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, apresentada por 1/3 dos membros da Assembléia Legislativa, tendo como primeiro signatário o Deputado João Paulo, dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição do Estado.

Aprovada nos turnos regimentais, na forma original, vem agora a proposta a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3/99

Dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O inciso V do art. 170 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.170 -

V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso e proibida limitação de caráter geográfico à sua instalação;"

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2000.

Maria Olívia, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Márcio Kangussu.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

202ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 6/12/2000

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito este momento para falar sobre um assunto que para muitos é polêmico e para outros, a solução para o enriquecimento de alimentos que ajudam a prevenir doenças e podem solucionar o problema da fome no mundo. Falo sobre os alimentos transgênicos, desenvolvidos pela

biotecnologia. Dou meu parecer favorável a essa questão, pois a tecnologia alimentar será extremamente importante para o futuro da humanidade.

Para se ter uma idéia, os alimentos transgênicos já receberam centenas de apoios de entidades de pesquisas, inclusive de dois Prêmios Nobel, Srs. James Watson e Norman Borlag. Eles endossaram o manifesto a favor da engenharia genética na agricultura, assinado por mais de mil cientistas.

Cito também países, como o Canadá e os Estados Unidos, que estão convencidos de que os produtos alimentares transgênicos no mercado são seguros. Recentemente, quando estive em Cuba, em missão por esta Casa, presenciei a realização de estudos para a implantação de substâncias em alimentos com o objetivo de prevenir doenças, como, por exemplo, o ácido fenólico, que tem um papel importante na prevenção do câncer no esôfago.

Neste momento, em que os agricultores já plantaram e esperam a próxima safra de verão, é imperioso abrir um amplo debate em Minas Gerais sobre os avanços necessários para que nossos produtos agrícolas ganhem competitividade no mercado internacional e o Brasil se torne realmente o celeiro do mundo, uma meta apregoada há décadas, mas que, infelizmente, ainda não se cumpriu. Para isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos discutir uma das tecnologias que mais poderão auxiliar o agricultor mineiro e do Brasil no futuro: a biotecnologia.

A biotecnologia é uma técnica que emprega genes em processos produtivos, com a finalidade de obter produtos úteis ao homem e ao meio ambiente. Ela viabiliza o surgimento de produtos de ponta em todas as áreas da biologia, consumidos em todo o mundo, como plantas geneticamente modificadas para se tornarem tolerantes a herbicidas e resistentes a pragas, insetos, medicamentos, vacinas, hormônios e anticorpos e outros produtos de mais alta importância.

A primeira aplicação comercial dessa tecnologia data de 1982, com a produção de insulina para o tratamento de diabetes. Os cientistas, hoje, dedicam-se a desenvolver alimentos com características que possibilitam maior produtividade, menos danos ao meio ambiente e maior valor nutritivo.

Atualmente estamos na primeira onda da biotecnologia, fase em que as plantas são geneticamente modificadas para serem tolerantes a herbicidas e resistentes a pragas e insetos, gerando ganhos específicos para a fase de produção. Em diversos países do mundo já são comercializados soja, milho, canola, batata e algodão, entre outras culturas, com o uso da biotecnologia.

No futuro próximo virá a segunda onda da biotecnologia, quando os alimentos serão nutritivos e benéficos para a saúde. Já foi desenvolvido, por exemplo, um arroz geneticamente modificado para se tornar capaz de sintetizar o betacaroteno, que é o precursor da vitamina A. Com isso, a carência dessa vitamina, que provoca cegueira e acomete cerca de 124 milhões de crianças em todo o mundo, poderia ser combatida facilmente, bastando uma dieta rica em arroz, cereal que é a principal fonte de nutrientes em diversos países, notadamente no Sudeste Asiático.

Num futuro um pouco mais distante, na chamada terceira onda, serão desenvolvidas plantas com vários diferenciais, capazes de imunizar os organismos contra doenças.

Várias entidades e institutos de pesquisa não só já declararam seu apoio à biotecnologia aplicada à agricultura como vêm desenvolvendo plantas geneticamente modificadas com as mais variadas características. A nossa UFMG, em parceria com a EMBRAPA, por exemplo, acaba de anunciar seus avanços no sentido de modificar geneticamente uma variedade de alface para transformá-la numa vacina contra a leishmaniose. A Universidade do Norte Fluminense também já anunciou estudos em relação a uma alface geneticamente modificada, que induzirá o organismo humano a produzir anticorpos contra o vírus causador da Hepatite B. A Universidade Federal de Viçosa, o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR -, a COPERSUCAR, a UNICAMP e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ -, da USP, também realizam pesquisas no sentido de desenvolver plantas geneticamente modificadas de maior valor nutritivo, de melhor qualidade, de cultivo menos agressivo ao meio ambiente e de maior rentabilidade no campo. Essas são apenas algumas das 120 instituições cadastradas na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio -, que desenvolvem pesquisas na área de biotecnologia.

A renomada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - também desenvolve várias pesquisas no campo da biotecnologia aplicada à agricultura, criando produtos como o feijão resistente ao vírus do mosaico dourado e o mamão papaia resistente ao vírus da mancha anelar. Essas pragas são responsáveis por enormes perdas em nossas lavouras, prejudicando não só a quantidade produzida como a qualidade dos produtos brasileiros, que ficam de fora do mercado internacional. Ficam de fora não só por conta da menor produtividade e dos custos mais altos, que encarecem o produto final, mas também devido aos maiores danos que as culturas convencionais causam ao meio ambiente, pela necessidade de maior número de aplicações de agroquímicos. Pesquisa divulgada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos mostra que a aplicação de agroquímicos nos campos de milho, soja e algodão foi reduzida em 1.135t em 1998, se comparada à de 1997.

O debate apaixonado que acontece em alguns países do mundo faz com que, muitas vezes, a opinião pública sinta-se perdida em relação ao tema biotecnologia. Nossa função, como cidadãos e, mais que isso, representantes legítimos do povo, que depositou em nós sua confiança, é lutar para que a população tenha acesso a todas as informações referentes ao assunto, sem parcialidades e sem levantar bandeiras que não se sustentem cientificamente.

Recentemente, quando indagado sobre sua opinião a respeito dos organismos geneticamente modificados, um dos fundadores do movimento ambientalista Greenpeace, Patrick Moore, disse acreditar que eles "têm um grande potencial de benefícios reais e pouquíssimos impactos negativos". Moore foi Presidente do Greenpeace, no Canadá, por nove anos e Diretor do Greenpeace Internacional por sete anos.

É importante ressaltar que nunca, em toda a história do desenvolvimento e consumo de alimentos originários da biotecnologia, houve qualquer problema de segurança alimentar ou ambiental relacionado com esse consumo. Hoje em dia, mais de 2.500.000.000 de pessoas consomem, por exemplo, a soja geneticamente modificada, diretamente ou em produtos da cadeia alimentar.

Países onde o controle alimentar é bastante rígido, como os Estados Unidos, já aprovaram diversas variedades de plantas geneticamente modificadas para consumo humano e animal.

Hoje 12 países já adotaram o plantio geneticamente modificado, entre eles, grandes produtores de grãos, como os Estados Unidos, a Argentina, o Canadá, a China e a Austrália. Para se ter uma idéia do crescimento desse mercado, em 1992 havia apenas um país a utilizar as plantas geneticamente modificadas. Somente no ano passado, cerca de 40.000.000ha em todo o mundo foram cultivadas com sementes geneticamente modificadas.

O agricultor brasileiro acaba perdendo o mercado internacional, porque os países que já adotaram as plantas geneticamente modificadas produzem mais em menos espaço e com mais economia de insumos agrícolas, o que faz com que seus preços sejam bem mais competitivos que os brasileiros.

É por tudo isso que devemos trabalhar para que uma decisão final seja tomada em relação às plantas geneticamente modificadas no Brasil. Em nosso País, negócios relacionados à agricultura, incluindo a indústria de alimentação, respondem por cerca de 40% do PIB, cerca de 28% dos empregos e 36% das exportações. Estima-se que cada real a mais obtido nessa atividade gere até R\$1,32 de negócios em outras áreas. Não há motivos para continuarmos a deixar o Brasil fora do mercado internacional, o agricultor brasileiro gastando mais para produzir menos em nossas terras, nosso País exportando menos e ainda tendo de comprar grãos de outros países, com todo o nosso potencial agrícola.

O Governo Federal já fez sua parte ao elaborar uma lei específica sobre esse tema. Minas já desponta como o grande cinturão de biotecnologia na área de fármacos do Brasil, notadamente, a RMBH e Montes Claros, bem como na área agrícola, em pólo que já se consolida na região de Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

Minas Gerais é um dos mais importantes Estados da Nação brasileira, mas é, acima de tudo, parte dessa mesma Nação. Se uma lei federal foi elaborada e versa sobre a biotecnologia com toda propriedade, não há motivos para Minas ficar de fora. Minas deve colaborar para que novas tecnologias sejam desenvolvidas e o País deslanche em direção ao crescimento científico e econômico, como tão bem vêm fazendo nossas universidades e centros de pesquisas, que estão fazendo de nosso Estado o grande propulsor do desenvolvimento tecnológico brasileiro. Trabalhar para avançar, e não para dificultar a vida de nossos agricultores, de nossos cidadãos. Esse é o nosso papel.

É isso que esperamos do povo mineiro, desta Casa e do Governo de Minas Gerais, para competirmos com aqueles que produzem alimentos geneticamente modificados, que não têm

contra-indicação alguma. Já são usados nos Estados Unidos e no Canadá. O Canadá é a nação mais evoluída do ponto de vista da biotecnologia e cuida do seu processo de vida sustentável. Não vemos motivo algum para ficarmos com o pé atrás. Será que o que é bom para os Estados Unidos e para o Canadá não é bom para os brasileiros? Vamos acabar com esse atraso de pensamento e acreditar na ciência e na tecnologia. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, público das galerias, imprensa, como estamos chegando ao final dos trabalhos da presente sessão legislativa, gostaria de dirigir minha mensagem ao Sr. Presidente, aos demais membros da Mesa e aos colegas Deputados.

Em primeiro lugar, peço aceitarem as minhas palavras de agradecimento e felicitações. Meu agradecimento é pelo apoio que me foi dado no trabalho em Plenário e nas comissões. As felicitações são pela marca de coragem e de transparência que V. Exa. imprimiu em sua gestão.

Seus companheiros de Mesa, Sr. Presidente, também merecem o meu reconhecimento. A harmonia e a dedicação com que trabalharam só fez engrandecer esta Casa. Isso muito ajudou a nós, demais Deputados, no exercício de nosso mandato.

É importante registrar também a atuação do Colégio de Líderes. Na presente legislatura, o trabalho desta Assembléia se fez por meio de autêntico colegiado, sem prevalecer a vontade individual ou de grupos. E esse colegiado - nunca é demais lembrar - compõe-se das lideranças de todos os partidos representados neste parlamento.

Pessoalmente, esta sessão legislativa foi para mim difícil, mas motivadora. À frente da CPI do Narcotráfico e com a ajuda dos colegas desenvolvi trabalho desgastante e até mesmo perigoso, mas de extrema importância para o povo mineiro, pois o pior câncer deste País é a droga. As ameaças a mim e a meus companheiros de CPI se estenderam as nossas famílias. As armações são do conhecimento de todos, do mesmo modo que as pressões contrárias ao nosso trabalho. Mas enfrentamos tudo e vamos continuar em frente. Para tanto, como já disse, temos contato com o apoio do Deputado Anderson Aduato, nosso Presidente, e da grande maioria dos colegas parlamentares. Estou certo de que vamos continuar sendo prestigiados pela nova Mesa, encabeçada pelo companheiro Deputado Antônio Júlio.

Quero terminar desejando a todos meus melhores votos de boas festas. Meus votos e meus agradecimentos são extensivos aos servidores da Casa, à imprensa e ao povo mineiro, que aqui representamos. A nova Mesa da Assembléia - na pessoa do Deputado Antônio Júlio, futuro Presidente, e de seus companheiros - formulo, desde já, votos de muito êxito. Reafirmo meu propósito de continuar colaborando para que esta Casa seja sempre a do povo mineiro. Muito obrigado.

Sr. Presidente, com extrema felicidade, tive conhecimento de um projeto muito importante da Polícia Militar, que minimizará grande parte da sua atuação. É o Projeto Cadê. Quando a Polícia Militar prende alguma arma, esta é catalogada, com o apoio direto do Ministério Público. A Polícia fica sabendo o número de registro da arma. Recentemente, em Betim, ocorreu um assalto em uma firma. Um dos bandidos foi baleado, e descobriu-se que a arma que ele portava havia sido apreendida pela Polícia Militar, há um mês, e entregue à Polícia Civil. Vejam, em apenas um mês a arma já estava nas mãos de outro bandido. Esse projeto é justamente para que o Ministério Público, juntamente com a Polícia Militar, possa ter informações sobre as armas.

Quero dar os parabéns a esse projeto encabeçado pela Polícia Militar, por intermédio do seu Comandante Mauro Lúcio. É um projeto que temos que apoiar e que já está começando a ter restrições por parte de algumas áreas. Sabem de quem poderiam ser essas restrições. Mas nós, parlamentares sem diferença de partido, temos que aprovar esse projeto. Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, primeiro pela questão levantada sobre a CPI do Narcotráfico. Ao lado de V. Exa. também temos desempenhado um papel árduo, mas temos tido muita satisfação com o nosso trabalho, mesmo porque estamos aqui em nome da sociedade, que precisa dessa transparência.

A outra questão levantada por V. Exa. também merece o nosso apoio. Sabemos que os organismos policiais precisam ser cada vez mais bem controlados, porque se trata de setores do Estado que merecem um acompanhamento e uma fiscalização maiores. O projeto de V. Exa. vem disciplinar o controle de materiais apreendidos, de armas e drogas. A Polícia Militar e o Ministério estão desenvolvendo esse projeto em parceria, e temos certeza de que esse projeto terá grande efeito, em especial para a sociedade. Os produtos apreendidos terão um controle e uma fiscalização direta do Ministério Público, que tem o dever constitucional de fiscalização e controle externo da polícia.

A Polícia Militar, a Polícia Civil e, tenho certeza, a população de bem de Minas Gerais estão muito tristes com a morte do Soldado Luiz Carlos Cota, de 35 anos, há 16 anos na corporação e que fazia a segurança do Prefeito Jésus Lima, na cidade de Betim. Esse policial foi assassinado covardemente ainda quando se encontrava dentro do veículo Tempra do Prefeito Jésus Lima. O policial ali se encontrava para fazer a segurança do Prefeito de Betim, que já havia sofrido um atentado há anos, por questões políticas.

Temos conhecimento de que o policial sempre teve um excepcional comportamento, com uma ficha ilibada, um cidadão de bem, um pai de família com esposa e três filhos. Estivemos em seu enterro e vimos a família enlutada. Deputado Marcelo Gonçalves, tenho certeza de que V. Exa. também está apoiando o nosso pronunciamento. Voltamos a essa tribuna para lamentar a perda de um companheiro. Estamos cobrando do Comando da Polícia Militar que se empenhe ao máximo, constituindo equipes para diligenciar o esclarecimento desse crime.

A população de Minas Gerais está estupefata e se questiona: se um Soldado do Batalhão de Missões Especiais, altamente preparado para proteger a vida de um Prefeito, foi morto covardemente, imagine a população como fica desprotegida, já que a pessoa que morreu era um homem bem treinado.

Sr. Presidente da CPI do Narcotráfico, nessa linha, encaminhamos o Ofício nº 1.729/2000 ao Secretário Adjunto da Segurança Pública, Márcio Barroso Domingues, solicitando a imediata destinação de uma equipe de policiais do DEOESP para auxiliar os trabalhos da Polícia Civil de Betim, para que possamos ter certeza de quem é a autoria do crime e por que aconteceu o fato. A população de Minas Gerais não pode assistir a esse tipo de atentado e ficar calada, e a polícia de mãos atadas.

No enterro do Soldado Cota, disse ao Cel. Mauro Lúcio que a Polícia Militar e a Polícia Civil precisam urgentemente dar uma resposta à sociedade. Mesmo porque os homens de bem da polícia que estão na rua defendendo a sociedade não podem engolir esse tipo de fato sem dar uma resposta. Essa resposta é apuração rápida e imediata, com o esclarecimento da autoria do crime. O moral da tropa está cada vez mais baixo.

Recentemente, tivemos notícia de que, no Rio de Janeiro, diversos policiais estão sendo assassinados em serviço.

Agradeço ao Deputado Marcelo Gonçalves pela oportunidade e tenho a certeza de que concorda com nosso pronunciamento.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço as palavras do Deputado Sargento Rodrigues concedo aparte ao Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Parabenizo o Deputado Marcelo Gonçalves, Presidente da CPI do Narcotráfico, da qual sou relator, por abordar tema tão importante para Minas, que é o combate à violência e ao crime organizado através do narcotráfico. V. Exa. lembrou bem que a Comissão teve e tem passado por momentos difíceis, ocorrendo um deles agora devido a uma armação feita contra a CPI, procurando atingir minha pessoa, mas a Comissão tem respondido a tudo com a firmeza necessária. Foi exatamente após a CPI começar a mexer num "vespeiro", com a solicitação da saída do Secretário da Segurança Pública, que começou a haver maior número de ameaças contra todos os membros da CPI. Agradeço a V. Exa. e aos demais Deputados da CPI o apoio que nos têm dado, dizendo à população mineira que não será isso que fará com que deixemos de terminar nosso trabalho, apontando as modificações necessárias, especialmente no quadro da segurança pública.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço as palavras do Deputado Rogério Correia. O povo mineiro conhece as pressões que todos os membros da CPI têm sofrido. Mas temos a certeza de que não vamos parar os trabalhos nem nos intimidar com as ameaças.

Concedo aparte à Deputada Elaine Matozinhos.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. pela fala relativa ao controle do Ministério Público, no que se refere às armas apreendidas e encaminhadas à Polícia Civil. Creio que a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, todos estamos precisando de controle. Como Delegada de Polícia, não poderia deixar de hipotecar a V. Exa. o nosso apoio, dizendo-lhe que o referido controle precisa ser ampliado aos companheiros da Polícia Militar e aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Obrigada.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço o aparte da Deputada Elaine Matozinhos, solicitando-lhe, já que é Delegada da Polícia Civil, que apóie o projeto da Polícia Militar e faça um apelo ao Governador Itamar Franco para que receba com carinho o projeto, aprovando-o. Hoje, o Comandante da Polícia Militar, Mauro Lúcio, esteve com o Governador para os devidos entendimentos.

Sr. Presidente, em nome do PDT, partido do qual sou Líder, em nome de meus companheiros de bancada, digo que sentimos muito orgulho de V. Exa. no comando desta Assembléia Legislativa. Obrigado

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes às galerias, telespectadores da TV Assembléia, como Líder do PT, quero inicialmente agradecer a confiança e o reconhecimento do trabalho dos nossos Deputados, expressos na votação de meu nome para compor a próxima Mesa da Assembléia Legislativa. Reafirmamos nesse momento o nosso compromisso de continuar lutando pela independência do Poder Legislativo, pela transparência e, principalmente, pela democracia e pela participação livre da sociedade.

Estaremos, ao lado do Presidente eleito, Deputado Antônio Júlio, e dos demais companheiros da Mesa, contribuindo para que o Poder Legislativo continue sendo exemplo de seriedade, autonomia e instrumento autêntico das transformações tão urgentes e necessárias a nosso Estado e País.

Gostariamos também de manifestar a nossa admiração e respeito ao nosso Presidente e amigo, Deputado Anderson Aduato, pelos dois anos que dirigiu essa Casa, com lisura e compromisso com os diversos movimentos sociais. Esta Casa, em todos os seus anos de existência, nunca debateu tanto os diversos temas sociais e nunca se abriu tanto à participação democrática da sociedade. Ficam, portanto, registrados nosso reconhecimento e gratidão pela condução séria deste Poder tão importante.

Desejamos a todos os nossos colegas de Mesa, sob a coordenação do Deputado Antônio Júlio, muita sabedoria e criatividade para enfrentar os desafios deste Terceiro Milênio. E, entre esses desafios, estamos aqui também para denunciar e, ao mesmo tempo, discutir um dos temas que permaneceram em pauta neste final de século: as relações de trabalho. Se não bastassem toda a experiência acumulada e as marcas deixadas pelo autoritarismo, ainda continuamos a conviver com a arbitrariedade e a falta de respeito das empresas para com os trabalhadores. Em Timóteo, na região metropolitana do Vale do Aço, os trabalhadores metalúrgicos, através de seu sindicato - o Metasita, depois de tentarem negociar um acordo que pelo menos retomasse um pouco mais de dignidade para os empregados da Companhia de Aços Especiais, receberam como contraproposta o autoritarismo, o descaso e a pressão contra as famílias dos quase três mil trabalhadores, agora assustados com a possibilidade de perder seus empregos.

A conjuntura do País, propiciada por um governo de desmandos, é altamente favorável às arbitrariedades das empresas, que usam e abusam dos trabalhadores, desrespeitando os sindicatos e impondo o seu poder de fogo contra a sociedade. Os metalúrgicos da Acesita, em greve desde 1º de dezembro, encontram solidariedade na população e buscam o apoio dos outros movimentos sociais que insistem na luta pelos direitos mínimos dos cidadãos e exigem respeito por parte das empresas.

O movimento surgiu também em protesto contra outro desmando do Tribunal Regional do Trabalho que, distante da realidade dos trabalhadores, legislou a favor da Acesita, ao decidir a favor da mudança do regime de trabalho feita pela empresa em 1998, que acabou com a já conhecida "quinta letra", correspondente aos turnos de revezamento. Isso significa que os cinco turnos de trabalho, tradicionais em empresas metalúrgicas, onde o risco de acidentes é diário, foram reduzidos para quatro, e os empregados, que trabalhavam cerca de 36 horas por semana, passaram agora a cumprir a exigência de 39 horas de serviço semanal, ou seja, passam a trabalhar mais, isso sem contar as horas extras e as horas adicionais, sem receber um tostão a mais por isso.

E está ocorrendo exatamente o inverso do que ocorre no país de origem dos gestores da Acesita: a França. Recentemente, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, esteve lá e elogiou a questão da redução da jornada de trabalho.

Em um País subdesenvolvido, do Terceiro Mundo, os setores internacionais, neste momento da globalização, tentam auferir, cada vez mais, os seus lucros, em vez de avançarem nas relações do trabalho, proporcionando aos trabalhadores melhores condições de trabalho, maior tempo para o lazer e melhores condições de vida para as suas famílias.

Portanto, podemos ficar atentos, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Certamente o resultado desse julgamento precipitado do TRT repercutirá em mais acidentes de trabalho, em maior "precarização" das condições de trabalho e em menor garantia de emprego.

O movimento dos metalúrgicos da ACESITA é pacífico, legal e visa à retomada das negociações em clima de igualdade e respeito entre as partes. A ACESITA privatizada - e agora, portanto, descompromissada com a cidade de Timóteo e com os trabalhadores - está agindo de forma ilegal, contratando novos funcionários, pressionando as famílias e tentando jogar a população contra a greve legítima, democrática e em defesa dos interesses dos trabalhadores metalúrgicos.

E, mais uma vez, agindo também ilegalmente, a empresa contrata seguranças para agir de forma autoritária, impedindo a livre manifestação dos sindicatos.

É bom lembrar que, em recente entrevista aos jornais, a ACESITA se vangloriava de faturar cerca de R\$120.000.000,00 por mês. Essa quantia certamente não vem para favorecer seus empregados nem mesmo para minimizar os efeitos da crise econômica na cidade de Timóteo.

Por fim, para não perdermos a memória histórica do nosso País, lembramos que a ACESITA, privatizada pelo Governo Federal em 1992, já provocou mais de 5 mil demissões, colocando em risco a sobrevivência dos trabalhadores e lançando a cidade de Timóteo em uma crise social e econômica sem precedentes, além de trazer enormes prejuízos para toda a região do Vale do Aço.

Neste momento, solicitamos desta Casa a solidariedade com os companheiros metalúrgicos em greve, porque eles acreditam na democracia, acreditam em seus direitos legítimos e ousam levantar a voz contra o autoritarismo da empresa e contra a parcialidade da legislação trabalhista. Eles estão mostrando a todos nós que querem um novo País, onde quem trabalha e produz seja tratado com respeito e com dignidade. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa e ilustres visitantes, quem não se lembra desse feito no início da década de 80: (- Fala ao celular.) "Alô, mãe. Tudo bem? Aqui é o Márcio. Estou te ligando para dizer que te amo muito. Um grande abraço e um beijo".

Esse fato aconteceu no início da década de 80, com o então Deputado Federal Agnaldo Timóteo. Mas existe uma diferença: aquele Deputado usava um telefone fixo. Hoje, falei por meio de um telefone celular. Por um lado, a tecnologia avança muito, nos dando a tranquilidade, a possibilidade - como faz, agora, o nosso Vice-Presidente, Deputado Durval Ângelo, que, provavelmente, está defendendo os interesses desta Casa, os interesses daqueles que aqui o colocaram - de encurtar distâncias e resolver problemas imediatos.

Por outro lado, temos a obrigação de denunciar o descaso para com os consumidores. Por isso, venho denunciar os problemas causados por este aparelho telefônico, que está em minhas mãos, porque a Nokia, empresa fabricante deste aparelho, não tem respeito para com os consumidores brasileiros.

A tecnologia do telefone celular já existe no mundo há mais de 30 anos. Foi nos Estados Unidos, na década de 70, que essa maravilha do mundo moderno nasceu com um futuro muito promissor. Para esse avanço fazer parte do nosso dia-a-dia foi uma lenta evolução. Somente 25 anos depois, os aparelhos que dispensam fio aportaram por aqui.

No início, uma tecnologia que atendia a uma pequena parcela dos brasileiros: somente os muito ricos e os empresários podiam arcar com seus custos e tinham a infra-estrutura disponível para falar neles.

Com o passar dos anos, o celular foi se popularizando, e hoje, em Minas, mais de 1.500.000 pessoas fazem uso dele, desde adolescentes, que têm no celular uma extensão dos ouvidos e bocas dos pais, passando por profissionais, como diaristas e autônomos, que têm, nesse aparelho, o seu ganha-pão, chegando aos grandes empresários, para quem o celular virou uma continuação de seus escritórios. Deixou de ser um artigo de luxo para ser componente importante da sociedade e da economia brasileira.

A tecnologia dos celulares nos brinda, a cada dia, com aparelhos mais sofisticados e menores. Hoje, as fábricas colocam à disposição uma farta gama de modelos e preços, em que é possível adequar aparelhos a cada uma das necessidades. Infelizmente, existem fábricas que, na ânsia de vender, estão colocando no mercado nacional produtos com qualidade inferior, num total descaso para com seus clientes.

Esse é o caso da Nokia. Com excelentes aparelhos, vinha atendendo às demandas dos brasileiros tanto no que tange ao consumidor quanto às especificações do órgão regulamentador da telefonia nacional, a ANATEL. Mas quando chegou ao mercado este modelo, que está em minhas mãos, o Croma, 8.860, que veio para ser o "top" de linha, com a promessa de ser um celular moderno, que atenderia aos clientes mais exigentes, o panorama se modificou.

Na realidade, depois de meses de comercialização desses aparelhos, o resultado foi outro, bem diferente do anunciado. Uma chuva de reclamações começou a chegar à fábrica, pois o aparelho - apesar de ser "top" de linha e o preço acompanhar essa característica, sendo o mais caro da marca - apresentou vários defeitos funcionais, como dificuldade para falar, baterias de curta duração, e também de ordem estética, pois seu material de acabamento é frágil e a tinta prateada que o recobre descasca com muita facilidade.

O que nos deixa perplexo é que a empresa, num total descaso, confirma que os aparelhos realmente apresentam defeitos e deverão ser trocados, mas nega ao consumidor o direito de ter uma data fixada para efetuação das trocas.

Questiono, em primeiro lugar, os quesitos usados para se avaliar o padrão de qualidade, os quais permitiram colocar no Brasil um produto de tão baixa qualidade, já que a Nokia é uma empresa transnacional, cujos produtos estão nos mercados mais exigentes do mundo.

Também pondero o serviço de pós-atendimento, pois é sabido que o "recall" é uma prática usual em qualquer sociedade que, como no Brasil, preza o direito de ser bem-atendida. E, mais, o direito à informação não vem sendo respeitado por essa empresa, já que se nega a repassar aos clientes uma data precisa para a solução do problema.

Mesmo que o aparelho em voga já tenha sido retirado do mercado nacional, agora o que falta à Nokia é um comprometimento maior com os clientes que, acreditando no nome da empresa, trocaram seus aparelhos por esse, que vem causando muitas dores de cabeça aos seus usuários.

Por uma questão de direito do consumidor, como representante dessa sociedade, protocolei um requerimento junto à Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, para que se registre esse assunto e se tome as providências cabíveis no que tange à imediata retirada de circulação desses aparelhos, substituindo aqueles que estão em uso por modelo similar.

Fiz questão de vir a esta tribuna, porque, tenho certeza, à semelhança dos meus colegas, diversos consumidores têm vindo reclamar, porque não entendem o desrespeito dessa empresa para com nós, consumidores, não apenas mineiros, mas brasileiros.

Então, Sr. Presidente, apresentei esse requerimento à Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, que, espero, faça coro conosco, para que essa empresa seja responsável bastante para atender ao clamor dos consumidores mineiros, belo-horizontinos, brasileiros.

Outro assunto nos alegra. O mundo inteiro, nesse final de semana, se curvou diante de um brasileiro, diante de um desportista que enaltece e engrandece a nós, brasileiros. Refiro-me a Gustavo Kuerten, o nosso querido "Guga", que teve oportunidade de conhecer quando Vereador por Belo Horizonte, praticante do tênis, esporte que aprendi e a que hoje me dedico para que possa "agüentar o rojão", como se diz. Tive essa oportunidade por intermédio da Dinâmis Center, comandada pelo nosso Claudius Tenorius, que faz hoje o único torneio que disputa pontos na ATP, que é o "BH Tênis Open". O "Guga" estava tão-somente começando a jogar. Pode, então, apreciar a sua pessoa: um rapaz simples, que traz, acima de tudo, como característica básica, o brasileiro dócil, trabalhador, dedicado e, acima de tudo, de muita simpatia. E é assim que, como um dos representantes da comunidade mineira - tenho a certeza de que falo em nome dos meus 76 colegas desta Casa -, estamos apresentando uma moção de congratulações com esse brasileiro, esse catarinense, que, sem dúvida, dignifica a todos pela conquista do Campeonato Mundial da ATP. Parabéns, companheiro Gustavo Kuerten, o nosso "Guga"!

Sr. Presidente, outro assunto que também me traz a esta tribuna é o projeto que apresentei nesta Casa, nesta semana, que prevê a realização da Semana de Conservação Escolar no calendário da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

Sr. Presidente, em Minas, há 853 municípios, e, em cada município, há no mínimo uma escola, que, com a municipalização do ensino, passou para o município, mas ainda está em poder do Governo do Estado. Sem dúvida, todas carecem de uma reforma, carecem, enfim, de alguma atividade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, é muito importante que a comunidade mineira saiba das dificuldades do poder público em fazer a manutenção dessas escolas, a qual pode ser dividida com a comunidade escolar envolvida, não apenas com a associação de pais e mestres e outras entidades, em virtude das eleições diretas nas escolas, que foram um avanço democrático que conquistamos e que trazem a comunidade para dentro das escolas. A comunidade escolar hoje sabe que todos temos de dar a nossa cota de participação e de ter responsabilidade para com a conservação dos prédios escolares.

Assim, Sr. Presidente, neste Plenário estamos apresentando esse projeto, que é um estímulo, mas, acima de tudo, visa a fazer com que a Secretaria da Educação lidere uma campanha para que possamos conservar os nossos prédios escolares. Portanto, quero pedir aos meus pares que aprovelem esse projeto.

O projeto é relativamente simples: a Secretaria da Educação deverá prever, anualmente, a realização da Semana de Conservação Escolar em todos os estabelecimentos da rede oficial de ensino. Durante essa semana as escolas deverão realizar atividades relativas à manutenção, à reconstituição do patrimônio escolar, contando, para tanto, com a participação dos alunos regularmente matriculados, dos professores, dos funcionários e da comunidade escolar.

Os dias que atenderão ao programa mencionado serão tratados como dias letivos, de frequência obrigatória. As escolas aceitarão ainda a colaboração voluntária da comunidade, apoio técnico e recursos. A escola deverá, durante o ano letivo, promover eventos para angariar materiais para promoção da Semana da Conservação.

A Semana da Conservação Escolar será realizada antes do encerramento oficial do quarto bimestre do ano letivo. Essa é uma abertura que estamos dando aos colegas Deputados, para que possam nos ajudar a escolher essa data.

O patrimônio escolar do Estado de Minas Gerais encontra-se em péssimo estado de conservação. A Secretaria da Educação não consegue distribuir recursos para todas as escolas que necessitam de reformas urgentes.

Conversando com vários Deputados, pude constatar que todos temos numerosas demandas. No entanto, é importante que se diga e até que se registre que a Secretaria da Educação tem feito um esforço enorme para atender às demandas de nós, Deputados, e de todas as comunidades escolares, para resolver as questões, mas é evidente que, em 853 municípios,

devem-se priorizar atendimentos, não se conseguindo, então, atender a todos.

Portanto, essa semana no calendário escolar servirá até para divulgar essa dificuldade que existe hoje em atender a todos os municípios. Os pequenos reparos, as limpezas de calhas, os desentupimentos, etc. serão executados, ganhando a escola, na parte física, e a comunidade, na parte didático-educacional, sem nos esquecermos do nível de integração.

Antes de terminar, Sr. Presidente, gostaria de conceder aparte ao ilustre colega Dalmo, que faz parte da Comissão de Educação.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Gostaria de parabenizá-lo por essa reflexão que traz para esta Casa, num primeiro momento, tendo em vista o fato de termos iniciado, ontem o Ano Internacional do Serviço Voluntário; em segundo lugar, pelo fato de buscarmos, junto à sociedade, no seio do próprio município, essa parceria com a educação, esse restabelecimento das escolas nos municípios.

Mas gostaria também de assinalar que houve um avanço muito grande do Governo Itamar Franco quanto à recuperação e à reforma de estabelecimentos de ensino. Com a devida vênia, quero destacar o trabalho do Secretário Murílio Hingel, desenvolvido em todas as regiões, construindo e reconstruindo escolas, dando demonstração inequívoca da preocupação do Governador Itamar Franco com a Secretaria da Educação.

Parabenizo V. Exa. Conte comigo.

O Deputado Márcio Cunha - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, ontem, integrando uma comitiva da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em companhia do Presidente da Casa, Deputado Anderson Aduato, e dos Deputados Márcio Kangussu e Gil Pereira, tivemos a oportunidade de ter uma audiência extremamente importante com os Ministros Pedro Parente e Aluísio Nunes, quando solicitamos ao Governo Federal a implantação imediata do maior projeto de combate à pobreza, de ajuda às pequenas comunidades e, principalmente, aos cidadãos, que já se fez no País nos últimos anos e de que Minas Gerais, à custa de uma ação coordenada, bem-feita, bem-executada e objetiva, pôde participar. O IDH 14 previa, inicialmente, a participação única e simples dos Estados nordestinos, deixando Minas Gerais de fora e, com isso, o Norte de Minas, os vales do Jequitinhonha e do Mucuri, deixando cidades que possuem o mesmo índice de desenvolvimento humano dos Estados do Nordeste brasileiro. Tivemos êxito nessa empreitada, obtivemos uma vitória expressiva, mostrando que seria uma injustiça que 270 municípios mineiros não pudessem participar desse programa do Governo Federal.

Quando pensávamos que tudo estava resolvido, eis que tivemos a surpresa de verificar que apenas duas cidades, das 270, estavam marcadas para ingressar no projeto em 2001 e as outras cidades somente teriam acesso aos recursos do Governo Federal no ano 2002. Novo trabalho e nova mobilização foram executados sob a coordenação da bancada do Norte de Minas e do Deputado Márcio Kangussu, com o apoio dos parlamentares federais, entre eles os Deputados Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Fernando Diniz e vários outros Deputados, e dos Senadores Francelino Pereira e José de Alencar, quando novamente recorremos a Brasília, mostrando a incoerência e a injustiça que se praticavam contra as 270 outras cidades. Esse movimento culminou ontem, sob a égide e a liderança dos Deputados Anderson Aduato, Márcio Kangussu, Gil Pereira e de mim, com a nossa ida a Brasília. Trouxemos a confirmação de que 141 municípios estariam participando dos recursos, que somam um valor de R\$600.000.000,00, a partir do ano que vem.

Faço essa introdução também para fazer um convite aos Srs. Prefeitos do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri, para que estejam neste Plenário, nesta Casa, na segunda-feira, dia 11, às 9 horas da manhã, porque tomaremos conhecimento do seu programa na totalidade. Iremos detalhar o Projeto Alvorada, o IDH 14.

Queremos questionar os critérios que levaram à escolha de 141 municípios, deixando os outros 132 para uma segunda etapa, a partir de 2002.

Na relação dos municípios escolhidos, que me foi passada em Brasília, fiquei surpreso com o nome da fonte que informou o estado de desenvolvimento dos municípios mineiros: a Fundação João Pinheiro. Fiquei surpreso, porque essa fundação conhece profundamente os problemas das regiões de Minas Gerais. Não quero acreditar que a escolha partiu de Minas para Brasília sob a coordenação da FJP. Acredito que devemos encher este Plenário e questionar a Dra. Wanda Engel, que é a Coordenadora Nacional do programa, para mostrar que todos os municípios do Nordeste brasileiro entraram no programa. Não podemos aceitar a discriminação com Minas Gerais, priorizando 141 municípios e deixando os outros de fora, quando se sabe que todos estão no mesmo nível de IDH. Faço esse convite em meu nome e no da bancada dos Deputados do Norte de Minas, do Deputado Márcio Kangussu.

Quero cumprimentar o Presidente da Casa pela sua firmeza e participação, mostrando que é responsável por Minas Gerais e não apenas pelo Triângulo Mineiro, região que representa muito bem nesta Casa.

O outro assunto, Sr. Presidente, é um assunto de calamidade pública. Muitas vezes passamos nove meses do ano ocupando esta tribuna para falar da seca e das dificuldades climáticas do Norte de Minas, mostrando os atestados de calamidade pública dados pelos Prefeitos. Apesar de os norte-mineiros estarem agradecendo as orações pela vinda das chuvas, aquela região está absolutamente ilhada.

A BR-135, que liga Belo Horizonte a Montes Claros, ao Sul da Bahia e ao Nordeste brasileiro, está intransitável. Estão ocorrendo dezenas de acidentes. Os motoristas que se aventuram a percorrer a BR-135, sem exceção, têm seus veículos quebrados. No trecho compreendido entre o trevão, entrocamento com Brasília, até Montes Claros, não passa, hoje, carro algum. Os ônibus, que costumam gastar de 6h30min a 7 horas para percorrer o trecho entre Belo Horizonte e Montes Claros, estão gastando 14 horas. Os acidentes têm vítimas fatais. E o engraçado - se é que há alguma graça nessa história - é que não se acha o responsável.

O DER alega dificuldades financeiras. Alega, inclusive, que o DNER retirou a concessão da BR-135 do Estado, retirando, por conseguinte, a sua responsabilidade. É mais fácil ganhar na sena do que achar o Superintendente do DNER em Belo Horizonte. Já tentei, por diversas vezes, falar com o Dr. José Elton, mostrar a ele a responsabilidade do DNER e mostrar a ele que, se não for tomada uma providência urgente, o mais rápido possível, muitas vidas serão ceifadas. Quero, inclusive, elaborar um documento, com o apoio dos Deputados, e entregá-lo à justiça, mostrando que não se pode mais esperar um dia sequer para, pelo menos temporariamente, tampar esses buracos e tornar transitável a BR-135.

Concedo um aparte ao Deputado Chico Rafael.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Nobre Deputado Carlos Pimenta, gostaria de reforçar as palavras de V. Exa em razão do que está acontecendo na BR-459, que liga Poços de Caldas ao vale do Paraíba. Infelizmente, o Governo Federal não tem dado a atenção que merece o Sul de Minas. Há poucos dias ele iniciou uma operação tapa-buracos que sequer avançou alguns quilômetros. Lamentavelmente, a população que se utiliza dessa rodovia, a população de Pouso Alegre, de Poços de Caldas, de Ituiúna, de Itajubá, está sofrendo com o descaso relativo à recuperação da BR-459. Infelizmente, essa é mais uma grande obra do nosso Governo Federal, que não tem olhar para os problemas de Minas e, em particular, para os problemas da região Sul-mineira, que clama pela recuperação da BR-459.

Por isso, nobre companheiro, V. Exa. tem a solidariedade deste Deputado e a solidariedade do Sul de Minas. E, pertencendo ao PSDB, fará coro conosco para, junto aos Diretores do DNER e ao Ministro dos Transportes, reivindicarmos obras para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Deputado Chico Rafael, agradeço o aparte de V. Exa., mas entendo que não é o momento de procurar culpados ou de pôr coloração político-partidária nesse quadro. Estou dizendo que vamos procurar o responsável e assinar um documento, a partir de hoje, dia 6 de dezembro, responsabilizando quem quer que seja. Se a culpa for do DER, a responsabilidade cairá sobre ele; se for do DNER, recairá sobre ele. Vamos mostrar que, a partir desse momento, a minha ação, a do Doutor Viana e a dos demais Deputados é deixar claro que, se não for tomada uma providência urgente, estará nas mãos da justiça um documento dos legítimos representantes do povo de Minas Gerais, mostrando que não aceitamos mais o descaso com a vida do povo Norte-mineiro e do povo do Sul de Minas.

Concedo um aparte ao Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Nobre Deputado, quero reforçar suas palavras e assinar esse documento. Acho que deveríamos fazer uma comissão para mostrar que nos interessamos realmente pela BR-135, mas com a participação de outros Deputados. Temos conhecimento de que o Sul de Minas também padece do mesmo problema e vamos juntos ao DNER e à justiça. As coisas não podem continuar do jeito que estão. Parabéns, nobre Deputado.

O Deputado Carlos Pimenta - Concluindo, quero dizer que faço este pronunciamento com muita tristeza, com muita apreensão, mas consciente de que a voz e o poder do legislador são a caneta e a fala. A caneta para determinar os consertos necessários, não temos; mas a fala, a denúncia, estamos apresentando neste momento. E gostaria de repetir que a partir de hoje a justiça terá nas suas mãos esse documento, responsabilizando os órgãos pelas vidas que serão ceifadas e pelas lágrimas que serão derramadas devido à irresponsabilidade de deixar a BR-135 da forma como está. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectador da TV Assembléia, antes de entrar no assunto que me traz à tribuna é interessante lembrar a denúncia recente que tivemos em relação às estradas. São os recursos já contratados junto ao Banco Mundial que o Governo do Estado está perdendo. Estamos vendo que esse Governo, que tanto faz propaganda enchendo as nossas cidades de "outdoor" está se esquecendo de administrar o Estado e aproveitar esses recursos garantindo a vida da nossa população que utilizará nossas estradas neste final de ano.

No tempo que ainda me resta, gostaria de falar sobre os novos rumos da Prefeitura de Belo Horizonte, conforme tem sido noticiado pela imprensa. Esses novos rumos foram discutidos entre o Prefeito reeleito, Dr. Célio de Castro, o Vice-Prefeito Pimentel e Patrus Ananias. Não temos dúvida de que essa grande reforma administrativa proposta é para atender a compromissos de campanha. Essa Prefeitura, que se diz popular, não discute essa reforma com seus servidores. Aliás, não discute nem o aumento da contribuição previdenciária por parte dos servidores.

O interessante é que parece que a Prefeitura atravessou um Jordão. Nada é questionado; tudo está correto. Estamos vendo os servidores totalmente distantes desse processo, mas ao mesmo tempo também não há resistência. Rapidamente, vejamos. Teremos a criação de 39 cargos de subsecretários, cujos salários, conforme o Projeto de Lei nº 1.775, serão elevados dos atuais R\$2.900,00 para R\$4.900,00. O salário dos nove administradores regionais será de R\$4.900,00, conforme essa reforma administrativa.

Há ainda uma grande "boquinha", se é que se pode chamar de "boquinha" algo grande. Nessa reforma administrativa vamos ter a "boquinha" da supersecretaria, em que o supersecretário receberá R\$6.000,00 de salário. Essa reunião que houve foi para direcionar tudo isso. Agora, o custo é altíssimo porque aumentará também os subsídios dos Vereadores.

Quem vai pagar essa "boquinha". Pagam os pobres de Belo Horizonte. Deputado João Paulo, agora teremos o aumento do ITBI, que de 1% passará para 2,5%, ou seja, 150% de aumento, nos imóveis que valem até R\$30.000,00. Então, os pobres vão pagar. Antes, para regularizar o imóvel, pagavam-se dois salários mínimos, agora serão 5 salários mínimos, em Belo Horizonte. Para um imóvel até R\$68.000,00, haverá um aumento de 0,5%; ou seja, vai-se pagar R\$1.700,00, um ano de salário mínimo para ter um imóvel em seu nome. Esse é o presente da Prefeitura. Essa "boquinha" vai ser paga dessa maneira.

A Prefeitura beneficia a elite e os ricos de Belo Horizonte, que pagavam 3% e passarão a pagar 2%, devido à falta de regularização dos imóveis. Foi um grande presente para a região mais rica de Belo Horizonte, que votou na reeleição do Dr. Célio de Castro. Os pobres pagarão essa conta. Pagam os pobres, também, com o aumento de 11% da passagem de ônibus, ajudando a bancar os 39 novos secretários e os 5 supersecretários. Os donos das empresas de ônibus terão a redução da alíquota de ISS de 5% para 3%. Que política popular é essa? Que Prefeitura popular é essa? E ainda estamos vendo o rombo de R\$50.000.000,00, retirados do Fundo de Transporte Urbano. Disse um supersecretário que os empresários devolverão o referido montante. Os pobres estão pagando, em Belo Horizonte, a festa da reforma administrativa. Os perueiros estão dizendo que não lhes pertence a culpa do déficit na Câmara de Compensação Tarifária. Dizia-se que o problema da Câmara de Compensação Tarifária devia-se ao fato de que, em Belo Horizonte, o cidadão entrava pela porta traseira do ônibus. A BHTrans ensinou que deveríamos entrar pela porta da frente, saindo pela porta de trás, o que resolveria o problema. Mas a questão não foi resolvida. Retirou-se Belo Horizonte da Câmara de Compensação Tarifária da região metropolitana, e também não se resolveu o problema. Como pagar o rombo? Com a retirada da nossa Capital da Câmara de Compensação Tarifária, vemos o aumento da favelização, porque aqueles que pagam passagem menor, em Belo Horizonte, não moram na região metropolitana, trabalhando na Capital. Estamos observando uma situação das mais terríveis: o empobrecimento da população e a deteriorização de sua moradia.

Não mais temos restrição para localização de postos de gasolina em Belo Horizonte, podem ficar ao lado de escolas, hospitais, residências. Na região da Av. Bandeirantes, existe um posto pronto, ao lado de uma área residencial, na Rua Taiti, que poderá ser aberto agora. Tudo é possível em Belo Horizonte.

Gostaria de conceder um aparte à Deputada Elaine Matozinhos, mas, como me resta muito pouco tempo, conto com a compreensão da colega para concluir minha fala.

Tudo tem de ser votado neste ano. O orçamento municipal já foi votado para que essa reforma administrativa passe, essa grande "boquinha" criada, em Belo Horizonte, para atender aos interesses menores, da elite belo-horizontina, em detrimento das classes mais pobres.

Para terminar, gostaria de dizer que, nessa reforma, não está contemplada a transparência. A Auditoria do município estará subordinada a um cargo de supersecretário, ou seja, o supersecretário mandará no Auditor. Assim, teremos a continuidade desses contratos que passam pela BHTrans, sem licitação, para contratar diretor de teatro para o orçamento participativo, com o apoio de muitos. Já não existe controle. Lamentavelmente, tudo é possível em Belo Horizonte. Mas estaremos, da tribuna, denunciando essa farsa que foi montada. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, esse projeto traz para Minas Gerais a fiscalização e a arrecadação dos bingos. Foi analisado primeiramente pelo Deputado Agostinho Silveira. Estou com o parecer favorável da Casa apresentado na Comissão. O Deputado Agostinho Silveira chegou atrasado e foi substituído pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, cujo parecer é pela inconstitucionalidade do projeto.

Explico ao Plenário - está chegando neste momento o Deputado Agostinho Silveira, autor do relatório - que o Deputado ouviu entidades e todos os segmentos da sociedade para dar seu parecer. Há um ano, tivemos a CPI dos Bingos, a qual presidi. Denunciou 12 empresários, que estão presos. A dificuldade maior era a fiscalização e a arrecadação do Estado.

Faço apelo aos Deputados para derrubar esse parecer. Da mesma forma que aconteceu comigo, aconteceu também com o Deputado Ambrósio Pinto, cujo projeto tem parecer pela inconstitucionalidade, que será votado. Peço a colaboração dos Deputados, para que continue tramitando nesta Casa esse projeto, que é importante, porque teremos condição de fiscalizar e arrecadar para Minas Gerais, sem deixar que o dinheiro vá para Brasília, para que o pessoal da SELT tenha de ir lá e ficar esmolando recursos para nosso Estado. Isso é mais renda e fiscalização para o nosso município. Obrigado.

O Deputado Ambrósio Pinto - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ocupamos esta tribuna pelo mesmo motivo do meu antecessor, Deputado Alencar da Silveira Júnior. Apresentamos esse projeto, e acredito de suma importância, que apresentou dois pareceres. O primeiro, pela aprovação; o segundo, pela inconstitucionalidade.

Quando elaboramos o Projeto de Lei nº 1.264/2000, tínhamos em mente dar uma contribuição modesta, porém significativa, para reduzir o número de mortes por infecção hospitalar no Estado.

Obrigar os hospitais da rede pública do Estado a instalar pontos com solução de gel e placas orientando sobre a importância de se lavarem as mãos sempre que for necessário manter contato físico com um paciente, é, com certeza, uma medida muito simples, primária e de custo relativamente baixo para se preservar uma vida.

O nosso projeto, amplamente divulgado na mídia mineira, foi acolhido positivamente pelos especialistas do setor, tendo, inclusive, sido elogiado pelo Secretário de Estado da Saúde, Carlos Patrício Freitas, através do Ofício SEC nº 551/2000, de 17/11/2000.

O relator do projeto, Deputado Agostinho Silveira, considerou nossa proposta constitucional, através de uma primeira minuta, que, infelizmente, foi, durante a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, trocada por outra contrária.

O parecer contrário alega que "o uso do produto para desinfecção constitui matéria estritamente técnica e sujeita às modificações impostas pelo avanço tecnológico, que ocorre cada vez com maior rapidez e de maneira mais especializada". Enquanto isso, pessoas morrem, devido a falta de consciência e iniciativa do poder público.

É muito triste saber que dos 11 milhões de pacientes internados no Brasil, por ano, cerca de 550 mil a 1.100 milhão são acometidos por enfermidade causada pela falta desse cuidado e que desses, muitos chegam à morte.

Contudo, mais triste ainda é saber que, com um simples ato, poderíamos evitar tamanha aberração. Um ato, que para muitos não significa nada, mas para outros simplesmente a própria vida.

Caros colegas, não podemos lavar as mãos em se tratando de vida, mas para preservá-las é indispensável!

Para se ter uma idéia, mais da metade dos hospitais brasileiros, ou seja, cerca de 58%, aplica menos de 30% das medidas de controle e de preservação, executando apenas 3% dos hospitais pelo menos 70% das ações preventivas. Segundo dados do órgão norte-americano que controla os índices de infecção nos hospitais dos EUA, o percentual evitável de infecção, através de programas de controle e prevenção, gira em torno de 32% a 50%.

Para melhorar essa situação, é preciso que uma política de controle permanente seja adotada nos hospitais brasileiros, visando a enquadrá-los nos padrões considerados aceitáveis internacionalmente. De acordo com especialistas do setor, entre as muitas medidas capazes de evitar as chamadas infecções oportunistas, destaca-se uma muito simples, que é a lavagem das mãos, antes do contato com algum paciente.

É preciso repensar o papel do homem público, que deve cumprir a sua obrigação de legislar voltado para o momento atual. O avanço tecnológico ocorre em todas as áreas, nem por isso devemos deixar de adotar medidas imediatas para salvar as muitas vidas que dependem de nossa atuação.

Concedo aparte ao Deputado Agostinho Silveira.

O Deputado Agostinho Silveira (em aparte) - Deputado Ambrósio Pinto, não poderia deixar de me manifestar, tentando restabelecer a verdade, chamando a atenção dos nobres pares desta Casa para a importância do projeto de lei trazido a este parlamento por V. Exa. Coube-me o encargo de exarar o parecer quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à legalidade da matéria. Debrucei-me sobre ela, havendo recebido um apelo do Sr. Secretário da Saúde, Gen. Carlos Patrício, para que admitisse, em meu parecer, a extensão da proposição de V. Exa. à rede particular, tamanha a importância dos benefícios que o projeto oferecia à sociedade no combate à infecção hospitalar. Infelizmente, naquela tarde, quando se reuniu a Comissão de Constituição e Justiça, por falta de tempo, não pude comparecer. Quando lá cheguei, havia-se esgotado o prazo. De repente, foram reabertos os trabalhos. Lamentavelmente, na minha ausência, o projeto foi redistribuído a outro colega e, inadvertidamente, foi feito outro parecer, que concluiu pela inconstitucionalidade. Entretanto, na minha modesta condição de homem do direito, em momento algum notei nenhum laivo de inconstitucionalidade na proposta de V. Exa. Muito pelo contrário, encontra embasamento na Constituição, enquadrando-se na necessidade daqueles que clamam por saúde, com segurança, na rede hospitalar do Estado e na rede particular. Portanto, deixo registrado o nosso apelo para que o Plenário reveja esse parecer, dando-lhe seqüência, a fim de transformá-lo em lei, em benefício dos que se utilizam do serviço hospitalar público. Parabéns, Deputado! Conte com meu voto favorável à queda do parecer exarado.

O Deputado Geraldo Rezende (em aparte) - Deputado Ambrósio Pinto, parabeno-o pelo projeto, que, sem sombra de dúvidas, é extraordinário e constitui-se em um grande avanço.

Recordo que a febre amarela e a dengue já estão voltando, apesar de já terem sido absolutamente banidas do País, por falta de cuidados, atenção e esclarecimentos. O projeto de V. Exa. vem a calhar, pois, daqui a pouco, estará voltando a varíola, a doença das mãos sujas. Sendo assim, é dever do Estado adotar tal projeto, que é de primeiríssima linha.

Parabenizo V. Exa. e afirmo-lhe que pode contar com meu voto favorável, neste Plenário. Muito obrigado.

O Deputado Benê Guedes (em aparte) - Deputado Ambrósio Pinto, V. Exa. bem conhece o respeito que tenho por seu trabalho e dedicação com relação à saúde. Disse que fui o relator que inviabilizou seu projeto. Ao substituir o Deputado Agostinho da Silveira, que não pôde estar presente, assim como V. Exa., tomei a orientação da Consultoria da Casa, cuja competência todos conhecem, para emitir o parecer. Além disso, contei com a cooperação do Deputado Adelmo Carneiro Leão, ex-Secretário da Saúde, que emitiu sua opinião. Assim, fui convencido de que estava dando um parecer técnico e correto; todavia, como já disse a V. Exa., cabe ao Plenário, dada a relevância da causa e o fato de eu não estar bem inteirado do projeto, já que, no momento, apenas substituí um colega, fazer justiça e fazer reverter a situação. Assumo a responsabilidade do parecer, porque, sendo orientado para emití-lo, estribei-me na orientação técnica da Casa e na palavra de um homem ligado à saúde como o Deputado Adelmo Carneiro Leão, a quem respeitamos muito.

Quanto ao projeto de V. Exa. e à atuação do Deputado Agostinho Silveira, lamento não tê-lo atendido naquele momento. Entretanto, tenho a consciência tranqüila, embora tenha desgostado V. Exa. Espero que tenha oportunidade de, no Plenário, ver reverter a situação, pois o Plenário é soberano.

O Deputado Ambrósio Pinto - Agradeço o aparte. Acredito que, devido à sua desinformação relativa ao projeto, V. Exa. não tenha tido outra opção, no momento em que foi convocado para emitir seu parecer. Mas gostaria de chamar a atenção para o fato de a Consultoria da Casa ter emitido dois pareceres, o que está errado: é constitucional ou não é. Peço, portanto, aos meus colegas que me ajudem a derrubar o parecer pela inconstitucionalidade, pois o projeto é muito bom, não para mim, mas para o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes, dado o número de parlamentares inscritos pelo art. 70, vou reduzir ao máximo o meu tempo e espero que não ultrapasse os 3 minutos, até mesmo porque o Deputado Carlos Pimenta, ao usar a palavra, no Grande Expediente, já dissertou, de maneira competente, sobre um dos assuntos que quero tratar aqui.

Fizemos uma reunião ontem, em Brasília, liderada pelo Presidente desta Casa, Deputado Anderson Adauto, com a companhia dos Deputados Gil Pereira e Carlos Pimenta. Fomos recebidos pelo Ministro Aloísio Nunes, pelo Ministro Pedro Parente e pela Secretária Nacional de Assistência Social, Dra. Wanda Engel. Fizemos coro com a bancada federal e conseguimos corrigir uma injustiça que seria praticada com os municípios pobres de Minas Gerais.

Na versão inicial do Programa Alvorada, nenhum município mineiro iria ser atendido. Depois, apenas dois, em 2001. Graças ao compromisso e ao empenho dos parlamentares mineiros, conseguimos que 141 sejam atendidos no próximo ano.

Conseguimos também que a Secretária Nacional de Assistência Social, Dra. Wanda Engel, venha aqui na próxima segunda-feira. Ela terá a oportunidade de nos explicar o programa e dissertar sobre ele para todos os municípios que serão beneficiados. Faço um apelo aos Srs. Deputados que têm municípios incluídos nesse programa para que convidem os Prefeitos ou seus representantes, a fim de que possamos dirimir nossas dúvidas, ter todos os esclarecimentos e fazer reivindicações para que, a partir de janeiro, o maior número de municípios seja atendido. O Plenário desta Assembléia terá a honra de receber a Secretária Nacional de Assistência Social, e os Deputados e representantes dos municípios poderão esclarecer suas dúvidas. Esse é mais um serviço que o parlamento mineiro, tão bem comandado pelo Deputado Anderson Adauto, presta a toda a população mineira, principalmente a dos municípios pobres.

O outro assunto sobre o qual queria falar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz respeito ao apelo que o Deputado Paulo Piau fez. Precisamos urgentemente votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 24. Além de proporcionar à UEMG e à UNIMONTES mais recursos, graças a uma emenda de minha autoria, vai permitir, principalmente à UNIMONTES a manutenção e a implantação de cursos de nível superior nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. A nossa emenda obriga essa instituição a aplicar 15% dos recursos recebidos para manutenção e implantação de cursos superiores numa área bastante carente.

É necessário que façamos presença neste Plenário para votar essas matérias que são do mais alto interesse de Minas, notadamente das regiões do vale do Jequitinhonha, do vale do Mucuri e do Norte de Minas, as mais pobres de Minas Gerais. Não podemos fugir dessa responsabilidade. Estamos chegando ao final deste ano, prestes a entrar no recesso parlamentar, e ainda temos matérias importantes para votar. Faço um apelo, em meu nome pessoal e em nome do PPS, partido que se faz presente em quase todas as votações, em apreço ao nosso mandato e em respeito ao povo que nos elegeram: vamos tentar votar as matérias ainda nesta semana e, no mais tardar, na próxima. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, a questão da segurança pública e da defesa social nos traz hoje a esta tribuna. Todos sabemos que em todas as pesquisas de opinião que são feitas em cidades grandes e de médio porte aparece sempre como principal problema que aflige o povo a questão da segurança. E hoje abordaremos três vértices desse problema: o primeiro é a questão carcerária, com a última rebelião da Penitenciária Nelson Hungria, de Nova Contagem; o segundo é a questão da violência urbana mesclada com a violência política, como o caso que vimos estarecidos do assassinato do soldado Mota, segurança do Prefeito Jesus Lima, de Betim, no último domingo à noite; o terceiro aspecto será uma reflexão sobre a CPI do Narcotráfico, desta Assembléia.

Quanto à questão da rebelião em Nova Contagem, quero registrar que, na última rebelião, havida em 22 e 23 de outubro, fizemos uma afirmação ao final da rebelião de que o problema não estava resolvido, de que logo haveria outra rebelião. E dizia mais, que poderia ser mais dura do que a de outubro e com conseqüências piores para a sociedade. No dia 29 de novembro recebi carta em meu gabinete em que os internos da Penitenciária diziam o que já tínhamos anunciado: que os problemas não tinham sido resolvidos e que, depois da rebelião, sofreram por parte de alguns Guardas Penitenciários retaliação violenta e que, de novo, a diretoria, que teria de ser retirada do comando da Penitenciária, nada tinha feito para implementar as mudanças. E eles diziam que tinham feito uma greve de fome no dia 20 de novembro e que no início de dezembro fariam nova rebelião. A carta está assinada pelos internos da rebelião. Pois bem, estando na quinta, na sexta-feira e no sábado da semana passada em uma reunião nacional do PT, ficamos sabendo que no dia 1º de dezembro tinha eclodido essa rebelião anunciada. E essa rebelião durou até o dia 4, pela manhã, com 17 reféns, entre eles um menor de 17 anos, uma monitora e um monitor da UTRAMIG, que estavam trabalhando dentro da Penitenciária. Era uma rebelião que tinha tudo, em virtude da própria intransigência da Penitenciária, para terminar em tragédia. E os internos da Nelson Hungria, desde o primeiro momento, solicitavam, em carta ou em comunicado à Rádio Itatiaia e a outros veículos de comunicação, a presença de dois Deputados desta casa, a nossa e a do Deputado João Leite, pela sua longa atuação na Comissão de Direitos Humanos e como Presidente da CPI Carcerária, de abril a setembro de 1997.

Quando cheguei de São Paulo - estive lá no domingo -, fiquei surpreendido pelo nível de organização dos internos, pela clareza da proposta e, ao mesmo tempo, pela forma com que estavam fazendo suas reivindicações. A primeira era a exoneração do Maj. Marcelo Álvaro de Assis Toledo, bem como de outros diretores da unidade.

Desde o primeiro momento, tivemos uma atitude de diálogo da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Mas, ao mesmo tempo, houve uma atitude de certa intransigência em não trocar os diretores da penitenciária. Alguns dirigentes da Secretaria diziam que não haviam recebido nenhuma denúncia de tortura que envolvesse o Diretor da unidade. Quero lembrar que a CPI do Sistema Carcerário, em 1997, encaminhou várias para o Ministério Público e quase todas foram transformadas em denúncias e processos que tramitam na justiça. Em 1998, uma entidade internacional de direitos humanos, a maior das Américas, a Human Rights (...), visitou vários estabelecimentos penais em Minas Gerais e constatou em Nova Contagem a ausência de um projeto de investimento na recuperação de presos e as arbitrariedades e a violência na questão dos direitos humanos. É importante para quem disse que não conhecia nenhuma denúncia saber que essa entidade divulgou o seu relatório em português, em inglês, em francês e em espanhol para o mundo inteiro.

Mas, em 1998, a Anistia Internacional, maior entidade de direitos humanos em nível mundial, também fez visitas a vários estabelecimentos penais de Minas Gerais e fez a mesma constatação em Nova Contagem. Sem contar que houve inúmeras denúncias de Nova Contagem em praticamente todas as reuniões que tivemos na Comissão de Direitos Humanos. A Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Belo Horizonte também divulgou um relatório em que vários casos são citados.

Fiquei feliz porque, na última terça-feira, a Secretária Ângela Pace constatou que aconteciam torturas na penitenciária. Responsabilizou o Maj. Moraes por esses procedimentos. No entanto, a lei federal que trata sobre a tortura é muito clara: a responsabilidade é também do chefe imediato. Pude perceber que os presos em Nova Contagem estavam fazendo uma reivindicação que já havia sido feita pela CPI do Sistema Penitenciário, que não havia atingido o seu intento. Várias entidades de direitos humanos já haviam solicitado essa substituição.

Havia um grande terror no pavilhão em que se encontravam os policiais condenados e presos. É que, da forma como quebraram os cadeados do pavilhão de cima, com toda certeza, se a rebelião houvesse acontecido nos pavilhões de baixo, poderia ter havido uma grande tragédia com os internos policiais daquelas unidades. Esses policiais que estavam presos não deveriam estar ali, mas sim em estabelecimento próprio.

Aliás, quando lá estive naquele dia, conversando com os internos daquela unidade, vi os próprios policiais condenados entrar em greve de fome porque sabiam que naquele momento corriam risco de vida. Mas a sabedoria falou mais alto, e a pressão, também. Hoje podemos estar reconstruindo, na Penitenciária Nelson Hungria, uma nova metodologia de trabalho, com a exoneração do Maj. Marcelo Álvaro de Assis Toledo.

Não temos a ilusão nem a ingenuidade de achar que a troca de uma pessoa vai modificar uma realidade maior, mas acreditamos que o primeiro passo foi dado. Acreditamos ainda no atendimento a outras reivindicações dos presos, que são as mais básicas e fundamentais, como o direito ao banho de sol, a que suas visitas não sejam molestadas e sejam respeitadas quando lá estiverem, o direito básico de serem tratados com dignidade - coisas que nem deveriam ser reivindicações dos internos.

Esperamos que, a partir de agora, as autoridades que tratam do problema se conscientizem de sua gravidade e procurem solucioná-lo de forma definitiva. Há um clima favorável, na penitenciária de Nova Contagem, por parte dos agentes e dos internos, para que esse trabalho seja feito. E poderemos ter uma realidade bem diferenciada da que lá encontramos.

Concedo aparte ao Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Sr. Deputado, somos conhecedores da situação. No dia 13 de novembro estive com o Governador Itamar Franco, em audiência, cobrando-lhe providências já que ele sancionou projeto de minha autoria que cria local específico para o cumprimento de pena dos presos policiais e ex-policiais. Sabemos que, se aquela rebelião acontecesse na parte de baixo da Penitenciária Nelson Hungria, teríamos uma carnificina, o que não queremos, pois sabemos que os presos devem cumprir suas penas conforme determina a lei. Durante os trabalhos da CPI do Narcotráfico, um dos grandes empecilhos que encontramos, quando da apuração dos crimes foi a questão carcerária. O Estado precisa dar atenção especial à questão. Hoje temos 40 mil mandados de prisão em aberto, sendo cerca de 15 mil de traficantes. A divisão de tóxicos se encontra lotada, os presos, amontoados, revezando-se para dormir. E os policiais ficam sujeitos a uma rebelião, podendo ser tomados como reféns, como já aconteceu na Nelson Hungria, onde um Soldado, um Sargento e 17 Agentes Penitenciários ficaram como reféns.

Recebi, há poucos dias, carta dos 14 ex-policiais presos na Penitenciária Nelson Hungria, no Pavilhão 7, solicitando imediatas providências devido à gravidade da situação. Pedimos ao Governador Itamar Franco que tome medidas urgentes, não apenas para solucionar a questão do Pavilhão 7, mas o problema instaurado no sistema carcerário. Preso precisa trabalhar, não pode ficar ocioso.

O Deputado Durval Ângelo (continuando) - Amanhã, como membro do Conselho da Comunidade da Vara de Execuções Criminais em Belo Horizonte, estarei, às 8 horas da manhã, visitando a divisão de tóxicos para, mais uma vez, constatar o óbvio: a superlotação, o desrespeito aos direitos humanos e a falta de vontade política do Governo para resolver o problema. Não resolveremos o problema da segurança e da defesa da sociedade se não avançarmos na questão do sistema carcerário.

Também nos preocupa a questão de Betim. Todos acompanhamos, entristecidos, a violência política naquela cidade, que quase ceifou a vida do Prefeito Jesus Lima, há dois anos. Afirmo, na última segunda-feira, que, quando assistimos a um fato daqueles, temos nojo da política, porque não podemos conceber que o debate das idéias seja levado às últimas conseqüências, ao uso da violência.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao anular o julgamento dos criminosos que tentaram matar Jesus Lima, tornou-se conivente com a violência em Betim, pois o mandante do crime ainda está solto, naquele município, para continuar ameaçando cidadãos de bem. Todos assistimos à violência da última campanha eleitoral em Betim, e tudo isso nos entristece, pois, independentemente de corrente ideológica e de qualquer posicionamento político, não concordamos com essa situação.

No último domingo, às 21h40min, na entrada do condomínio onde mora o Prefeito Jéus Lima, aconteceu uma emboscada, que ceifou a vida do Soldado Luís Carlos Cota, do Batalhão de Missões Especiais. Evidentemente, isso é fruto desse clima de violência, com que nenhum de nós pode concordar. "A priori", não podemos fazer um pré-julgamento e afirmar que a morte do Soldado está ligada à questão política do mesmo incidente ou à divergência dos grupos políticos em Betim, mas é estranho que tenha acontecido nesse momento. Se houver outra causa que leve à apuração desse crime, ficaremos felizes, porque isso criaria um clima de tranquilidade para a política naquela cidade.

Na segunda-feira, o Prefeito Jéus Lima afirmou, em conversa com este Deputado, que teria recebido ameaças de morte de um Deputado Federal, o Deputado Vitório Medioli, dono do jornal "O Tempo" e da Transportadora e Sada. O Deputado, por sua vez, entrou em contato comigo, por telefone, apresentando documento, para provar que a polêmica com o Jéus não teria acontecido como ele afirmara. As duas representações do Jéus no Ministério Público e na Delegacia Regional de Betim aconteceram em razão de um artigo por ele escrito, com o título: "Para Jéus Lima", em que havia o seguinte parágrafo: "A felicidade costuma deseducar as pessoas e levá-las a se esquecer de Deus, para cair no proveito de situações que, em breve, deixaremos fora do caixa". Que seja uma figura de linguagem, mas é muito forte e tem um tom ameaçador.

Quero acreditar no Deputado Federal Vitório Medioli, que falou conosco, apresentando-se como adepto da não-violência, cristão, e como alguém que construiu seu patrimônio com trabalho e que gostaria de fazer sua reconciliação com o Jéus, pelo qual não nutre nenhum ódio, mas a figura por ele usada foi muito forte. Lembro que, mesmo supondo que os fatos não tenham ocorrido em função desse artigo, ele pode estimular a violência, pois é um convite a ela.

Deputado Federal Vitório Medioli, quero deixar bem claro que não fizemos pré-julgamento; simplesmente constatamos um temor do Prefeito Jéus e de seus familiares. Enquanto alguns jornais, como o "Estado de Minas", estão dando uma conotação política ao incidente, hoje fiquei surpreso com o jornal "O Tempo", que trouxe quatro ou cinco páginas insistindo em que o crime foi passional, envolvendo o Soldado, e, em hipótese alguma, a figura do Jéus Lima. Na segunda-feira, e, em entrevistado por dois jornalistas desse jornal, e dei minha versão sobre crime político, mas nenhuma linha do que disse este parlamentar saiu no jornal.

O Deputado Durval Ângelo - "O Tempo" tem-se destacado como jornal aberto, imparcial, dentro de uma linha séria de jornalismo, em que o debate político flui, mas quando se trata da questão de Betim, Sr. Deputado Vitório Medioli, há uma paixão muito grande, em que o contraditório não pode ser dito. Ontem, novamente, fui entrevistado por jornalista desse jornal, e, hoje, não saiu a minha opinião a esse respeito. A mão estendida para a paz é importante, mas, pelo menos, o jornal teria de fazer um debate plural.

Quero registrar, nos poucos segundos que me restam, o repúdio da Bancada do PT à armação feita pelo Sr. Mauro Lopes contra o Deputado Marcelo Gonçalves e contra o Deputado Rogério Correia. É um absurdo que essa segurança pública esteja em mãos de Secretários despreparados para essa questão.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Na verdade, gostaria de ter aparteado o Deputado Durval Ângelo, porque tratarei de assunto relacionado ao dele, o qual é muito importante para a nossa bancada e para a Câmara. Como isso não foi possível, farei essa questão de ordem. Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Durval Ângelo. Quando essas questões envolvem fatos violentos como esse de Betim - causa até nojo essa política sem eira nem beira e sem o componente cristão -, fico muito preocupado. Espero que essa questão seja resolvida. Tenho o maior respeito pelo Prefeito Jéus, como também pelo Deputado Federal Medioli, que merece de todos nós total credibilidade em seus atos.

Estou fazendo a defesa de um Deputado Federal, como faço com relação ao Deputado Rogério Correia. Ele foi agredido ao extremo. A CPI é uma comissão muito perigosa. Como membro dessa Comissão, recebi várias ameaças, como a do seqüestro das minhas filhas. Esse é um desabafo. Estou vendo o Senador José Alencar ser agredido. É pessoa da minha terra, que merece nosso total respeito. O local ideal para fazer essa defesa é nesta Casa, pois aqui retumbam os posicionamentos políticos. Hipoteco ao Deputado Rogério Correia minha total e irrestrita solidariedade, como faço ao Deputado Medioli e ao Deputado José Alencar. Espero que a justiça seja feita sem ameaças. Nós, Deputados, estamos constantemente expostos ao ridículo. Não estou acusando ninguém, mas estou fazendo a defesa do Deputado Rogério Correia, pois o conheço e o respeito. É um pai de família exemplar e, na CPI do Narcotráfico, tem demonstrado muita capacidade, merecendo o meu apoio à sua posição.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, colegas Deputados, público presente, imprensa, telespectadores, um dos motivos que nos trazem a esta tribuna e a eleição dos novos membros da Mesa da Assembléia, para o próximo biênio, ocorrida ontem e sobre a qual queremos fazer alguns comentários. Desde o início desses meus dois anos de mandato, ocupando uma cadeira nesta Casa, conduzido pelas mãos do povo de Pouso Alegre, do Sul de Minas, venho refletindo sobre o que se passa dentro desta Assembléia. Quando elegemos o Deputado Anderson Aduato e outros companheiros, que dirigiram esta Casa e agora estão entregando o seu mandato, ouvimos que pretendiam conduzir os trabalhos desta Casa dentro dos princípios de transparência, legalidade, moralidade e publicidade.

Infelizmente, como fiz alguns questionamentos ao Colégio de Líderes a respeito de algumas questões internas da Casa, fui mal interpretado, retaliado por alguns colegas, pois entendiam que eu não tinha o direito de fazer isso ou aquilo; que não poderia posicionar-me daquela forma sobre determinados assuntos internos.

Esperávamos do Presidente Anderson Aduato esse comportamento, ou seja, que mostrasse ao povo de Minas o que se passa dentro da Assembléia Legislativa. No entanto, não conseguí fazer isso. Não conseguí mostrar para o povo de Minas a verdadeira cara da Assembléia Legislativa. Esperávamos que o candidato eleito ontem, o Deputado Antônio Júlio, tivesse uma proposta nesse sentido, que se comprometesse com essa transparência, de que a Assembléia Legislativa, o povo de Minas e a nossa democracia tanto precisam, a fim de caminharmos na direção do seu fortalecimento e amadurecimento. Conseqüentemente, com o reconhecimento do nosso povo, teremos o fortalecimento deste parlamento. Isso não aconteceu nesses dois anos. O Presidente eleito, Deputado Antônio Júlio, também não trouxe essa proposta.

Portanto, vamos continuar vivendo o que esta Casa viveu nos últimos dois anos, sob a Presidência do Deputado Anderson Aduato, e, pelo que tudo indica, não teremos as modificações necessárias, a fim de mostrar ao povo de Minas o que realmente acontece aqui. Em razão disso, ontem, o PSB decidiu não comparecer ao Plenário para participar da votação, por não entendê-la como legítima, por total ausência de propostas; por entender que, até agora, não tivemos explicações plausíveis, não tivemos explicações para o povo de Minas sobre a antecipação das eleições para a Mesa da Assembléia por quase 60 dias. Essa história não está bem contada. Não sabemos quais os interesses que estão por trás desses acordos feitos nesta Casa. A princípio, a justificativa era o acordo dos três candidatos à Presidência, ou seja, os Deputados Antônio Júlio, Dilzon Melo e Alberto Pinto Coelho, que haviam feito um entendimento para antecipar as eleições. No entanto, a partir do momento em que o processo ficou em torno do Deputado Antônio Júlio, não havia mais tal necessidade. Daí, a razão por que o PSB não participou e se posicionou contra essa conduta, que foi enfiada goela abaixo dos Deputados. Entendíamos, naquela oportunidade, que a criação de cargos, da forma como ocorreu, para acomodação de ordem política, também não era o melhor caminho.

Nós, como Deputados, e eu, particularmente pela obrigação que me impõe o povo de Pouso Alegre, pela responsabilidade que tenho sobre os meus ombros, vamos trabalhar para dar maior transparência ao que se passa na Assembléia. Queremos que o povo de Minas saiba o que ocorre dentro da Assembléia, mas absolutamente longe de querer ser nosso procedimento e do PSB a retaliação. Longe disso. Do contrário estaríamos participando das eleições, viríamos para a disputa. A nossa ausência ontem nessas eleições legitimam e dão sustentação à nossa conduta.

A partir deste segundo biênio, em razão da total falta de compromisso, do descumprimento do Presidente Anderson Aduato relativamente à transparência que esta Casa precisa ter, vamos começar a fazer o nosso trabalho para corresponder à expectativa dos que nos colocaram aqui. O povo de Minas precisa saber o que se passa nesta Casa. Concedo aparte à Deputada Elaine Matozinhos.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte)* - Deputado Chico Rafael, que muito nos orgulha como Líder da bancada, nada mais oportuno do que a nota oficial que passamos para a imprensa, na qual a Bancada do PSB diz que a antecipação das eleições é de total inconveniência política e de legalidade duvidosa.

Não tivemos a oportunidade, Deputado Chico Rafael, companheiros do PSB e povo de Minas que hoje nos vê e nos ouve, sequer de ouvir o Deputado Antônio Júlio como candidato antes de o acordo ser feito. Tínhamos sido procurados e estávamos participando do processo com dois candidatos: os Deputados Alberto Pinto Coelho e Dilzon Melo. Mas o acordo foi tão célere, os interesses tão inexplicáveis, que o candidato só veio a falar com o PSB depois de tudo alinhavado. E ontem esta Casa quis dar um falso exemplo de democracia. Que democracia é essa de uma eleição antecipada? Sabemos que isso é um fato inusitado no Brasil e, quiçá, no planeta Terra.

Vimos tanta rapidez para mudar o Regimento Interno a fim de se fazer uma eleição para acomodar interesses e acordos de que nós, do PSB, não participamos. Graças a Deus estivemos longe! Aquele processo que se disse democrático ontem, com as candidaturas avulsas e com a candidatura oficial, não teve nada de democrático. Foi um "tratoramento" que se quis fazer, de forma muito especial, no PSB, pois esta Casa, muito mais do que ter dado transparência a este Poder, incorreu em erros elementares como o painel que nunca funciona, como as mesas dos Deputados que nunca funcionam. Aprovaram projetos com menos de meia dezena de Deputados em Plenário, com a nossa TV Assembléia mostrando, é claro, somente a Mesa, porque as cadeiras vazias nunca chegam aos lares dos mineiros.

Quero fazer o "mea culpa", Deputado Chico Rafael, porque tenho grande reduto eleitoral em Belo Horizonte e na Grande BH. Sou procurada com muita honra e com muito orgulho pelos meus eleitores e fiquei um tanto distante da estrutura da Mesa. O que essa Mesa tem? Qual a estrutura de que dispõe em nível de cargos, de recursos e de tantas outras coisas que fazem com que o "tratamento" ocorra como ocorreu?

Acredito que já é disposição da bancada se debruçar sobre o Regimento Interno desta Casa, para que não se vote aqui com meia dúzia de Deputados, para que não haja votação proclamada num verdadeiro acinte aos parlamentares desta Casa e ao povo mineiro, num processo antidemocrático e ditador, mas que seja novamente feita a eleição e dado o resultado direto.

Acho que o PSB tem muito que colaborar com o povo mineiro no que se refere à transparência da Casa e da estrutura da Mesa.

É isso, Deputado Chico Rafael, que gostaria de dizer a V. Exa. A própria imprensa, os órgãos de comunicação questionaram o porquê dessa rapidez. Por que foi tão célere? Por que foi tão a jato? Por que foi tão atropelado? Será que é medo de, mais uma vez, o acordo não ser cumprido aqui? Porque acordo aqui não é cumprido. Dizer que acordo nesta Casa é cumprido é faltar com a verdade. Deve ter sido um dos, entre outros, interesses que nós, do PSB, desconhecemos. Foi o medo do descumprimento do acordo, como é costume ocorrer nesta Casa. Muito obrigada, Deputado Chico Rafael.

O Deputado Chico Rafael - Agradeço o aparte de V. Exa., ilustre Deputada e companheira do PSB. Quero me unir a V. Exa. na sua indignação, contra os fatos que, lamentavelmente, vêm ocorrendo nesta Assembléia. Concedo aparte ao Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Chico Rafael, ontem, fiz questão de, como candidato, participar de um processo que é espúrio desde o seu nascimento, quando V. Exa., como Líder do PSB, recusou-se a assinar o Acordo de Lideranças que antecipou a eleição, uma eleição que vem sendo fraudada desde que houve essa antecipação, antecipação essa recheada de traições, de acordos que não chamaria nem de nojentos, porque não têm classificação.

Onde se juntam o PSDB e o PMDB com projeto em comum, com uma parceria de poder - podem ter certeza -, há mais sujeira por trás do que se pode imaginar. Ninguém se une pelo amor dessa forma, para defender o povo de Minas Gerais.

Quero dizer a V. Exa. que participei diretamente desse protesto, apresentando a minha candidatura. Represento, dos votos válidos hoje, 13% desta Casa e, juntamente com a ausência do PSB e de alguns Deputados que não aceitaram votar nesse processo, representamos quase 25% de Deputados que não aceitam o que houve, um acordo espúrio, recheado de traições, feito debaixo dos panos, mas coroados o final de um mandato infeliz que veio tomar conta desta Casa e criar uma página-negra na história da Assembléia Legislativa, que já não é muito clara.

Portanto, também estamos com V. Exa. nesse protesto. Já tomamos todas as medidas cabíveis para, no mínimo, tentar desmanchar essa grande "maracutaia" que foi feita para a eleição, uma eleição em que a cabine indezível só não foi virada para as câmeras porque não se podia mais achar as pessoas da forma que foram achadas para votar, em que as trocas espúrias de cargos ocorreram em vista da obtenção de voto. Pior do que aqueles que, às vezes, compram votos lá fora em troca de cesta básica, gente aqui dentro se vendeu por cargos, por uma benesse a mais, por diferenças que jamais poderiam existir neste parlamento.

O parlamento é uma casa de leis, uma casa de decência, uma casa de igualdade. O que se viu ontem foi exatamente a essência da podridão que assola hoje todo o País e que todos queremos condenar. Portanto, tem a minha solidariedade. Vamos tomar todas as medidas cabíveis para reparar esse erro e tirar essa mancha negra da história da Assembléia Legislativa, a qual já não é muito bonita.

O Deputado Chico Rafael - Agradeço o aparte de V. Exa. Tenho a certeza de que, com o apoio de Deputados como V. Exa., que também se sente indignado, podemos mudar algo no Poder Legislativo, para que o povo de Minas possa acreditar um pouco mais em seus representantes.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Chico Rafael.

Precisamos refletir um pouco sobre o que aconteceu. Perguntaria aos Deputados mais antigos desta Casa se já aconteceu, alguma vez, a antecipação das eleições, como foi feito.

Não sei se algum Deputado mais antigo poderia nos afirmar, já que as eleições são marcadas, de acordo com o Regimento Interno, para a segunda quinzena de fevereiro, se essa antecipação das eleições já aconteceu no Senado, na Câmara dos Deputados ou em alguma outra Assembléia Legislativa. É uma pergunta que fazemos para que o telespectador também possa questionar junto conosco, vamos pesquisar na história do parlamento brasileiro se já houve algum fato dessa natureza.

Quero chamar a atenção porque, a partir do momento em que havia um grupo unido, que conseguiria ganhar as eleições, fechado o grupo, sozinho teria a vitória nas eleições, e decidiu-se o processo por intermédio do projeto de resolução, cuja tramitação tentamos obstaculizar. Podem dizer que o projeto de resolução foi votado. Claro, foi decidido que haveria um projeto de resolução, por intermédio da maioria, que já existia no momento em que se fazia o acordo. Também existia maioria para votar e para, na apresentação do projeto de resolução, que fosse matéria aprovada, porque já existia maioria no momento em que se fazia o acordo.

E a questão da minoria? Como ficam os partidos minoritários diante dos partidos hegemônicos? V. Exa. retirou o apoio do Colégio de Líderes no dia 28, e esse projeto, apesar da retirada do apoio, foi votado nos dias 29 e 30. Então, amanhã também poderemos marcar, de acordo com a conveniência do grupo majoritário, as eleições para novembro ou para final de dezembro, no Natal, ou para princípio de janeiro do ano seguinte, a não ser no início da legislatura, pois o Regimento é claro ao dizer que tem que ser no início da legislatura, ou seja, a partir da primeira quinzena de fevereiro. E esse Regimento foi votado, não por um projeto de resolução único, de mudança de um artigo ou de outro, não por intermédio de um estudo aprofundado, de discussões acaloradas, de um tempo demorado de discussão e de aprofundamento, mas para atender a um grupo hegemônico. Mudou-se a data porque, se esperássemos fevereiro, tudo que estava aqui agora poderia ser modificado. O que significa isso? Que foi conveniente de votar agora, e não depois, já que para o grupo hegemônico este é o momento propício, e não daqui a dois meses. Muda-se de acordo com a vontade hegemônica da maioria, e atropela-se a minoria. O que é o processo democrático senão o estabelecimento de leis para que a minoria possa ter oportunidades, para que os direitos da minoria sejam garantidos? E aí, senhores, essa minoria chamada PSB não concordou com a antecipação das eleições, como foi feito. Tanto não concordou que retirou sua assinatura, em tempo hábil, da votação desse projeto de resolução.

A eleição da Mesa é um dos atos mais importantes que acontecem nesta Casa. E em relação a esse importante ato e para garantir a democracia nesta Casa, é necessário que as leis que fizemos sejam obedecidas. Hoje quem fala isso somos nós; amanhã poderão ser eles. Vejam bem: houve mudança no Regimento Interno somente para essa eleição. Não houve uma mudança para sempre, mas para essa eleição somente. Ora, fazemos leis somente para um momento ou as fazemos para ficar e dar substância àquilo que fizemos, dar continuidade àquilo que pensamos? Será que fazemos leis apenas para atender a momentos de interesse de um grupo hegemônico?

Deputado Chico Rafael, sofremos profundamente ontem, porque estávamos com uma vontade enorme de votar. Sempre lutamos pelo voto e pela democracia. Mas da forma como foi feita a eleição? Antecipamos porque havia conveniência, tornou-se casuismo. Não aceitamos estar aqui naquele momento, porque discordávamos da forma como tudo foi feito.

Temos de refletir sobre nossas ações nesse sentido. Isso foi bom para a democracia? Façam essa pergunta. Foi bom? Se não foi não devemos repetir o que houve aqui.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Poderia também dizer todas essas palavras. Mas isso não será necessário, porque os oradores que me antecederam já expuseram todo o pensamento do PSB.

Gostaria de deixar claro para V. Exas. que os cinco Deputados do PSB são de primeiro mandato. Quando colocamos o pé nesta Casa nos disseram que os acordos eram cumpridos,

como foi dito pela companheira Elaine Matozinhos. Mas que acordo é esse? Vi muitos companheiros extremamente decepcionados com alguns acordos não cumpridos. A preocupação enquanto PSB é maior porque, com o "tratoramento" feito nessa eleição, começamos a enxergar as coisas com mais clareza. Primeiro, não se tem acordo algum. Segundo, os interesses maiores não foram da sociedade.

Enquanto partido, gostaríamos de ter a resposta da atual Mesa e da futura sobre quem vai fiscalizar o Poder Legislativo. Nós, do PSB, vamos propor essa fiscalização. Acreditamos que devemos prestar contas a alguém, e esse alguém não é nada mais nada menos que a sociedade. A proposta do PSB, quando se retirou do processo, não era - gostaria de deixar isso bem claro e vou repetir - por uma briga na Mesa, mas por uma luta em favor da transparência, partindo do princípio da democracia. Entendemos que esses são os princípios básicos que devem nortear esta Casa.

Infelizmente, vimos um processo aqui acontecer, como disse o Deputado Edson Rezende. Para a eleição, mudou-se o Regimento Interno. Conhecemos técnicos desta Casa que estão aqui há 40 anos lidando com esse Regimento. E quando falam que mudarão o Regimento, os cabelos deles arrepiam, porque sabem o quanto é ruim alterá-lo. Mas alteraram, infelizmente, apenas para a votação da Mesa.

E, nobre companheiro Chico Rafael, é preocupante, mas tenho certeza de que, apesar de sermos uma bancada de apenas cinco Deputados, temos consciência do nosso dever, daquilo que queremos nesta Casa. Fui muito claro com os colegas da bancada: não tenho interesse algum em participar da Mesa, mesmo porque, como foi dito por um parlamentar, sou apenas um Soldado raso. Realmente, sou mesmo. Estamos aqui para aprender, mas para aprender na legalidade, na transparência, na moralidade, na fiscalização, que é o que o PSB está buscando. Estaremos cerrando fileiras junto com V. Exa., Líder da bancada, porque entendemos que essa é a melhor proposta. Na eleição da próxima Mesa, espero que os Deputados desta Casa passem a apresentar um projeto que atenda não aos interesses pessoais dos parlamentares, mas, em primeiro lugar, aos interesses da sociedade.

Estamos ocupando a tribuna hoje para dizer que o PSB não esteve no Plenário para participar da eleição porque acreditava que ela já estava pronta. O que iríamos votar, então? Fiquei extremamente decepcionado com alguns Deputados desta Casa que falaram que não iriam fazer isso e fizeram. Endossamos as palavras de V. Exa., nobre Deputado. Muito obrigado.

O Deputado Chico Rafael - Deputado Sargento Rodrigues, agradeço o aparte de V. Exa. Queremos registrar que vivemos um momento muito conturbado na sociedade brasileira e no mundo, como um todo. É necessário que a população acredite nos homens públicos. Estamos, a cada dia, perdendo nosso respeito junto à população, e isso não pode continuar. Lamentavelmente, esse desprestígio aumenta na medida em que o Poder não é transparente, que as coisas acontecem sem o povo saber. O PSB não irá concordar com essa situação que a Assembléia Legislativa tem vivido. O povo de Minas precisa saber que, dentro desta Casa, estão acontecendo coisas nebulosas que precisam ser esclarecidas. Esperamos contar com o apoio dos Deputados que, quando sobem num palanque, falam em moralidade, falam em transparência, falam em legalidade, falam no bem comum. Quero que todos os senhores façam essa reflexão, sob pena de não conseguirmos resgatar nossa imagem perante o povo. Se os políticos não fizerem a mudança que o povo precisa, certamente o povo fará as mudanças pelas suas próprias mãos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tendo em vista essa onda de denúncias que, infelizmente, atingiu e continua atingindo a pessoa de ilustre mineiro Senador da República, cabe-nos trazer a esta Casa e à sociedade do nosso Estado um esclarecimento em prol da moral, do caráter e da ética, que fazem parte da conduta natural do grande Senador do nosso Estado.

O atual cenário político brasileiro reveste-se das características típicas de uma democracia jovem. Sucedem-se os entrevistos, as discussões, as dúvidas, o questionamento enfatizado por uma mídia atuante e dinâmica. Tudo isso é altamente positivo, na medida em que fortalece o regime democrático e incrementa a participação popular.

Entretanto, quando a discussão sadia e construtiva cede lugar às calúnias e injustiças, devemos acender a luz vermelha. Não se pode admitir que cidadãos honrados, que fizeram por merecer a admiração e o respeito do povo brasileiro, sejam alvo de insinuações maldosas e acusações infundadas.

Concedo aparte ao Deputado Agostinho Patrús.

O Deputado Agostinho Patrús (em aparte)* - Quero cumprimentar o Deputado Paulo Pettersen pela iniciativa do pronunciamento. Essa onda de "denuncismo", Deputado Paulo Pettersen, deve, sim, acender a luz vermelha. Atacar a honra do homem público muitas vezes é muito fácil, mas é preciso ter responsabilidade quando se levantam denúncias - e até mesmo suspeitas - sobre aqueles que exercem cargo público.

Quero também me posicionar ao lado de V. Exa. em defesa do nome e da honra do Senador José Alencar. Ao mesmo tempo, gostaria de aproveitar para me posicionar em defesa do Deputado Federal Vittorio Medioli, que teve o seu nome citado, agora à tarde, como suspeito de alguns atos. Querem fazer, ainda, com que o atentado que sofreu aquele Soldado seja ligado aos fatos acontecidos em eleições em Betim e até mesmo a artigos de jornais ou cartas enviadas pelo Deputado ao Prefeito Jésus Lima.

Peço ao Deputado Durval Ângelo que reflita um pouco mais. S. Exa. já foi vítima, algumas vezes, de suspeitas infundadas e de levantamentos falsos que tanto o magoaram - e com absoluta razão. Espero que o Deputado e também aqueles que acusam o Senador José Alencar reflitam. E também aqueles que possam levantar sequer uma suspeita sobre o Deputado Vittorio Medioli, um homem correto, sério, um grande empresário de Minas, um grande Deputado Federal, com o qual tenho a honra de representar algumas cidades no nosso Estado.

Portanto, peço ao Deputado Paulo Pettersen a oportunidade de registrar no seu brilhante pronunciamento a minha indignação contra o "denuncismo" fácil daqueles que falam os nomes de homens públicos com a maior facilidade, daqueles que lançam na imprensa, como no caso do Senador José Alencar, denúncias e até mesmo suspeitas infundadas.

É preciso que tenhamos responsabilidade ao levantar alguma bandeira. O grande trunfo do homem público é o nome que ele carrega, é o seu comportamento, é a sua vida. Portanto, Deputado Paulo Pettersen, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, porque temos que, realmente, acender a luz vermelha. Vamos todos pensar mais de uma vez antes de sequer citar o nome de alguém que dignamente vem representando Minas, seja no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal. Mas que o façamos com responsabilidade, não levantando falso testemunho.

Quem quisesse matar o Prefeito Jésus Lima não erraria de carro, não iria matá-lo a 20 dias de deixar o cargo. Poderia fazê-lo no mês de janeiro, quando estivesse inteiramente desprotegido, fora dos carros blindados e sem a segurança que o acompanha a todo momento. Não preciso de segurança, o Senador José de Alencar também não. Quem precisa de segurança, quando estiver sem ela, certamente correrá risco. Mas qual seria aquele que erraria de carro, de pessoa e não esperaria alguns dias para o encerramento do mandato do Prefeito, correndo uma série de riscos? Na minha opinião, não se trata de crime político, e não houve erro de pessoa. A justiça tem que apurar os fatos, mas, antes que o faça, não vamos levantar suspeitas, manchando o nome daqueles que tão bem representam Minas.

O Deputado Paulo Pettersen - Agradeço a intervenção oportuna do Deputado Agostinho Patrús.

É o que vem de acontecer com o nosso caro companheiro de partido, Líder incontestado em nossa vida pública, que é o Senador José Alencar Gomes da Silva.

Se há unanimidade entre vozes discordantes; se existe consenso entre opiniões divergentes; se existe alinhamento de pareceres nos quais prevalece a contradição, isso acontece quando se fala do Senador José Alencar.

Realmente, representa a síntese perfeita do empresário vitorioso e nacionalista e do homem público honesto e patriota. À frente de suas organizações empresariais, construiu essa obra monumental que é o Grupo COTEMINAS. Foi resultado de seu esforço, de sua visão, de sua preocupação em gerar empregos e arrecadar tributos. Hoje, o Grupo é sinônimo de eficiência, de produtividade e de contribuição efetiva ao desenvolvimento de Minas e do Brasil. E isso, é preciso observar, sem recorrer a subsídios oficiais, sem depender de

benesses do Governo, sem sacrificar o contribuinte e sem levar para fora do Brasil as nossas riquezas. Esse último aspecto, aliás, impõe-se em panorama no qual determinados setores da elite empresarial brasileira transferem para paraísos fiscais muitos de seus bens e investimentos.

Como político, José Alencar é a voz da experiência, do comedimento, da ponderação, da defesa intransigente dos interesses maiores do Brasil. Sempre que aparece é para reafirmar posição coerente com os ideais democráticos e com a preocupação de fazer deste um Brasil de todos os brasileiros, justo, próspero e respeitado.

Concedo aparte ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Nobre colega Paulo Pettersen, ratificamos seu pronunciamento na defesa do Senador José Alencar, nacionalista convicto, homem que defende os interesses da Pátria. No último episódio da anunciada venda da CEMIG, teve uma posição firme. Sua postura transparente foi imediatamente comprovada quando solicitou uma CPI sobre o caso, e, com essa certeza, toda a Bancada do PT assinou um manifesto. Só estranho que, durante a discussão do nome do Senador José Alencar, o Deputado Agostinho Patrús tenha colocado a discussão do Deputado Vittorio Medioli, tentando estabelecer um paralelo entre a reportagem da revista e meu discurso na Assembléia. Talvez não tenha ouvido; se o fez, ficou, de alguma forma, fechado às palavras que proferi. Não fiz acusação. Minha acusação foi a de ter sido censurado no jornal "O Tempo", ontem e hoje: meu depoimento, tomado por jornalista, não foi publicado.

Elogiei o Deputado Federal Vittorio Medioli, que, além de ter conversado conosco por telefone, claramente, encaminhou-nos uma carta, colocando sua visão sobre o incidente de Betim. Disse, ainda, que consideraria muito bom que sua visão estivesse correta, porque isso nos ajudaria a resgatar a credibilidade no político e na política.

O Deputado não entendeu minha posição e quis fazer um prejulgamento. Queremos apenas a apuração da verdade. E hoje, Deputado Agostinho Patrús, a pedido do próprio Deputado Federal Vittorio Medioli, que quer vir a esta Casa esclarecer o episódio, fiz aprovar um requerimento na Comissão de Direitos Humanos, para que, na próxima semana, ele, o Prefeito Jéssus e outros convidados aqui estejam. Não posso buscar a verdade de outra forma e com maior transparência, e V. Exa. não pode concluir que estou fazendo prejulgamento. O prejulgamento foi de V. Exa., e não nosso.

Concordamos com as palavras do Líder e Deputado Paulo Pettersen a respeito do Senador José Alencar.

O Deputado Agostinho Patrús (em aparte) - Talvez, realmente, não tenha entendido o posicionamento de V. Exa., mas, uma vez que o coloca dessa forma, fico feliz. Como V. Exa. citava uma carta do Deputado Federal ao Prefeito, com palavras fortes, confundi-me, mas fico feliz de saber que V. Exa. está dizendo que nada existe entre Vittorio Medioli e esse episódio. Agradeço a gentileza de V. Exa., Deputado Paulo Pettersen.

O Deputado Paulo Pettersen - Foi um prazer, Deputado Agostinho Patrús.

Por todos esses motivos, chocou-nos profundamente - e, quando dizemos isso, não nos referimos à nossa pessoa, mas a todos os mineiros e brasileiros decentes - a matéria publicada na revista "Veja", edição de 22/11/2000 o título: "O Caixa Dois de Volta à Luz". A reportagem em questão abordava as contas paralelas da campanha eleitoral que conduziu ao segundo mandato o Presidente Fernando Henrique Cardoso. O assunto, realmente, é sério e deve ser apurado, até porque nem mesmo o Presidente da República está acima da lei, embora, algumas vezes, pretenda fazê-lo.

Mas, lamentavelmente, na reportagem, há um tópico intitulado: "Barriga Cheia", que nos permitimos transcrever: "Um dos contribuintes que aparecem na contabilidade clandestina é a COTEMINAS, indústria têxtil do Senador José Alencar, do PMDB de Minas Gerais. A empresa, que doou 415 mil camisetas à campanha de Fernando Henrique Cardoso e vendeu outros R\$3.000.000,00 ao PSDB, reclama que, até hoje, a dívida não foi paga. Talvez, esteja reclamando de barriga cheia. Dois meses depois das eleições, a FUNCEF, o bilionário Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal, injetou R\$23.600.000,00 na empresa do Senador, brindando-a com seus milhões, em um momento em que poucos no mercado se aventuravam em negócios com papéis da COTEMINAS. Depois de se valorizarem 3.500%, entre 1994 e 1997, suas ações despencaram em 1998, voltando ao valor de quatro anos antes. O apetite dos investidores pelos papéis da empresa também diminuiu, no mesmo período, na FUNCEF, porém a vontade de despejar dinheiro na COTEMINAS era tanta, que o fundo pagou quase três vezes mais pelas ações.

Na data da compra, 17/12/88, uma ação valia R\$0,16. O Fundo comprou cada uma, no mesmo dia, por R\$0,41. Ao pagar mais do que a cotação de mercado, despejou R\$14.400.000,00 além do que deveria. Na época, o Presidente da FUNCEF era o Sr. José Fernando de Almeida, apadrinhado do ex-Secretário-Geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, que integrou o comando da campanha de Fernando Henrique Cardoso.

Admira a todos que uma publicação, como a da "Veja", cuja circulação e influência junto ao público brasileiro assume caráter de liderança, tenha sido tão pouco cuidadosa ao veicular essa matéria. Afinal, divulgar falsidades sobre uma empresa e sobre um empresário, que é um homem público acima de qualquer suspeita, não é admissível. É evidente que "quem não deve não teme".

O Grupo COTEMINAS apressou-se, em 20/11/2000, em endereçar uma correspondência ao jornalista Thomaz Souto Corrêa, Vice-Presidente e Diretor Editorial da Editora Abril, desmentindo, item por item, o noticiário publicado. O Grupo COTEMINAS lamenta não ter sido procurado pela revista antes da publicação da matéria; assim, teria evitado danos enormes à empresa e ao empresário. Efetivamente, uma simples verificação do fato teria evitado os erros cometidos, como a seguir se verá.

A reportagem afirma que a FUNCEF comprou as ações de emissão da COTEMINAS em 17/12/88. A verdade é que a FUNCEF, bem como vários investidores nacionais e estrangeiros, entre eles grandes administradores de recursos dos Estados Unidos e da Europa, subscreveram ações da COTEMINAS em 8/12/97. Em outras palavras, a subscrição ocorreu um ano antes do que afirma a reportagem, ou seja, dez meses antes das eleições de 1998. O lançamento total de ações somou R\$107.300.000,00, e a FUNCEF subscreveu 19,40% do lançamento. Os anúncios de início de emissão e de distribuição pública de ações, publicados no jornal "Gazeta Mercantil" em 4/12/97 e em 7/12/97, estão disponíveis para quem os queira examinar. A operação de emissão e de distribuição pública de ações foi registrada, na forma da lei, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM -, com o número SEP/GER/REM/97/021, em 3/12/97, e SEP/GERP/RDR-97/010, em 12/11/97.

Detalhando ainda mais a operação, lembraremos que os fundos de pensão da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da PETROBRÁS subscreveram ações da COTEMINAS, por meio de lançamento público, liderado pelo Banco Garantia, com a participação de um "pool" de Bancos, entre os quais estavam o próprio Banco do Brasil, o Bradesco, o Itaú, o BBA, o Real e o Santander, entre outros. Desnecessário dizer que o preço da ação foi o mesmo para todos os subscritores.

A matéria da "Veja" afirma que a FUNCEF pagou R\$0,41 por ação, quando, na data da compra, no dia 17/12/98, uma ação valia R\$0,16. Ao pagar mais que a cotação do mercado, teria injetado R\$14.400.000,00 além do que deveria, o que é uma grande inverdade. De fato, a FUNCEF subscreveu e integralizou as ações ao mesmo preço de todos os demais investidores: R\$0,37 por ação, e não R\$0,41. Quem quiser verificar isso, basta examinar os avisos de início e de encerramento de distribuição e do registro na CVM.

Por outro lado, a reportagem afirma, erroneamente, que o preço de mercado da ação na data da subscrição era de apenas R\$0,16. A verdade é que o preço de mercado, na época da subscrição, era de R\$0,39, conforme o boletim de negociação de ações na BOVESPA, acima, portanto, do preço de subscrição e 2,4 vezes superior ao preço informado pela revista.

A FUNCEF subscreveu um total de 56.250.000 ações, ao preço de R\$0,37 por ação, perfazendo R\$20.812.500,00. A cifra mencionada por "Veja", de R\$23.600.000,00, não corresponde à realidade.

As ações da COTEMINAS não se valorizaram 3.500%, em 1997, como afirma a matéria da revista. Em que pese ao excelente desempenho e seriedade da empresa, a valorização no período foi exatamente de 58,14%. Isso quer dizer que evoluíram de R\$246,61 por lote de mil ações, preço médio de julho de 1994, para R\$390,00 por lote de mil ações, na data da subscrição. Tudo isso consta nos boletins de negociação das ações na BOVESPA, disponíveis para quem se interessar.

Com referência às camisetas doadas ou vendidas ao comitê de campanha Fernando Henrique Cardoso, as inverdades publicadas não são menores. A COTEMINAS celebrou com o

PSDB, com o Comitê Financeiro Nacional Campanha Fernando Henrique – Presidente, um contrato de venda e compra de camisetas, destinadas à divulgação do nome do então candidato à reeleição à Presidência, em data de 14/8/98 e 1º/9/98.

Pelo contrato, a COTEMINAS obrigou-se ao fornecimento de 2.099.376 camisetas, ao preço de R\$1,42 por unidade, perfazendo um montante de R\$2.981.113,92. As camisetas foram fabricadas e entregues no prazo contratado aos correligionários do PSDB, designados pelo comitê nacional em todo o País.

Outrossim, no mesmo período, foram emitidas outras notas fiscais, no valor de R\$589.515,84, correspondentes a 415.152 camisetas, doadas pela COTEMINAS ao Comitê. Foram, portanto, duas operações distintas, legais e comprovadas: uma de compra e venda, e outra de doação, na forma da lei.

Ocorre que o débito do Comitê para com a COTEMINAS, no valor já referido de R\$2.981.113,92 deveria ter sido saldado em três parcelas, vencíveis entre 6 e 15/12/98. Até a presente data, o pagamento não foi feito, razão por que a COTEMINAS, com todo o direito, exige que lhe seja pago o que lhe devem. Não chamáremos a essa ação de cobrança "choro de barriga cheia". Muito ao contrário, revela desídia por parte dos coordenadores da campanha presidencial, contra a qual a COTEMINAS se rebela e protesta até que resolvam cumprir o contrato.

A verdade é que "Veja" prestou um desserviço a seus leitores, ao investir contra a COTEMINAS e contra o Senador José Alencar. Trata-se de empresa que acredita no Brasil e investe continuamente na ampliação de sua produção. Desde 1997, aumentou sua capacidade de produção 3,09 vezes, ou seja, um incremento anual de 45,7%. Seu faturamento aumentou 46% ao ano, enquanto suas exportações aumentaram 19,6 vezes no mesmo período. Sua previsão para exportação no ano 2000 é de US\$110 milhões. Hoje gera 16 mil empregos diretos no Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Isso em época conturbada pelas crises externas e pelas políticas macroeconômicas equivocadas em que insiste o Governo Federal.

Sr. Presidente, solicito-lhe mais um pouco de tolerância, devido às incursões de dois excelentes companheiros desta Casa que se aproveitaram deste pronunciamento para outros esclarecimentos que não dizem respeito ao que estou realmente fazendo.

É gratificante verificar que as reações contrárias à matéria publicada por "Veja" não demoraram. Ainda no corrente mês, o Senado Federal formalizou manifestação de solidariedade ao Senador José Alencar, protestando contra os ataques por ele sofridos. Vamos citar apenas um pequeno trecho desse manifesto, assinado pela totalidade dos Senadores presentes à reunião:

"Trata-se de alevisias a respeito de um cidadão que tem pautado sua conduta pela seriedade na direção de seus negócios privados e pela ética na sua vida pública, que, embora iniciada recentemente, só honra e dignifica o nosso Senado Federal".

Ao mesmo tempo, o Senador José Alencar, do alto de sua inabalável integridade, tomou a iniciativa, no Senado, de propor a criação de CPI para apurar a veracidade das denúncias publicadas por "Veja".

De nossa parte, não temos dúvida de que a CPI concluirá pela inverdade da publicação. Só lamentamos que um veículo da mídia, tão prestigioso como "Veja", tenha se deixado levar por maquinações de terceiros, com o objetivo único de minar o brilhante futuro político que espera o nosso Senador.

Com efeito, José Alencar Gomes da Silva representa uma liderança incontestada no cenário político de Minas e do Brasil. Sua inatacável honradez, suas posições nacionalistas, sua sabedoria e sua moral fazem dele um candidato natural às posições maiores. Os que compartilharam de suas posições entendem que ele não só é um candidato em potencial a Governador de nosso Estado como também um grande nome para ocupar a Presidência da República.

Se Minas, hoje, está sendo ouvida, é graças à voz de José Alencar. É ele aquele democrata - do naipe de Juscelino Kubitschek de Oliveira - que poderá levar nosso País às relevâncias, um dia, caracterizadas por JK.

Temos, hoje, no Palácio da Liberdade, um homem público e honesto. Sério, persistente em suas convicções, que é o Governador Itamar Franco. Sua experiência política, no entanto, não supre aquela eficiência empreendedora de que tanto precisamos. Precisamos de um grande gerente e um administrador a par de grande homem público. Esse homem é José Alencar.

Perdoem-nos se ocupamos esta tribuna por tempo prolongado para fazer a defesa do nosso Senador. Não poderíamos deixar de fazê-la e estamos certos de que toda esta Casa, independentemente de filiação partidária e filosofia política dos colegas parlamentares, endossará nossas palavras.

Para aqueles que se dispuserem a examinar em detalhe as provas que desmentem as acusações contra o Senador José Alencar, está disponível vasta documentação, a que nos permitimos referir. Além da matéria de "Veja", temos cópia da resposta da COTEMINAS à revista; temos cópia do anúncio de emissão e distribuição pública de ações da empresa, que está sendo questionado; temos cópia dos contratos de fornecimento e doações de camisetas, bem como das cobranças feitas pela COTEMINAS ao comitê.

Para coroar, estão aqui conosco manifestações de solidariedade ao nosso Senador José Alencar: pronunciamento do Senador Juvêncio da Fonseca, defendendo o colega, bem como o teor do requerimento em que se pede a instalação da CPI. Trata-se de material completo, que colocamos ao dispor dos colegas para evidenciar a cristalina honestidade pela qual se norteia o grande brasileiro José Alencar Gomes da Silva.

Encerramos o nosso pronunciamento solicitando que esta Casa faça inserir, em seus anais, moção de solidariedade ao Senador José Alencar. Nada mais diremos, porque acreditamos que tudo está dito. Vamos apenas lamentar o episódio que, paradoxalmente, engrandece ainda um homem público que já era grande. Muito obrigado.

Sr. Presidente, faça chegar às mãos de V. Exa. moção de toda esta Casa, de todos os meus pares, a unanimidade da Assembléia Legislativa, em solidariedade ao nosso grande e honrado Senador de Minas, José Alencar Gomes da Silva, a grande esperança do nosso Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Wander Jorge. Objeto: prestação de serviços de operador de áudio para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 8/11/2000 até 7/2/2001 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Adalberto Cardoso. Objeto: prestação de serviços de editor de imagem para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 13/11/2000 até 12/2/2001 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Judson Pereira Porto. Objeto: prestação de serviços de operador de áudio para a TVA. Objeto deste aditamento: rescisão amigável. Vigência: a partir de 8/11/2000.

CONCORRÊNCIA Nº 4/2000

Objeto: contratação de empresa, pelo período de 12 meses, para prestação de serviços de reportagem, locução, produção, edição, direção e operação dos sistemas de áudio e vídeo da Área de Rádio e Televisão da ALEMG.

Em 18/12/2000, o Sr. Diretor-Geral autorizou alteração no subitem 11.1, em sua alínea "b", acrescentando ainda a alínea "b.1" no edital da Concorrência nº 4/2000, permanecendo inalteradas as demais condições do ato convocatório, ficando a data da reunião de início de abertura dos envelopes adiada para o dia 18/1/2001, às 14 horas, na Sala de Reuniões da Área de Material e Patrimônio, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho.

A alteração mencionada encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima.

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2000.

Sérgio José Barcelos, Diretor-Geral.

ERRATAS

PARECER PARA O 1º TURNO SOBRE AS EMENDAS NºS 3, 4 E 5 E SOBRE A SUBEMENDA 1 À EMENDA Nº 2 APRESENTADAS EM PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39/2000

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/12/2000, pág. 40, cols. 2 e 3, onde se lê:

"Subemenda nº 2 à Emenda nº 5", leia-se:

"Subemenda nº 1 à Emenda nº 5".

Na mesma matéria, onde se lê:

"Subemenda nº 3 à Emenda nº 2", leia-se:

"Subemenda nº 2 à Emenda nº 2".

E, na Conclusão do mesmo parecer, onde se lê:

"Subemenda nº 2", leia-se:

"Subemenda nº 1".

ORDEM DO DIA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 19/12/2000

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/12/2000, pág. 21, col. 3, retire-se o Projeto de Lei nº 1.189/2000, do Deputado Miguel Martini, da lista das matérias em apreciação no 2º turno e, após essa lista, inclua-se o seguinte:

"No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.189/2000, do Deputado Miguel Martini.".